UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
COMUNICAÇÃO E TERRITORIALIDADES

ISABELLA SILVA DE FREITAS MARIANO

JORNALISMO, NARRATIVAS E DISCURSOS: UM ESTUDO SOBRE FEMINICÍDIO NO JORNAL A GAZETA

VITÓRIA
2019

ISABELLA SILVA DE FREITAS MARIANO

JORNALISMO, NARRATIVAS E DISCURSOS: UM ESTUDO SOBRE FEMINICÍDIO NO JORNAL A GAZETA

Trabalho de Dissertação apresentado na Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), no Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Territorialidades, linha de pesquisa Comunicação e Poder, como requisito para obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Profa. Dra. Ruth Reis

VITÓRIA

2019

Ficha catalográfica disponibilizada pelo Sistema Integrado de Bibliotecas - SIBI/UFES e elaborada pelo autor

---

Mariano, Isabella, 1992-
M333j Jornalismo, narrativas e discursos : Um estudo sobre feminicídio no jornal A Gazeta / Isabella Mariano. - 2019.
125 f. : il.

Orientadora: Ruth Reis.
Dissertação (Mestrado em Comunicação e Territorialidades) - Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Artes.

1. Jornalismo. 2. Poder (Ciências sociais). 3. Narrativa (Retórica). 4. Discursos, alocuções, etc. 5. Violência contra as mulheres. I. Reis, Ruth. II. Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Artes. III. Título.

CDU: 316.77

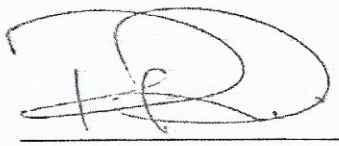
ISABELLA SILVA DE FREITAS MARIANO

JORNALISMO, NARRATIVAS E DISCURSOS: UM ESTUDO SOBRE FEMINICÍDIO NO JORNAL A GAZETA

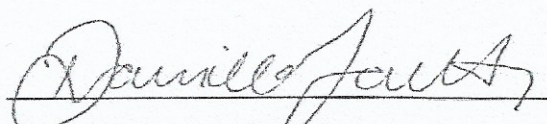
Dissertação apresentada por Isabella Silva de Freitas Mariano ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Territorialidades, linha Comunicação e Poder, do Centro de Artes da Universidade Federal do Espírito Santo.

Vitória, 23 de abril de 2019

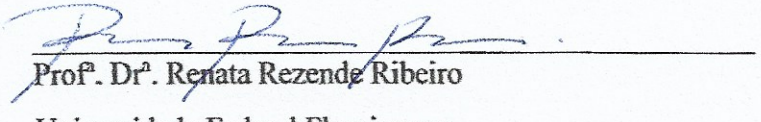
COMISSÃO EXAMINADORA



Profª. Drª. Ruth Reis (orientadora)
Universidade Federal do Espírito Santo



Profª. Drª. Daniela Zanetti
Universidade Federal do Espírito Santo



Profª. Drª. Renata Rezende Ribeiro
Universidade Federal Fluminense

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
COMUNICAÇÃO E TERRITORIALIDADES

ISABELLA SILVA DE FREITAS MARIANO

JORNALISMO, NARRATIVAS E DISCURSOS: UM ESTUDO SOBRE FEMINICÍDIO NO JORNAL A GAZETA

VITÓRIA
2019

ISABELLA SILVA DE FREITAS MARIANO

JORNALISMO, NARRATIVAS E DISCURSOS: UM ESTUDO SOBRE FEMINICÍDIO NO JORNAL A GAZETA

Trabalho de Dissertação apresentado na Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), no Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Territorialidades, linha de pesquisa Comunicação e Poder, como requisito para obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Profa. Dra. Ruth Reis

VITÓRIA

2019

Antes do Nome

Não me importa a palavra, esta corriqueira.
Quero é o esplêndido caos de onde emerge a sintaxe,
os sítios escuros onde nasce o “de”, o “aliás”,
o “o”, o “porém” e o “que”, esta incompreensível
muleta que me apoia.
Quem entender a linguagem entende Deus
cujo Filho é Verbo. Morre quem entender.
A palavra é disfarce de uma coisa mais grave, surda-muda,
foi inventada para ser calada.
Em momentos de graça, infrequentíssimos,
se poderá apanhá-la: um peixe vivo com a mão.
Puro susto e terror.

Adélia Prado (1976)

Quando nós rejeitamos uma única história, quando percebemos que nunca há apenas uma história sobre nenhum lugar, nós reconquistamos um tipo de paraíso.

Chimamanda Ngozi Adichie (2009)

Ave, Anansi

Há uma lenda africana, originária da civilização Ashanti de Gana, que nos conta sobre o poder das histórias. Nela, Anansi, um ser capaz de se transfigurar em animais, em especial em uma aranha, é símbolo da criatividade e do uso do saber para alcançar seus próprios fins e solucionar impasses. Ele é narrado de muitas maneiras, mas, em uma delas, Anansi é o responsável por permitir que os seres humanos tenham a capacidade de ouvir e contar histórias. Após cumprir um desafio do Deus do Céu, o homem aranha traz para a Terra um baú cheio de histórias, que, ao ser aberto, as espalha pelos quatro cantos do mundo. Ele também é narrado como o principal intermediário entre os seres vivos e Nyame, o Deus do Céu - ou o Deus do Universo. Anansi é, portanto, daqui de onde vejo, a representação da própria linguagem, enquanto Nyame é a representação do que chamamos de realidade, alcançável somente a partir da mediação de Anansi.

A linguagem, em todas as suas formas, sempre me fascinou. Língua, letra, gesto, dança, canto, lenda. É Anansi. A linguagem é a aranha que nos tece caminhos pelos mundos uns dos outros. É ela que me permite, inclusive, dizer tudo o que quis dizer nas páginas que se seguem. É, então, Anansi quem agradeço em primeiro lugar, pelo poder de acessar a realidade pela linguagem que sei, resultado de uma interação grandiosa com o universo que me atravessa e me interpela incessantemente. Ave, Anansi.

Agradeço ainda à minha mãe, Eliane, quem tanto me inspira a ser uma mulher forte e a romper com os ciclos de violência que sempre tentam nos prender. Obrigada por sua força, mãe. Você estava certa: nós não aceitaremos mais. Ao meu sobrinho Richard, por me encher de alegria, amor e esperança. Sem isso, nada sou. Agradeço à profa. Ruth dos Reis, minha orientadora, que topou me ajudar a encarar o abismo que se revela quando nos dedicamos a olhar as narrativas da vida. Às profas. Daniela Zanetti e Renata Rezende, pela atenção com meu trabalho, além das dicas, sugestões e elogios em minha banca de qualificação. Estar entre vocês me faz sentir que a revolução é possível.

Agradeço também às minhas amigas, com quem hoje divido um teto, Isabela Bimbatto, Juane Vaillant e Karolina Lopes, por toda paciência, amor e incentivo. À Esther Radaelli, pelo incentivo e pela disposição em ajudar. Sua amizade me inspira a querer viver e isso é grande. Aos amigos que essa experiência toda me trouxe: Lucas Bragança e Ricardo Aiolfi, vocês têm um coração lindo que, não se enganem, é o que faz com que tudo o que vocês decidam fazer seja cheio de empatia. Obrigada por compartilharem comigo suas visões de mundo.

Aos professores e colegas de turma, agradeço pela troca, pelo apoio e pelas risadas que, mesmo às vezes em angústia, conseguimos provocar uns nos outros. Vocês são muito especiais. Agradeço à Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), casa que me recebeu em 2010 como uma filha, e, em especial, ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Territorialidades (PÓSCOM/Ufes), esse que tem se revelado uma grande família. Nada conseguiria pagar, nem apagar, tudo o que aprendi frequentando a Universidade, lugar onde encontrei pessoas incríveis que me ensinaram sobre tudo e fizeram desabrochar o melhor de mim. Agradeço ainda à Heleieth Saffioti, por seu livro *Gênero patriarcado violência*, que me fez despertar pra um universo de questões que, sem eu saber, me habitavam. Serei eternamente grata a todas as mulheres que abriram o caminho para que eu conseguisse hoje concluir um mestrado. Definitivamente, eu não seria eu sem vocês.

RESUMO

Este estudo tem como objeto as narrativas construídas pelo jornal A Gazeta sobre casos de feminicídio ocorridos no Espírito Santo e pretende responder às seguintes perguntas: quais são os discursos produzidos pelos enunciados narrativos do jornal A Gazeta acerca do feminicídio? De que maneira as diferentes posições de sujeito das vítimas são narradas pelo veículo? Partimos da noção de que o jornalismo é uma peça importante para a superação do problema, uma vez que tal enfrentamento exige redefinições em níveis simbólicos e cognitivos. Com isto, buscamos em primeiro lugar, compreender de que maneira o jornalismo contribui para a constituição do feminicídio como um problema social e, em segundo, colaborar com subsídios para definir estratégias que possam reduzir os índices de violência contra as mulheres. A partir da conceituação de "feminicídio", "narrativa" e "discurso" e da contextualização histórica de ações de enfrentamento à violência contra a mulher, pretende-se analisar os enunciados sobre esse tema presentes no jornal A Gazeta. Para tanto, levamos em conta a compreensão de que os meios de comunicação não espelham o que se passa na sociedade, mas sim, por meio de suas narrativas, incidem sobre a constituição do acontecimento social. Foram escolhidos quatro narrativas sobre casos de feminicídio ocorridos no Espírito Santo em 2017 e 2018, envolvendo mulheres em diferentes posições de classe, gênero e raça. Essa análise foi realizada com base na hermenêutica de profundidade (HP) nos moldes de Thompson (2011), que define três fases principais para a investigação, que são: análise sócio-histórica, análise discursiva e interpretação/re-interpretação. O momento da análise empírica se deu nas duas últimas fases deste estudo, em que foi possível identificar as estruturas narrativas dos casos selecionados, fortemente dramáticas e muito relacionadas a elementos presentes na literatura; e os discursos produzidos pelo jornalismo de A Gazeta, muito conectados a tendências punitivistas e ao direito penal.

PALAVRAS-CHAVE: jornalismo; feminicídio; poder; narrativa; discurso.

ABSTRACT

This research has as object the narratives built by the newspaper A Gazeta about cases of feminicide in Espirito Santo and intend to answer the following questions: what are the discourses produced by the newspaper A Gazeta's narrative statements about feminicide? How are the victim's different subject positions narrated by the vehicle? We start from the notion that journalism is an important piece for overcoming the problem, since such confrontation requires redefinitions at symbolic and cognitive levels. With this, we seek, first of all, to understand how journalism contributes to the constitution of feminicide as a social problem and, secondly, to collaborate in defining strategies that can reduce the rates of violence against women. Based on the conceptualization of "feminicide", "narrative" and "discourse" and on the historical contextualization of actions to combat violence against women, we intend to analyze the statements about this issue present in the newspaper A Gazeta. To do so, we take into account the understanding that the media do not mirror what is happening in society, but rather, through their narratives, they focus on the constitution of the social event. Were chosen four narratives on cases of feminicide occurred in Espírito Santo in 2017 and 2018, involving women in different positions of class, gender and race. This analysis was based on Thompson (2011) depth hermeneutics, which defines three main phases for the investigation: *socio-historical analysis, discursive analysis and interpretation/re-interpretation*. The empirical analysis occurred in the last two phases of this study, in which it was possible to identify the narrative structures of the selected cases, strongly dramatic and closely related to elements present in the literature; and the discourses produced by A Gazeta journalism, very connected to punitive tendencies and criminal law.

KEY WORDS: journalism; feminicide; power; narrative; discourse.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Esquema prático de análise que elaboramos a partir do texto A Análise Pragmática da Narrativa Jornalística, de Luiz Gonzaga Motta (2005).....56

Figura 2 - Infográfico publicado em A Gazeta em 22 de setembro de 2017, página 5.....66

Figura 3 - Capa de A Gazeta na edição do dia 14 de dezembro de 2017.....67

Figura 4 - Tira publicada em A Gazeta na edição do dia 15 de setembro de 2017, página 4....68

Figura 5 - Tira publicada em A Gazeta na edição do dia 22 de setembro de 2017, página 5....68

Figura 6 - Infográfico publicado em A Gazeta em 3 de outubro de 2017, página 13.....69

Figura 7 - Informações publicadas no dia 14 de outubro de 2017, no jornal A Gazeta, p. 4....76

Figura 8 - Informações publicadas em A Gazeta no dia 9 de março de 2018, página 6.....77

Figura 9 - Matéria publicada em 11 de outubro de 2017, no jornal A Gazeta, página 6.....81

Figura 10 - Chamada de capa do jornal A Gazeta do dia 14 de novembro de 2017.....85

Figura 11 - Manchete publicada em A Gazeta no dia 5 de dezembro de 2017, página 10.....89

Figura 12 - Capa de A Gazeta do dia 15 de novembro de 2017.....94

Figura 13 - Matéria publicada em A Gazeta no dia 9 de março de 2018, página 6.....97

Figura 14 - Texto publicado no dia 10 de março de 2018 em A Gazeta, página 10.....99

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....12

I. O PAPEL DO JORNALISMO NO ENFRENTAMENTO AO FEMINICÍDIO.....15
I.a. Comunicação mediada, jornalismo e territorialidades.....15
I.b. A questão da visibilidade: o privado também é público.....19
I.b.a. Visibilizando a violência de gênero.....24
I.c. Jornalismo e narrativa.....27

II. FEMINICÍDIO COMO EXPRESSÃO MÁXIMA DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO..33
II.a. Perspectivas feministas e a categoria "gênero".....33
II.b. Feminicídio: um conceito feminista e uma territorialidade milenar.....41
II.c. A situação peculiar do Espírito Santo.....45
II.c.a. O jornal A Gazeta e o feminicídio.....49

III. ANÁLISE DOS CASOS E CONCLUSÕES.....53
III.a. Aspectos metodológicos da pesquisa.....53
III.b. Caso Milena Gottardi.....62
III.c. Caso Claudiana Bom Macota.....74
III.d. Caso Thayná Andressa de Jesus do Prado.....82
III.e. Caso Andrielly Mendonça Pereira dos Santos.....95
III.f. Comparando as estruturas narrativas.....101

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....108

REFERÊNCIAS.....110

APÊNDICE A - CORPUS DO CASO MILENA GOTTARDI.....113

APÊNDICE B - CORPUS DO CASO CLAUDIANA BOM MACOTA.....117

APÊNDICE C - CORPUS DO CASO THAYNÁ ANDRESSA DE JESUS DO PRADO.....118

APÊNDICE D - CORPUS DO CASO ANDRIELLY MENDONÇA PEREIRA DOS SANTOS.....121

INTRODUÇÃO

Durante séculos, a história do pensamento estabeleceu como central para a compreensão da vida humana a separação platônica entre a representação e o mundo dos fatos, colocando de um lado o corpo e do outro a alma ou, poderíamos dizer, o espírito e a coisa material ou ainda a ideia, a razão, a linguagem em separado da ação, da produção social. Nos idos do século XX, com a publicação de obras como *A Ideologia Alemã* (1932), de Karl Marx e Friedrich Engels, essa dicotomia passou a ser questionada, trazendo o entendimento de que a essência dos indivíduos depende de suas condições históricas e materiais. Da mesma maneira, o chamado giro linguístico, que marcou a filosofia no ocidente, também permitiu que essa separação fosse questionada, concebendo-se a língua como um fato social (BRANDÃO, 2004). Essas transformações nos permitem, hoje, dizer que é através da linguagem que o social é produzido e, ao mesmo tempo, produz sentidos e significados. Nessa matriz de pensamento, "o ser humano depende decididamente da linguagem para conhecer e acercar-se ao mundo. A linguagem é a experiência humana essencial: faz o ser tornar-se humano" (MOTTA, 2013, p 69).

A linguagem na materialidade do discurso "é interação, e um modo de produção social" (BRANDÃO, 2004, p. 11) que ocorre por meio da relação entre instituições, atores sociais, disciplinas e todo tipo de elemento que integra o corpo social. O jornalismo se coloca como um desses elementos, tendo alcançado um lugar de autoridade na produção dos enunciados que circulam na sociedade. Ele adquiriu um papel importante na constituição e no enquadramento de questões sociais, podendo ainda interferir no curso dos acontecimentos. Porém, tomado como processo e produto que se realiza por meio da linguagem, o jornalismo "não é reflexo, mas construção social de uma realidade específica" (SODRÉ, 2012, p. 26). Ele não espelha o que se passa na sociedade, mas sim realiza uma interpretação e, por meio de suas narrativas, incide sobre a constituição do acontecimento social - entendendo "acontecimento" como uma produção do real, um tratamento do fato (SODRÉ, 2012).

Assim, o jornalismo se encontra entre os produtos culturais que são agregados pelos meios de comunicação no processo de constituição da visibilidade e da representação social contemporânea. Pela forma como se apresenta, Thompson (2008) a denominou visibilidade mediada, assinalando assim a importância e o poder que esses instrumentos de mediação alcançam na conformação de um espaço de disputa pela produção da verdade - esta que se constitui por meio do discurso (FOUCAULT, 2008).

Entre as grandes questões sociais que se apresentam no presente, encontramos o feminicídio, que se traduz na motivação misógina do assassinato de mulheres. A persistência desse problema na sociedade é apontada nas estatísticas que trazem dados, mesmo que por vezes subnotificados, cada vez mais alarmantes sobre a violência contra a mulher, colocando a questão como um desafio a ser enfrentado por todo o corpo social. Embora existente desde tempos imemoriais, só recentemente o feminicídio emergiu como um problema social específico e diferenciado dos demais casos de violência. O reconhecimento de sua existência - e a própria designação das ocorrências contínuas de violência contra a mulher como feminicídio - é um dos exemplos da disputa discursiva que se processa na sociedade, nos meios de comunicação e no jornalismo.

Partindo da noção de que o jornalismo, por meio de uma produção cotidiana de narrativas, é capaz de produzir significados, temos a considerar o discurso jornalístico como determinante para a superação do feminicídio, uma vez que tal enfrentamento exige redefinições em níveis simbólicos e cognitivos. Reputamos então como de fundamental importância a necessidade de elucidar os modos como o jornalismo reporta esse tema e, por consequência, influi na compreensão do feminicídio como um problema social e cultural de caráter histórico e também territorial. Desta forma, apresentamos como problema de pesquisa compreender como o jornalismo tem constituído e enquadrado, em suas reportagens e narrativas, a questão do feminicídio, a partir de um estudo empírico que tem como objeto o jornal A Gazeta (ES). Propomos, então, investigar um conjunto específico de ocorrências comunicacionais sobre feminicídio dentro do jornalismo, levando em conta os aspectos históricos de seus enunciados e narrativas.

A busca por uma regularidade entre os enunciados produzidos pelo jornalismo, isto é, a tentativa de encontrar relações e padrões entre enunciados dispersos é, de acordo com Foucault (2008), uma busca em direção à formação discursiva que os sustenta, já que para ele esta existe justamente quando há uma regularidade, uma ordem em certo número de enunciados. Essa ideia se relaciona com o conceito de metanarrativa proposto por Motta, (2005, p. 14), que designa o fundo ético e moral das histórias e que revelam por fim “o plano da estrutura profunda da narrativa”. Neste estudo, examinamos os aspectos políticos, simbólicos e cognitivos das notícias, bem como os efeitos de sentido produzidos por A Gazeta na abordagem de quatro casos de feminicídio. Tais efeitos, por sua vez, são capazes de

instituir ou endossar discursos e reiterar determinadas metanarrativas por meio de seus enunciados.

Nossa análise se vale sobretudo das noções de discurso e narrativa desenvolvidas por Foucault (1998; 2008; 2014) e Motta (2005; 2013), respectivamente, entendendo que tais concepções não são excludentes. Para o filósofo francês, "o discurso nada mais é do que a reverberação de uma verdade nascendo diante de seus próprios olhos" (FOUCAULT, 2014, p. 46), o que significa dizer que o discurso é construído, gerado e carece de manutenção. Em semelhante matriz de pensamento, Motta (2013, p. 83) defende que "as narrativas são representações, construções discursivas sobre a realidade humana". A narrativa pressupõe uma sequência, uma sucessão de fatos ou ainda uma regularidade de enunciados capazes de encadear unidades narrativas em uma estrutura maior. Logo, os dois conceitos se relacionam e permitem compreender a narrativa jornalística, com seus enunciados e significados, como uma das formas de materialidade de um discurso. Com base na análise das narrativas jornalísticas, é possível, enfim, identificar os discursos criados ou reproduzidos pelos jornais acerca de determinado tema ou enredo.

Discernir os discursos e suas nuances presentes nos jornais, identificar não somente se determinado assunto é abordado, mas também a forma como a cobertura é realizada, mapeando estratégias narrativas e desdobramentos dados aos casos, são meios de compreender não apenas como o jornalismo se insere no debate, mas também as predisposições que ele impinge à esfera pública em relação aos temas abordados. Isso porque os veículos de comunicação, como instâncias privilegiadas de produção de diferentes formas narrativas, entre as quais a jornalística, têm, historicamente, construído forte sintonia e alinhamento entre seus conteúdos e abordagens e sua audiência. Mesmo hoje, quando as redes sociais parecem se sobrepor ao noticiário emanado pelo jornalismo profissional, este ainda se coloca como uma instância dotada de autoridade e reconhecimento, sendo repetidamente citado e evocado no mundo das interações digitais.

CAPÍTULO I - O PAPEL DO JORNALISMO NO ENFRENTAMENTO AO FEMINICÍDIO

I.a - Comunicação mediada, jornalismo e territorialidades

Uma série de transformações tecnológicas que ocorreram especialmente a partir do final do século XX impactaram profundamente os processos de comunicação na contemporaneidade. Entre essas mudanças estão a criação de uma rede mundial de computadores e a popularização de aparelhos celulares, bem como o aperfeiçoamento de ferramentas de transmissão e da internet móvel. O surgimento de redes digitais de comunicação tem permitido novos arranjos nos processos de produção e recepção de informação, o que implicou tanto na elaboração de novas estratégias de marketing pelo ramo empresarial, quanto na ascensão de uma "autonomia social" (Castells, 2015, p. 39), manifestada especialmente no uso de ferramentas como os sites de redes sociais que permitem a criação de enunciados, bem como o compartilhamento de ideias e mensagens entre diferentes indivíduos.

De fato, a internet permite a conexão entre diversos atores sociais capazes de questionar os sistemas nos quais estão inseridos e também oferece níveis de autonomia social ao possibilitar a comunicação de muitos para muitos. É importante destacar, contudo, que as relações de dominação não deixaram de existir na sociedade de redes descrita por Castells e que, portanto, "essas redes são organizadas em nós dominantes" (Castells, 2015, p. 120). Ignorar essa característica do momento atual da comunicação é aceitar a visão ingênua de que as tecnologias digitais permitem interações e relações de poder simétricas entre atores sociais, indivíduos e instituições.

> A difusão da internet e da comunicação sem fio descentralizou a rede de comunicação, dando oportunidade para pontos de entrada múltiplos na rede de redes. Embora o surgimento dessa forma de autocomunicação de massa amplie a autonomia e a liberdade dos atores comunicantes, essa autonomia cultural e tecnológica não leva necessariamente à autonomia comercial da mídia. Na verdade, ela cria novos mercados e novas oportunidades de negócios (CASTELLS, 2015, p. 121).

Assim, torna-se cada vez mais importante compreender como estruturas tradicionalmente verticalizadas, como as indústrias de informação, têm se comportado, se

articulado e, mais, quais discursos têm endossado dentro de um contexto no qual os processos comunicacionais ocorrem de maneira menos arborescente, isto é, menos centrados em uma principal região de comando e distribuição. Aqui, entendemos como arborescentes "sistemas hierárquicos que comportam centros de significância e de subjetivação, autômatos centrais como memórias organizadas" (DELEUZE; GUATTARI, 2011, p. 36). No cenário contemporâneo, portanto, os centros de difusão e produção da informação se multiplicaram de tal forma que a distinção entre emissor e receptor está gradativamente turva, revelando incerto o uso da expressão "comunicação de massa" para os estudos de mídia.

Há, porém, processos comunicacionais específicos de comportamento massivo que ocorrem no âmbito das instituições que exigem ainda uma definição específica. A esses processos chamaremos de "comunicação mediada", no mesmo sentido que Thompson (2014, p. 53) definiu a comunicação de massa, em referência "à produção institucionalizada e difusão generalizada de bens simbólicos através da fixação e transmissão de informação ou conteúdo simbólico". O autor considera ainda que a comunicação mediada possui um caráter simbólico irredutível e é "sempre um fenômeno social contextualizado" (2014, p. 36).

Ainda hoje no âmbito de uma sociedade em rede, digitalizada e informatizada, os produtos de mídia, como o jornal impresso, o livro, o cinema e a televisão, possuem um papel determinante nos processos de interpretação da realidade, de autoconsciência e, por conseguinte, de apropriação. "Apropriar-se de uma mensagem é apoderar-se de um conteúdo significativo e torná-lo próprio. É assimilar a mensagem e incorporá-la à própria vida - um processo que algumas vezes acontece sem muito esforço, e outras vezes requer deliberada aplicação" (THOMPSON, 2014, p. 70).

> Este processo de transformação pessoal não é um acontecimento súbito e singular. Ele acontece lentamente, imperceptivelmente, dia após dia, ano após ano. É um processo no qual algumas mensagens são retidas e outras são esquecidas, no qual algumas se tornam fundamento de ação e de reflexão, tópico de conversação entre amigos, enquanto outras deslizam pelo dreno da memória e se perdem no fluxo e refluxo de imagens e ideias (THOMPSON, 2014, p. 71).

Além de influenciarem nas dinâmicas de apropriação, as indústrias de mídia são especialmente caracterizadas pela capacidade de "intervir no curso dos acontecimentos, de influenciar as ações dos outros e produzir eventos por meio da produção e transmissão de formas simbólicas" (THOMPSON, 2014, p. 42). Em outras palavras, a comunicação mediada

se configura como um dos principais meios para o exercício do poder simbólico, ou melhor, do poder capaz de transmitir, produzir e receber significados. Somado a isso, quando se encara os produtos de mídia como resultado de intenções comerciais regulamentadas ou possibilitadas por acordos governamentais, nota-se que esse poder simbólico é exercido também em articulação com outros poderes, como o econômico e o político.

Tais relações de poder, porém, estão presentes não apenas no que se refere à comercialização de notícias, mas também em tudo e em todas as coisas, pois representam um fenômeno social inerente a todo tipo de ação e encontro (THOMPSON, 2014). Importa ainda salientar que "embora a influência em uma relação seja sempre recíproca, nas relações de poder há sempre um grau maior de influência por parte de um ator sobre o outro" (CASTELLS, 2015, p. 57). Elas são, portanto, assimétricas, bem como múltiplas, se sobrepõem e influenciam de maneiras complexas na composição do corpo social, não podendo

> se dissociar, se estabelecer nem funcionar sem uma produção, uma acumulação, uma circulação e um funcionamento do discurso. Não há possibilidade de exercício do poder sem uma certa economia dos discursos de verdade que funcione dentro e a partir desta dupla exigência. Somos submetidos pelo poder à produção da verdade e só podemos exercê-lo através da produção da verdade (FOUCAULT, 1998, p. 179).

Dessa maneira, o poder simbólico é necessário para o exercício de qualquer poder. Os métodos de produção da verdade são diversos e nem sempre estão relacionados à institucionalização da produção de ideias, saberes e conteúdos simbólicos. As igrejas produzem suas verdades, bem como as empresas, os governos, as organizações militares, as escolas e as universidades. Mas também o fazem os movimentos sociais, as diversas disciplinas do campo do conhecimento, as classes, os gêneros e toda sorte de atores que compõem a esfera social. Dentro dessa disputa em rede que se estabelece pelo domínio da verdade, alguns nós possuem mais recursos para o exercício do poder do que outros.

Os conglomerados de mídia são fortes expressões desse tipo de nó dominante (CASTELLS, 2015) e, por representarem instituições paradigmáticas do poder simbólico, são capazes de influenciar na criação de novas territorialidades e também na problematização de territorialidades milenares, compreendendo territorialidade como "domínio da imaterialidade, como concepção distinta de território" (HAESBAERT, 2007, p. 26), que podem ou não ter relação com um espaço formal institucionalizado. Os produtos das indústrias da informação,

como jornais, telejornais, agências de notícia e rádios, além de serem capazes de fornecer subsídios para constituição de novas territorialidades, interferem mais especificamente na dimensão simbólico-cultural de um território. Quando se fala especificamente sobre feminicídio, podemos encarar a questão tanto como uma territorialidade sem território, por representar um fenômeno histórico e global de motivação misógina que contribui para a manutenção do patriarcado há décadas; quanto como uma territorialidade com território, se analisarmos casos específicos, como o de Ciudad Juarez, no México. No fim dos anos 1990, ativistas locais passaram a denunciar sequestros, desaparecimentos, violências sexuais e brutais assassinatos que estavam assolando as mulheres da cidade naquele período. A maioria das mulheres assassinadas eram "jovens migrantes, ou de famílias de migrantes, operárias da indústria" (PASINATO, 2011, p. 226). Nesse caso, a territorialidade do feminicídio mantém a motivação misógina, mas ganha um contorno local, por estar fortemente relacionada aos processos de industrialização e de intensa migração que ocorreram no território de Ciudad Juarez.

Se as indústrias de mídia são capazes de influenciar nas relações de poder relacionadas às dinâmicas de apropriação, dominação, territorialidade e autoconsciência, o mesmo vale para o jornalismo - mais notadamente quando tal campo se coloca como portador da verdade. É necessário pontuar, contudo, que os jogos de poder nos quais se inscrevem a imprensa e o jornal refletem relações que existem desde a sua origem. As primeiras tipografias e organizações editoriais, surgidas no século XVI na Europa, "não eram somente centros de comércio, mas lugares de encontros para clérigos, eruditos e intelectuais" (THOMPSON, 2014, p. 88). Elas, ao mesmo tempo que exerciam poder por si ao definir o que publicar e o que não publicar, eram também um recurso utilizado por outras instituições para o exercício de seus poderes. Por abarcar relações de poder tão imbricadas, as tentativas de controle dessas casas editoriais foram bastante limitadas. A Igreja Católica manifestou sua tentativa de controle a partir da indicação de livros proibidos, que culminou na criação do *Index librorum prohibitorum*. Ele foi inicialmente promulgado em 1559, mas permaneceu em efeito por quatro séculos. Em contrapartida, a produção impressa teve uma função importante na reforma protestante, principalmente na distribuição das teses de Lutero.

> Publicações periódicas de notícias e informações começaram a aparecer na segunda metade do século XVI, mas as origens dos jornais modernos são geralmente situadas nas primeiras duas décadas do século XVII, quando

> periódicos regulares de notícias começaram a aparecer semanalmente com um certo grau de confiabilidade (THOMPSON, 2014, p. 99).

Com o desenvolvimento dos Estados-nação, que se deu a partir do final do século XVIII, os jornais passaram a se colocar como mediadores dessa territorialização iminente, fortemente marcada pela intensificação da diferença entre o público, representado pelos governantes, e o privado, representado pelo mercado e pelas famílias. Ao jornalismo, caberia a função de informar a sociedade civil sobre as decisões estatais e, mais, divulgar o que fosse de interesse comum. Essa ideia do jornal como mediador, que é também base da criação do termo mídia, deu ao jornalismo uma aparência de verdade e influenciou ainda na solidificação de outros conceitos, como o de quarto poder (RAMONET, 2013). Esta noção remonta o período da Revolução Francesa e nasceu com o intuito de designar os meios de comunicação. Os jornais, ao dar voz aos anseios da população, deveriam funcionar como uma espécie de quarto poder, fiscalizando todos os outros - legislativo, executivo e judiciário. Os estudos de comunicação contemporâneos já consideram, todavia, que as instituições de mídia estão totalmente permeadas pelos poderes econômico e político de forma que sua atuação atropela os outros poderes (RAMONET, 2013) que compõem a democracia ao, por exemplo, dar visibilidade a ações de ministérios e de deputados, bem como influenciar em decisões judiciais.

Para os teóricos da Comunicação, as soluções para oxigenar o jornalismo, pensando o campo como um espaço de produção de significados necessário à democracia, são muitas. Para Paiva (2003), a saída está na comunicação comunitária. Para Ramonet (2013), a criação de um quinto poder representado pelos cidadãos seria a principal maneira de reagir à dominação do poder midiático. Já para Dênis de Moraes (2013), a solução pode estar nas agências de notícia alternativas e, para Castells (2015) e Serrano (2013), na internet. Em todo caso, a crítica se torna urgente. Em um momento em que os produtos de mídia parecem crescer em diversidade, faz-se necessário observar e analisar não apenas os enredos escolhidos pelo jornalismo, mas também e primordialmente de que forma eles são desenvolvidos e que efeitos de sentido eles provocam.

I.b - A questão da visibilidade: o privado também é público

O funcionamento e o papel dos meios de comunicação têm sido objeto de estudos desde a década de 1920. Com a formulação do conceito de "indústria cultural" (ADORNO; HORKHEIMER, 1985), por parte dos integrantes da Escola de Frankfurt, funda-se um dos primeiros movimentos de crítica ao caráter comercial dos produtos comunicacionais, entre eles jornais impressos e programas televisivos. Para esses autores, os meios de comunicação constituem um sistema, em que cada "setor é coerente em si mesmo e todos o são em conjunto" (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p. 113). Nesse sentido, os produtos culturais são elaborados a partir de um processo semelhante e com o mesmo objetivo do que os produtos industriais: em larga escala, estimulando maior consumo e produtividade, a partir de uma lógica capitalista de reprodução e distribuição.

> O cinema e o rádio não precisam mais se apresentar como arte. A verdade é de que não passam de um negócio, eles a utilizam como uma ideologia destinada a legitimar o lixo que propositalmente produzem. Eles se definem a si mesmos como indústrias, e as cifras publicadas dos rendimentos de seus diretores gerais suprimem toda dúvida quanto à necessidade social de seus produtos (ADORNO, HORKHEIMER, 1985, p. 114).

O jornal, como uma modalidade desses produtos culturais, e os conteúdos que veicula, se instituem, portanto, como uma mercadoria, padronizada e produzida em série. A técnica da padronização encontra, muitas vezes, legitimação na necessidade dos consumidores, mas o que Adorno e Horkheimer destacam em seus estudos é o "terreno no qual a técnica conquista seu poder sobre a sociedade", que se dá através do "poder que os economicamente mais fortes exercem sobre a sociedade" (ADORNO, HORKHEIMER, 1985, p. 114).

Ainda hoje essas visões de mundo perpassam os estudos do campo da Comunicação. Ramonet (2013, p. 99) traz a noção de "quinto poder", um poder dedicado a revelar a quem pertencem as informações divulgadas e a quem elas beneficiam, bem como a analisar os discursos presentes nos jornais. Esses apontamentos colocam em xeque a objetividade propalada pelos meios de comunicação hegemônicos, reforçando as relações de poder entre diversos atores sociais. Essas relações estão presentes não apenas nos modos de produção dos jornais de grande circulação, mas também nas formas simbólicas veiculadas diariamente nas redes sociais, na televisão ou mesmo nas relações interpessoais, capazes de manifestar conceitos e posições sociais constituídos nos enunciados postos em circulação. Os produtos de mídia, contudo, possuem um papel de destaque nessas relações, o que torna essencial a análise dos conjuntos enunciativos que esses produtos trazem consigo.

Em *Dialética do Esclarecimento*, apesar de criticarem a passividade da massa consumidora dos produtos culturais, Adorno e Horkheimer não descartam a subjetividade do indivíduo, quando afirmam que ele "deve aproveitar seu fastio universal como uma força instintiva para se abandonar ao poder coletivo de que está enfastiado" (1985, p. 143). Essa ideia se aproxima do esforço de Foucault de destrinchar o funcionamento do poder e de questionar a ideia de um discurso verdadeiro, apontando para a existência uma "vontade de verdade que atravessou tantos séculos de nossa história" (2014, p.14). Todos eles questionam uma dominação, um tipo específico de exercício do poder a partir do controle da produção de ideologia, para Adorno e Horkheimer, e do discurso, para Foucault.

> Mas essa aproximação de Foucault com a Escola de Frankfurt não é um acordo permanente. Embora partam da ideia marxiana de que "o homem produz o homem", afastam-se nas conclusões que tiram quanto à concepção de sujeito. "Grosso modo", pode-se dizer que essa Escola assenta-se em um humanismo marxista e trabalha com conceitos como alienação e repressão, liberação versus exploração; através da liberação, o sujeito pode encontrar sua identidade ou essência primordial, impedida de se realizar devido ao exercício alienante do poder (SAMPAIO, S. p. 226).

Já para Foucault, "o que deve ser produzido, não é o homem tal qual a natureza teria traçado, ou assim como prescreve sua natureza; nós temos que produzir algo que não existe ainda e a qual nós não podemos saber o que será" (FOUCAULT apud SAMPAIO, S. p. 226). Para ele, o sujeito, portanto, não se descobre, mas se inventa em um devir constante. Desta forma, nos ateremos às aproximações cabíveis entre as duas linhas de pensamento no que se refere ao exercício do poder por meio dos produtos culturais e seus discursos.

Os discursos, segundo Foucault (2008), são marcados por uma dispersão de acontecimentos enunciativos, que nos permite retomá-los e esquecê-los ao longo de sua temporalidade. O autor considera que "um enunciado é sempre um acontecimento que nem a língua nem o sentido podem esgotar inteiramente" (FOUCAULT, 2008, p. 31). O discurso, portanto, não é formado apenas por seu aspecto sensível, visual, linguístico, mas também pela carga sócio-histórica presente na memória dos seus enunciados. Ele possui tanto um aspecto material, quanto um aspecto simbólico. Caberia à análise do campo discursivo, compreender a formação desses enunciados, determinando as suas condições de existência, para, enfim, identificar formas de regularidades ou outros tipos de relações.

> No caso em que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), diremos, por convenção, que se trata de uma formação discursiva (FOUCAULT, 2008, p. 43).

Essa análise, que Foucault chama de "descrição dos acontecimentos discursivos", difere, contudo, de uma análise da língua, já que a língua "constitui sempre um sistema para enunciados possíveis", enquanto que a descrição compreende exatamente o enunciado formulado.

> Eis a questão que a análise da língua coloca a propósito de qualquer fato de discurso: segundo que regras um enunciado foi construído e, consequentemente, segundo que regras outros enunciados semelhantes poderiam ser construídos? A descrição de acontecimentos do discurso coloca uma outra questão bem diferente: como apareceu um determinado enunciado, e não outro em seu lugar? (FOUCAULT, 2008, p. 30).

Por meio da análise no campo discursivo, é possível identificar de que forma os enunciados incidem sobre a nossa percepção da verdade. E por "verdade", "entender um conjunto de procedimentos regulados para a produção, a lei, a repartição, a circulação e o funcionamento dos enunciados" (FOUCAULT, 1998, p. 14). A irrupção de acontecimentos enunciativos pode servir, então, de estratégia para influenciar nas formações discursivas a respeito de determinado tema. Encarando o jornalismo como um lugar de produção de enunciados, a visibilidade proporcionada pelos meios de comunicação se dá de maneira discursiva e funciona como um espaço de disputa pela produção da verdade.

Quando se fala em "visibilidade" fala-se a partir do reconhecimento da forte presença dos meios de comunicação como componente do dispositivo (FOUCAULT, 1998) de produção da vida cotidiana e também de uma visão crítica dos meios de comunicação. O dispositivo é justamente a relação entre discursos, enunciados, leis e instituições. "Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre estes elementos" (FOUCAULT, 1998, p. 244).

A busca por visibilidade apresenta-se como uma tentativa de superar a dispersão dos elementos que constituem nossa sociedade em níveis simbólicos, uma vez que existem instituições capazes de organizá-los. O fato de os meios de comunicação tornarem visíveis ações e acontecimentos, bem como darem espaço e voz para causas diversas, é o que Thompson (2008) chamou de "visibilidade mediada".

> Conquistar visibilidade pela mídia é conseguir um tipo de presença ou de reconhecimento no âmbito público que pode servir para chamar a atenção para a situação de uma pessoa ou para avançar a causa de alguém. Mas, da mesma forma, a inabilidade em conquistar a visibilidade através da mídia pode condenar uma pessoa à obscuridade. (THOMPSON, 2008, p. 37)

Em seus estudos, Thompson (2014) enfatiza ainda a relação desse conceito com a dicotomia público-privado, compreendendo o caráter informacional dessa distinção. A consolidação dos estados modernos e o fim da Idade Média influenciou o entendimento de uma relação dissociada entre estado e sociedade civil. Nesse sentido, "público" seria o domínio concernente às instituições estatais e o "privado" estaria relacionado às relações familiares e interpessoais, bem como às empresas privadas que operam "num mercado econômico e visando, de alguma maneira, fins lucrativos" (THOMPSON, 2014, p. 164). Porém, o pensamento sociopolítico ocidental permitiu uma nova compreensão dessa dualidade, abalando as fronteiras existentes entre as duas noções para conceber como "público" tudo aquilo que é visível, acessível ao público, e como "privado", o que é oculto.

> Neste sentido, a dicotomia tem a ver com *publicidade* versus *privacidade*, com *abertura* versus *segredo*, com *visibilidade* versus *invisibilidade*. Um ato público é um ato visível, realizado abertamente para que qualquer um possa ver; um ato privado é invisível, realizado secretamente atrás de portas fechadas (THOMPSON, 2014, P. 112).

Por essa lógica, é possível compreender o caráter público que recebem as notícias produzidas pelos grandes jornais. Apesar de as indústrias de mídia se localizarem no âmbito do privado por se configurarem como empresas que atuam num mercado privado, seu alcance tem um comportamento massivo que lhes atribui uma capacidade singular de tornar públicos ideias e acontecimentos. Essa erosão dos limites entre público e privado foi levantada também por outras áreas, a exemplo do feminismo que, no final dos anos 1960, passou a questionar "a clássica distinção entre o 'dentro' e o 'fora', o 'privado' e 'público'. O slogan do feminismo era: 'o pessoal é político'" (HALL, 2006, p. 45).

Evidentemente, a partir deste aporte teórico, o jornalismo, em especial aquele presente nos veículos de grande circulação, representa um importante recurso para o exercício do poder, uma vez que torna visíveis ou invisíveis determinadas ações e ideias. Contudo, não se deve confundir a visibilidade da coisa com a coisa visual, isto é, com as palavras, as frases ou as imagens veiculadas, assim como não se pode dizer que os discursos endossados ou elaborados pelos jornais equivalem ao texto escrito ou falado. A esse respeito, Deleuze (1991)

aponta a intenção de Foucault de criar uma função específica para as visibilidades, definindo-as como "relâmpagos, reverberações, cintilações" (DELEUZE, 1991, p. 62).

> As visibilidades não se confundem com os elementos visuais ou mais geralmente sensíveis, qualidades, coisas, objetos, compostos de objetos. Foucault constrói a esse respeito uma função tão original quanto a do enunciado. É preciso rachar as coisas, quebrá-las. As visibilidades não são formas de objetos, nem mesmo formas que se revelariam ao contato com a luz e com a coisa, mas formas de luminosidade (DELEUZE, 1991, p.61-62).

Ou seja, tão importante quanto falar sobre algum tema é entender de que maneira se fala sobre esse tema. As dinâmicas de visibilidade e invisibilidade permitidas e articuladas pelos jornais muito se aproximam do que Paiva (2003) afirmou ser uma característica do atual estágio da comunicação mediada: a capacidade de *apresentação*. Tal atributo opera em relação direta e fortemente impulsionado pelo *marketing*, entendendo que esse procedimento funciona não apenas a partir de uma pretensão mercantil, mas também do interesse em engendrar, preservar, evitar ou motivar estilos de vida.

> Por isso, é necessário tentar entender o significado desse conceito que evoca de imediato duas posturas. A primeira refere-se à tentativa de suprimir qualquer tendência à negatividade, uma vez que aportar na ideia de apresentação significa comprometer-se com o simples mostrar-se, exibir-se, expor-se, manifestar-se, enfim, uma vinculação com a exterioridade e não com a essencialidade. A segunda refere-se ao entendimento de que é possível *interpretar* a atualidade a partir de sua visibilidade, ou seja, "de seus produtos" (PAIVA, 2003, p. 50).

Por ser capaz de visibilizar e apresentar determinados enredos em detrimentos de outros, bem como endossar ou silenciar determinados discursos, o jornalismo ganha um papel importante na denúncia de problemas sociais e, portanto, na construção de uma democracia mais cidadã. Porém, ao mesmo tempo, por estar permeado por diversos poderes, os jornais de grande circulação nem sempre cumprem esse papel de forma eficaz.

I.b.a - Visibilizando a violência de gênero

A disputa por visibilidade se torna ainda mais significativa ao observar as ações e as pautas dos movimentos sociais pós-cidadania (JASPER, POLLETTA, 2001). Esses movimentos compreendem um tipo específico de ação coletiva, definidos por Jasper e Polletta como aqueles compostos por pessoas "que já usufruem da maioria ou de todos os direitos

básicos dos cidadãos, incluindo a habilidade de se mobilizar legalmente e pressionar políticos" (JASPER, POLLETTA, 2001, p. 287, tradução nossa).

Não é possível dizer que todos os movimentos que atuam a partir da perspectiva feminista se enquadrem nessa definição, uma vez que muitas mulheres e meninas ao redor do mundo ainda não usufruem de seus direitos básicos. Contudo, pode-se afirmar que a luta por visibilidade nos meios de comunicação é uma pauta importante para movimentos feministas pós-cidadania, já que as participantes desse tipo de ação coletiva "dificilmente têm uma identidade imposta pelos sistemas político e jurídico; consequentemente, elas têm mais liberdade para se engajar em reformulações criativas de quem são" (JASPER, POLLETA, 2001, p. 287, tradução nossa). Assim, a busca por visibilidade, para esses movimentos, apresenta-se como estratégia para interferir na constituição das formações discursivas (FOUCAULT, 2008) e, portanto, nos enunciados veiculados, que influem tanto sobre quem são, quanto sobre o que querem denunciar ou transformar.

Uma das reivindicações de diversos grupos e organizações feministas é a denúncia da violência contra a mulher como um fenômeno social misógino, associada ao apelo para que não fique presa às corriqueiras abordagens sensacionalistas de casos singulares por parte dos conglomerados de mídia. Isso porque o jornalismo presente nos jornais de grande circulação, no geral, é visto como detentor de um papel estratégico na pressão por avanços nas políticas públicas, bem como na divulgação de dados e informações que incentivem o combate à violência contra a mulher.

A denúncia desse tipo de violência já era uma pauta das mulheres brasileiras no fim da década de 1970, quando se iniciava o movimento feminista no país em paralelo ao processo de redemocratização. Porém, no que se refere à cobertura midiática, o assunto costumava ser abordado somente em cadernos e diários específicos, como o suplemento cultural "Folhetim" do jornal *Folha de S. Paulo*, que mudou de nome no final dos anos 1980.

> No 8 de março de 81, a capa do Folhetim chama para o caráter fortemente reivindicativo do movimento: "O que as mulheres tanto procuram?". E mais uma vez encontramos os temas que mobilizam as feministas na época: trabalho, salário desigual, trabalho doméstico, profissões ditas femininas e socialmente desvalorizadas, como a das boias-frias ou das empregadas domésticas (SCHMIDT, 2000, p. 4).

Ruth Cardoso (1981) foi uma das vozes a manifestar, no Folhetim, a questão da violência, buscando justificar a discussão por um ângulo feminino e destacando que, ao

designar às mulheres “um papel passivo e submisso, nossa sociedade criou um espaço para o exercício da dominação e da imposição masculina”. Apesar de ter dado espaço às mulheres no início dos anos 1980, é preciso destacar que o suplemento iniciou uma série de ataques ao movimento a partir dos anos 1990, quando o Brasil entrava na chamada Era Collor (SCHMIDT, 2000).

A publicação de opiniões e de casos de violência contra a mulher por parte dos meios de comunicação é encarada como uma estratégia para o enfrentamento das lutas diárias, inclusive para o combate deste tipo específico de violência. Hoje, as mulheres brasileiras avançaram em suas conquistas e na garantia de seus direitos, bem como na visibilidade de sua agenda de reivindicações. Evidência disso é a aprovação de diversas leis que combatem a violência contra a mulher, como a Lei Maria da Penha, de 2006, e a Lei do Feminicídio, de 2015.

Apesar de haver uma série de mecanismos legais e políticas sociais em andamento, os índices apontam para a persistência desse problema na sociedade brasileira, mostrando que apenas instrumentos disciplinares não são suficientemente eficazes e que outras ações no plano dos pactos sociais e simbólicos precisam ser engendradas. Uma dessas ações é a geração de visibilidade por parte dos meios de comunicação, capazes de não apenas noticiar casos de violência de gênero, como também de contribuir para que a sociedade melhor compreenda as motivações desses crimes. A partir dessa ótica, a mídia e o jornalismo, devido a sua relevância entre os dispositivos (FOUCAULT, 1998) sociais de produção de verdade, têm um papel fundamental no enfrentamento a esse problema. Na imprensa brasileira, os casos de violência de gênero são predominantemente pauta nos noticiários policiais e têm presença significativa nos principais jornais nacionais (SANEMATSU, 2011).

> As redações e os jornalistas dedicam espaço considerável aos temas relacionados à violência contra as mulheres, uma questão social relevante e de interesse da população. Contudo, há excessiva concentração da cobertura em reportagens, especialmente as de caráter policial, que carecem de contextualização e problematização (SANEMATSU, 2011, p. 67).

Apesar de muitos desses crimes contra a vida das mulheres ocorrerem por razão de gênero, ou seja, por motivações misóginas, é comum encontrar eufemismos sobre as razões do criminoso em notícias e reportagens produzidas pela imprensa, que podem ser entendidos como um silenciamento, um não dito. É importante destacar que a expressão “crime passional” tem uma tradição maior em alguns jornais de grande circulação, como na *Folha de*

S. Paulo, em que se observam ocorrências desde a década de 1970 (OLIVEIRA, 2010). Essa expressão costuma designar crimes que envolvam relações familiares e motivações emocionais, como ciúmes ou raiva. Contudo, esse tipo de crime, tão comum no imaginário social, não é tipificado pelo código penal brasileiro, já o feminicídio, por exemplo, é.

> 'Ataque de ciúmes', 'perdeu a cabeça', 'estava fora de si', 'ficou transtornado', 'teve um surto', 'ataque de loucura': estas são as principais alegações para 'justificar' um feminicídio que, além de serem frequentemente utilizadas pelos autores do crime e por policiais e delegados, são reproduzidas com grande destaque pela imprensa. (PRADO; SANEMATSU, 2017, p. 143)

O tema da violência contra a mulher, portanto, tem se revelado uma pauta com presença significativa em diversos os jornais impressos. Contudo, mais do que verificar sua presença, é preciso compreender suas formas de luminosidade, ou melhor, como os enunciados são construídos e que discursos e narrativas eles colocam em circulação.

I.c - Jornalismo e narrativa

Com a chamada virada linguística - ou giro linguístico - que possibilitou a formação de novas bases para o desenvolvimento da filosofia ocidental, e consequentemente das ciências humanas como um todo, as formas simbólicas e os processos cognitivos passaram a ocupar um lugar de destaque na compreensão e apreensão da vida em sociedade. A linguagem, portanto, ganhou um papel indispensável para a existência humana, bem como para todas as relações que lhe são intrínsecas. Por essa linha, "conhecemos o mundo sempre de modo tentativo à medida que o designamos com palavras e o construímos sintaticamente em enunciados, à medida que o *empalavramos*" (DUCH apud MOTTA, 2013, p. 64). Os indivíduos existem por meio da linguagem, que por sua vez é construída pelos próprios indivíduos. Motta (2013), parafraseando Lluís Duch, elucida tal matriz de pensamento:

> Nós, seres humanos [...], dependemos da linguagem para conhecer, nomear e expressar tudo: *empalavramos* seguidamente o mundo recriando a realidade. Não existe vida humana à margem da palavra, conclui ele: a linguagem é a experiência humana essencial, torna o ser humano. *Empalavramos* o mundo porque essa é a forma humana de conhecer (MOTTA, 2013, p. 64).

Levando em conta que o conceito de narrativa tem sido evocado por diversos pesquisadores em diferentes áreas, como na crítica literária, na filosofia e nos estudos de

comunicação social, é necessário que delimitemos mais precisamente nosso ponto de partida. Entendemos narrativa conforme nos aponta Motta (2005), como "uma forma de sucessivo *empalavramento* dramatizado da realidade imediata para ajudar o homem e as coletividades a se situarem no mundo e na história" (2005, p. 70), e Baker (2005, p. 1, tradução nossa) para quem a "narrativa não é concebida como um modo opcional de comunicação, mas como o principal e inescapável modo pelo qual experienciamos o mundo". Uma narrativa pode ser definida ainda como "um discurso que narra uma sequência de acontecimentos" (THOMPSON, 2011, p. 373).

Desta maneira, as instituições e os conhecimentos produzidos são formas de acessar o real, de objetivar a realidade. O jornalismo, portanto, se apresenta como uma das maneiras de possibilitar esse acesso e essa materialidade do real. Intrinsecamente, o jornalismo se vale de acontecimentos do real para existir. Ou ainda é possível dizer que o jornalismo se vale de fatos, é responsável por noticiar os eventos do mundo. A partir de uma leitura discursiva do jornal, porém, pode-se afirmar que o jornalista nada mais é do que um intérprete da realidade e que de maneira nenhuma suas escolhas, tanto de enredo, quanto de linguagem, são aleatórias. Apesar de assumir e endossar o discurso da objetividade, o jornalismo, na verdade, só existe a partir de uma arbitrariedade, a partir da existência de um mediador no sentido mais estrito da palavra: aquele que intervém. A essa característica, Sodré chama de "arbítrio profissional" (2012, p. 23), referindo-se à competência do jornalista de definir o que é interessante e o que não é interessante de ser noticiado.

Se o jornalismo confere ao jornalista essa capacidade de enquadrar, ele "não é reflexo, mas construção social de uma realidade específica" (SODRÉ, 2012, p. 26), conforme se ocupa a abordagem do *newsmaking* - uma das formulações para o jornalismo que o institui como produto das condições objetivas de produção e do domínio de técnicas para o recorte de eventos noticiáveis no mundo. Ao construir essa realidade, o jornalista, utilizando a linguagem como sua principal ferramenta, pode ainda produzir efeitos de real, a partir da demarcação de elementos que conectem a informação com o mundo concreto como o local e a data; e efeitos poéticos, responsáveis por gerar no leitor emoções tão fortes quanto pode gerar um livro ou um filme, como num encontro entre o factual e o ficcional.

> Por entre as dobras do real e do imaginário, trafega a estrutura discursiva midiática, eclodindo num universo espetacular, fascinante, sobrecarregado de *look* que enreda o indivíduo num processo identificatório imaginário. Fuga do real? Antes, o encontro com um real que o satisfaz, em primeira instância, porque lhe possibilita a chance de experimentar a tristeza da mãe

> ao ver seu filho partir, a expectativa do encontro amoroso, a raiva diante da injustiça, a fala mansa e cheia de charme do enamorado... tudo como se estivesse acontecendo de fato (PAIVA, 2000, p. 114).

Essas emoções, frequentemente provocadas pelo jornalismo, são efeitos de uma performance dramática dos meios de comunicação, quase espetacular. “A linguagem jornalística é por natureza dramática e a sua retórica é tão ampla e rica quanto a literária” (MOTTA, 2005, p. 11). Em uma sociedade em rede, porém, talvez não se possa mais falar em um único espetáculo projetado pelos meios de comunicação, mas em inúmeros. Diversas encenações e teatralidades, com público, roteiro e personagens, ocorrem concomitantemente. A realidade concreta e objetiva, por ser objeto e cenário do espetáculo, “está presente nos dois lados. O alvo é passar para o lado oposto: a realidade surge no espetáculo, e o espetáculo no real” (DEBORD, 2003, p. 16). Desta maneira, as notícias produzidas pelo jornalismo habitam um local que paira entre o concreto e fantasia, entre a ficção e o fato. A este local, chamaremos de narrativa.

Vale lembrar que antes do desenvolvimento da imprensa e dos jornais existiam redes de comunicação diversas, organizadas para perseguir objetivos específicos, como as redes estabelecidas entre clérigos, entre autoridades políticas e entre comerciantes. No início da Europa moderna, formou-se ainda uma quarta rede de comunicação que já colocava o portador das informações do mundo no papel de narrador. As

> informações eram também transmitidas às cidades e aldeias através das redes de comerciantes, mascates e entretenedores ambulantes, como contadores de histórias e trovadores. Ao se reunirem em mercados ou tabernas e interagirem com mercadores e viajantes, todos ficavam sabendo de acontecimentos ocorridos em lugares os mais distantes (THOMPSON, 2014, p. 97).

Diferente da trova e da contação de história, todavia, o jornalismo busca esconder sua capacidade narrativa, concebendo até mesmo estratégias de linguagem capazes de omitir o narrador, o jornalista. Os jornais de forma geral fogem de sua aparência narrativa e reforçam seus discursos de imparcialidade e independência, colocando-se apenas como responsáveis pela descrição dos acontecimentos e pela entrega, ao leitor, da informação, tal qual um espelho. Diferente dessa projeção institucional, Motta (2005) considera que notícias, reportagens e documentários são narrativas midiáticas fáticas e que é a partir da exploração dos fatos que os produtos de mídia dessa natureza alcançam o efeito base para seus discursos de objetividade: o efeito de real.

Isto posto, a narrativa jornalística está permeada por elementos estéticos comuns a outros tipos de narrativa. De maneira geral, a estrutura de uma narrativa literária é formada pelas seguintes unidades: apresentação, desenvolvimento, clímax e desfecho - sabendo que nem sempre elas aparecem para o leitor nessa exata ordem. Narrador, enredo, espaço, tempo e personagens são outros elementos constitutivos de uma narrativa.

> Ao estudar a estrutura narrativa, podemos procurar identificar os efeitos narrativos específicos que operam dentro de uma narrativa particular, ou elucidar seu papel na narração da história [...]. Mas nós podemos também examinar - e esta é a ênfase principal dos tipos de análises iniciados por Propp - os padrões, personagens e papéis que são comuns a um conjunto de narrativas e que constituem uma estrutura subjacente comum (THOMPSON, 2011, p. 374).

Em especial, a narrativa literária se constitui em torno da intriga e da tensão de duas forças. “Uma é a mudança, o inexorável curso dos acontecimentos, a interminável narrativa da ‘vida’ (a história), onde cada instante se apresenta pela primeira e última vez. É o caos que a segunda força tenta organizar” (TODOROV, 2006, p. 20-21). Busca-se, em seu desenvolvimento, o desfecho, a fim de estabelecer uma ordem para a intriga fundamental. O mesmo ocorre com a narrativa jornalística que encontra no fato noticioso, e por vezes cotidiano, sua própria intriga. São diversos os casos em que se pode observar a performatividade dramática do jornalismo. Os escândalos políticos frequentemente se transformam em grandes enredos, com episódios e personagens delimitados pelos jornais.

> A situação inicial de uma narrativa jornalística é, quase sempre, um fato de conotações dramáticas imediatas e negativas, que irrompe, desorganiza e transtorna. É, portanto, uma situação dramática desde o início, um conflito ou situação problema que desestabiliza, rompe o equilíbrio, traz ambiguidades. Pode ser a falta ou o excesso de alguma coisa, pode ser uma inversão ou transgressão, pode ser um conflito manifesto ou implícito: um crime, um golpe, uma infração, um choque, um rompimento, uma anormalidade climática, a eclosão de um fenômeno físico ou social de impacto. (MOTTA, 2005, p. 5).

A diferença entre as narrativas literária e jornalística é que, no caso do jornalismo, os enredos e os personagens sempre possuirão um referencial no mundo histórico. A narrativa literária se apresenta, por si, como narrativa, como construção. Mesmo que se proponha a narrar eventos que ocorreram no mundo objetivo, a literatura está a todo momento evocando a subjetividade de um autor ou autora. Já a narrativa jornalística, não; ela se fixa e se desenvolve em sua aparência de real, ainda que, na verdade, seja apenas uma das formas de

acessar o real. “A historiografia e o jornalismo são exemplos da narrativa objetiva, relatos que pretendem se aproximar do real” (MOTTA, 2013, p. 89). Por meio da utilização de recursos como a suíte, isto é, a divulgação de notícias e reportagens que tenham relação com fatos publicados anteriormente, o jornalismo permite ainda a construção de uma narrativa seriada, muito próxima ao gênero literário do folhetim, por exemplo.

> O convite que o jornal lança ao leitor para que ele retorne às páginas, no dia seguinte, atua como importante élan para o reconhecimento daquele espaço como articulador de uma narrativa continuada. Por meio do artifício da narrativa folhetinesca, o jornal cria a expectativa quanto ao que virá amanhã, em estreita ligação com aquilo que aqui está hoje e veio ontem. Dessa forma, pode-se dizer que o folhetim contribui para a consolidação de uma narrativa continuada, embora feita aos pedaços (DALMONTE, 2011, p. 223).

O jornal se comporta como narrador a todo momento, seja por meio da atuação do jornalista, do pauteiro ou do editor. Tal característica se manifesta em uma série de atividades relacionadas ao fazer jornalístico como na seleção das vozes a serem ouvidas que, no cotidiano das redações hoje, são desavisadamente chamadas de personagens; na triagem dos aspectos principais de um acontecimento e de qual acontecimento noticiar; na escolha das palavras, da ordem, das falas em relevo e de toda sorte de informações apresentada em suas notícias e reportagens. O enquadramento ou o recorte que o jornal realiza sobre determinado assunto demonstra seu aspecto arbitrário, de intervenção. Essa narrativa, contudo, não tem se demonstrado tão criativa quanto a literária, como observa Leal (2002), já que se encontra fortemente atravessada pelas condições internas de um fazer jornalístico. Ao buscar de forma intensa pela credibilidade e pela verossimilhança, a narrativa jornalística se mostra marcada “pela estabilização de formas, fórmulas, padronizações que, ao se tornarem familiares aos leitores, ‘naturalizam’ o relato” (LEAL, 2002, p. 3).

Apesar de Motta e Foucault, autores centrais nesta pesquisa, assumirem que a narrativa e a discurso não se resumem, respectivamente, à materialidade, ao texto, à fala, eles, porém, não descartam sua importância para delimitação de tais conceitos. O texto é uma forma de materialização da linguagem, integrando discursos e narrativas que, por sua vez, subjazem ao próprio texto. Se narrar “é uma atitude argumentativa, um dispositivo de linguagem persuasivo, sedutor e envolvente” (MOTTA, 2013, p. 74), a narração, então, prevê os efeitos dramáticos que acarreta. Por isso, mesmo entendendo que a narrativa é o modo pelo qual vivenciamos o mundo, o analista não deve desprezar os aspectos estéticos e estruturais

dos enunciados a que se dedica estudar. Reordenar o tempo e identificar a intriga e as estratégias textuais no relato jornalístico são maneiras de encontrar sua capacidade narrativa.

> A análise da narrativa jornalística é um meio caminho entre a análise da narrativa literária (ficcional) e a análise da narrativa histórica (fática), integrando elementos dessas duas vertentes em uma síntese narrativa nova e singular, que precisa dar conta da complexidade semiótica da comunicação jornalística (MOTTA, 2013, p. 100).

Para Motta (2005), as narrativas são ainda meios de exercício de poder e de hegemonia. Isso porque elas são de ordem simbólica, capazes de autorizar discursos que sirvam para manter as relações de dominação presentes no corpo social ou para questioná-los. Portanto, se o jornalismo é capaz de produzir significados, por meio de suas narrativas e discursos, ao se analisar o comportamento dos jornais e dos produtos de mídia, deve-se ir na direção desse significado, a fim de descrevê-lo e interpretá-lo.

CAPÍTULO II - FEMINICÍDIO COMO EXPRESSÃO MÁXIMA DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO

II.a - Perspectivas feministas e a categoria "gênero"

Quando evocamos o conceito de feminicídio, tendo como base sua carga sociopolítica, estamos também trazendo à tona o conceito de gênero. Tal categoria pode ser lida através de diferentes sistemas de pensamento e, inicialmente, estava mais relacionada à diferenciação entre o feminino e o masculino, definindo os papéis sociais que os sujeitos de cada sexo devem exercer. A ideia do sujeito descentralizado se faz essencial, aqui, para entendermos, em um nível epistemológico, como as noções de sexo biológico e de identidade de gênero começaram a ser tidas como dissociáveis.

Dentro dos estudos sobre a pós-modernidade, também conceituada por diversos autores como modernidade tardia (GIDDENS, 2002; HALL, 2006), a noção de sujeito começa a quebrar seus próprios contornos, não mais se referindo a um sujeito uno, cartesiano - muito presente nos estudos iluministas, pós-Revolução Francesa. Esses questionamentos apontaram, assim, para a irrupção de uma crise de identidade enquadrada como um conflito constitutivo dos indivíduos nas sociedades contemporâneas. Para Hall (2006, p. 9), essas mudanças estruturais seriam visíveis desde o final do século XX e estariam

> fragmentando as paisagens culturais de classe, gênero, sexualidade, etnia, raça e nacionalidade, que, no passado, nos tinham fornecido sólidas localizações como indivíduos sociais. Estas transformações estão também mudando nossas identidades pessoais, abalando a ideia que temos de nós próprios como sujeitos integrados. Esta perda de um "sentido de si" estável é chamada, algumas vezes, de deslocamento ou descentração do sujeito.

Os estudos feministas, ao contestarem a clássica distinção entre público e privado e ao politizarem as subjetividades, contribuíram bastante para a ideia do deslocamento do sujeito cartesiano. "O feminismo questionou a noção de que os homens e as mulheres eram parte da mesma identidade, a 'Humanidade', substituindo-a pela questão da diferença sexual" (HALL, 2006, p. 46). Os sujeitos passam a ser estudados e interpretados a partir da diferença, considerando as diferentes relações de poder que os interpelam e nas quais podem ocupar, portanto, diferentes posições de sujeito. Assim, a ideia do sujeito do Iluminismo, aquele cuja concepção está relacionada a um indivíduo centrado, racional e dono de sua história, é

colocada em xeque pela compreensão dos sujeitos sociológico e pós-moderno. Estes, por sua vez, refutam a completa autonomia do indivíduo diante de si e do mundo e destacam a importância das relações sociais e dos sistemas culturais na compreensão e na formação desse ente. A identidade unificada e plenamente coerente passa a ser tomada por diversos teóricos e teóricas como uma ficção. Para tentar contornar essa crise, alguns se dedicam a explorar ideias como a multiplicidade de identidades (HALL, 2006), os pontos nodais (LACLAU, 1990; MOUFFE, 2001), as posições de sujeito (MOUFFE, 2001) e outras para conseguir traduzir de alguma maneira esse fluxo contínuo que forma o que somos e podemos ser.

Assim, um dos principais efeitos da concepção de um sujeito relacional e provisório, para a teoria feminista, está no questionamento da categoria "mulher" como um sujeito único, muitas vezes preestabelecido pela condição biológica. É também neste contexto que o gênero começa a ser definido como uma categoria historicamente construída, a partir do reconhecimento dos corpos como sujeitos generificados - que se constituem e se formulam a partir de uma noção socialmente construída dos gêneros. A questão da identidade dentro da crítica feminista começa então a habitar, especialmente a partir dos anos 1990, a controvérsia que se estabelece entre o essencialismo e o antiessencialismo.

O feminismo, na qualidade de teoria e movimento social, percorria até então um caminho fortemente identitário e essencialista, em busca de definir a noção de "mulher" tanto em discurso, quanto em ação - inclusive para servir de base a suas reivindicações. Se por um lado havia uma tendência de dar seguimento à compreensão iluminista do sujeito, ou seja, a aprofundar e a descobrir quem é a mulher do feminismo; por outro lado observou-se um esforço por parte de diversas teóricas como Judith Butler e Chantal Mouffe de incorporar a ideia de deslocamento do sujeito no entendimento das noções de "mulher" e "gênero" - conceitos centrais para os estudos feministas contemporâneos. É preciso reconhecer, contudo, que os ideais iluministas, especialmente no que diz respeito às noções de igualdade e liberdade, inspiraram os primeiros grandes movimentos de mulheres, a exemplo das sufragistas que, no final do século XIX, pediam pelo voto universal, como manifestação de um desejo por cidadania.

Nos anos 1990, contudo, Butler começou a realizar uma série de críticas ao discurso feminista vigente. Para a autora,

> não basta inquirir como as mulheres podem se fazer representar mais plenamente na linguagem e na política. A crítica feminista também deve

> compreender como a categoria das "mulheres", o sujeito do feminismo, é produzida e reprimida pelas mesmas estruturas de poder por intermédio das quais busca-se a emancipação (BUTLER, 2003, p. 19).

Com base nessas ideias, feministas de diversas correntes teórico-políticas chegaram à conclusão de que a categoria "mulher" foi construída discursiva e historicamente pelo próprio sistema patriarcal e deveria ser inutilizada. Para Costa (2002, p. 69), porém, "tal ceticismo nominalista acabou celebrando um 'feminismo sem mulheres'" e esse antiessencialismo deu margem para diferentes linhas teóricas se desenvolverem a partir da contradição que se erguia, muito bem representada por Alcoff, ao perguntar:

> O que podemos exigir em nome das mulheres se "mulheres" não existem e as exigências em seu nome simplesmente reforçam o mito de que elas existem? De que forma podemos falar abertamente contra o sexismo como sendo prejudicial aos interesses das mulheres se tal categoria é uma ficção? Como podemos exigir o aborto legal, creches adequadas ou salários compatíveis sem que se invoque um conceito de "mulher"? (ALCOFF apud COSTA, 2002, p. 69)

Contudo, apesar de o deslocamento do sujeito ter contribuído para a dissipação de identidades que, outrora, foram consideradas estáveis e unificadas, ele também abriu a possibilidade para a formação de novas articulações, incluindo a criação de "novas identidades" e a "produção de novos sujeitos" (HALL, 2006, p. 17). Nesse sentido, Butler não só critica a carga fortemente identitária do movimento feminista, no início dos anos 1990, mas também indica outro viés, reconhecendo a multiplicidade das opressões que as mulheres podem viver a partir do lugar social que ocupam.

Como resultado, não apenas a noção de mulher passou a ser encarada como uma categoria histórica, o mesmo ocorreu com conceito de gênero, uma vez que as duas noções estão estreitamente relacionadas. Como bem define Scott (1992, p. 88), "o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder. Seria melhor dizer: o gênero é um campo primário no interior do qual, ou por meio do qual, o poder é articulado". Por essa ótica, as noções de "mulher" e "homem", e seus respectivos papéis sociais, são definidas historicamente, operando atualmente sob uma ordem patriarcal de dominação masculina.

> Se alguém "é" uma mulher, isso certamente não é tudo o que esse alguém é; o termo não logra ser exaustivo, não porque os traços predefinidos de gênero da "pessoa" transcendam a parafernália específica de seu gênero, mas porque o gênero nem sempre se constituiu de maneira coerente ou consistente nos

> diferentes contextos históricos, e porque o gênero estabelece interseções com modalidades raciais, classistas, étnicas, sexuais e regionais de identidades discursivamente constituídas (BUTLER, 2003, p. 20).

Tal percepção heterogênea acerca do gênero, que reflete também nas concepções de corpo e sexo, é identificada, mais tarde, por Giddens (2002), como um efeito da modernidade tardia na compreensão de um "eu", ou seja, do sujeito. Para o autor, não são as características biológicas, relativas ao corpo, que definem a distinção entre homens e mulheres. "Somente os indivíduos que têm algo como uma experiência plena de ser membros de ambos os sexos podem apreciar inteiramente quão difundidos são os detalhes da exibição e do manejo corporal por meio dos quais se 'faz' o gênero" (GIDDENS, 2002, p. 64). Para Giddens, portanto, o gênero é feito, o que implica dizer que é resultado de uma construção social e discursiva.

Mouffe (2001) também observa a contradição posta pela oposição essencialismo-antiessencialismo e defende, ainda no início dos anos 1990, a necessidade de se incorporar a ideia de deslocamento do sujeito na compreensão feminista de mundo, tendo em vista principalmente uma política mais transformadora e democrática. Para a autora, a desconstrução das identidades é essencial para melhor compreender as relações sociais e as opressões nelas imbricadas, uma vez que tal entendimento permite dizer que um único indivíduo pode ser portador da seguinte multiplicidade: "ser dominante em uma relação e estar subordinado em outra" (MOUFFE, 2001, p. 4).

> A "identidade" de tal sujeito múltiplo e contraditório é portanto sempre contingente e precária, fixada temporariamente na intersecção das posições de sujeito e dependente de formas específicas de identificação. É portanto impossível falar de agente social como se estivéssemos lidando com uma entidade unificada, homogênea. Em vez disso, temos que encará-lo como uma pluralidade, dependente das diversas posições de sujeito através das quais é constituído dentro de diferentes formações discursivas (MOUFFE, 2001, p. 4, tradução minha).

A compreensão de "gênero" como categoria histórica e discursiva, dissociada do sexo biológico, é comumente relacionada a uma terceira onda feminista, em que tanto teoria, quanto prática estariam voltadas para o reconhecimento da diferença, das diferentes formas de ser e não ser mulher - também fortemente impactada pelas ideias de Simone de Beauvoir. Nessa lógica, a primeira onda corresponderia aos movimentos emancipatórios de mulheres, que ocorreram em algumas partes do mundo entre os séculos XIX e XX, questionando o

enclausuramento doméstico e reivindicando maior participação na vida pública e direito ao voto. Já a segunda onda seria marcada por uma luta pelos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres, tendo seu auge com a chegada da pílula anticoncepcional no mercado, nos anos 1960. Primeiro, a busca pela cidadania. Segundo, a radicalização da ideia de que o pessoal é político. Terceiro, o reconhecimento das diferenças, das múltiplas formas de ser mulher. Há quem considere ainda que vivemos uma quarta onda feminista, especialmente caracterizada pela utilização de tecnologias da informação para difundir causas e impactar mulheres em diferentes partes do mundo - o que hoje se chama de *ciberfeminismo*.

Porém, essa perspectiva das ondas assume uma História que funciona em uma lógica precisamente linear, dada principalmente por marcos históricos norte-americanos e europeus. Não há motivos para a negar a influência de teóricas como Beauvoir e Butler no pensamento feminista contemporâneo, contudo também não me é útil aqui enquadrar o movimento feminista - ou os movimentos feministas - em uma perspectiva linear de superação de ideias e conceitos. A produção do conhecimento e da vida é cotidiana e fluida, não segue uma lógica linear, é rizomática, como nos apontam Deleuze e Guattarri (2011). Basta notar, por exemplo, que séculos antes do início das movimentações sufragistas pelo mundo, Mary Wollstonecraft havia publicado, em 1752, seu livro *Reivindicação dos direitos da mulher*, convocando as mulheres ao exercício da razão, a uma emancipação feminina em diversas esferas. Podemos ir mais além e dizer que, enquanto Wollstonecraft era capaz de publicar um livro como este, as mulheres negras não tinham nem mesmo direito a sua liberdade individual - sem contudo, importa dizer, deixarem de manifestar o desejo por liberdade com ações de resistência, envenenando senhores, fugindo ou inclusive aprendendo a ler (DAVIS, 2016).

O deslocamento do sujeito provocado pela modernidade tardia e a crise de identidade consequente causaram, portanto, um forte impacto na teoria feminista que nos ajudam, até mesmo, a conceber, em nossas ações e análises, outras histórias que não a História única. A nova abordagem questionou a noção de "mulher" como identidade unitária e preestabelecida, resultando numa compreensão relacional e histórica do conceito de "gênero" e no reconhecimento de diferentes possibilidades ser mulher. Como forma de responder às inquietações que se apresentaram, sem provocar com isso um esvaziamento completo do movimento feminista, algumas autoras passaram a investir em uma abordagem mais interseccional.

Essa perspectiva considera classe, raça e gênero como categorias sobrepostas, a fim de identificar a complexidade em que o patriarcado se articula e, ao mesmo tempo, reunir em um único movimento o maior número possível de posições do sujeito, ou seja, de identidades. O termo interseccionalidade foi cunhado por Kimberlé Crenshaw, em 1989, coincidindo com o período das críticas e proposições realizadas por Butler e Mouffe. Para ela,

> a interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras (CRENSHAW apud RIBEIRO, 2016, p. 1).

Antes mesmo do conceito de interseccionalidade entrar para o léxico feminista, Angela Davis (2016) já apontava para a necessidade de encarar as noções de classe, raça e gênero como indissociáveis com o intuito de compreender de maneira mais ampla as opressões vividas pelas mulheres. Ainda no início dos anos 1980, a autora realizou uma contribuição importante para a constituição de um feminismo interseccional ao destacar a importância do movimento antiescravagista para a luta pelos direitos das mulheres nos Estados Unidos.

> O movimento antiescravagista oferecia às mulheres de classe média uma oportunidade de provar seu valor de acordo com parâmetros que não estavam ligados a seus papéis enquanto esposas e mães. Nesse sentido, a campanha abolicionista era um espaço em que elas poderiam ser valorizadas por seu *trabalho* concreto. De fato, seu envolvimento político na luta contra a escravidão talvez tenha sido tão intenso, apaixonado e total porque podiam vivenciar uma estimulante alternativa à vida doméstica. E estavam resistindo a uma opressão que se assemelhava àquela que elas mesmas viviam. Além disso, no interior do movimento antiescravagista, aprenderam a desafiar a supremacia masculina (DAVIS, 2016, p. 51).

Desse modo, Davis deu subsídios para uma análise interseccional da história de luta das mulheres ao apontar que, enquanto mulheres brancas de classe média questionavam a hierarquia existente dentro de suas vivências domésticas, as mulheres negras escravizadas se quer tinham direito à cidadania. Importante legado do feminismo negro, o conceito de interseccionalidade permite, portanto, compreender diferentes formas de opressão vividas pelas mulheres e não apenas aquelas implicadas pela condição de gênero.

É importante ressaltar, contudo, que, a utilização da interseccionalidade como ferramenta analítica e metodológica ainda está em debate e em construção. De acordo com Hirata (2014, p. 66), por exemplo, a "inclusão da sexualidade na análise interseccional faz parte do debate atual sobre gênero e sexualidade na França", o que demonstra um esforço metodológico de se retomar a ideia de interseccionalidade dentro dos estudos feministas, incluindo, até mesmo, outras posições de sujeito. Assim, não apenas as intersecções do eixo gênero-raça-classe podem ou devem ser consideradas em uma análise, mas também o são as articulações possíveis provenientes de outras relações sociais, como as de sexualidade, idade, credo, origem, aparência, entre outras.

> Um dos principais fatores que contribuíram para essa última tendência foi o reconhecimento de que o campo social está intersectado por várias camadas de subordinação (tais como raça, etnia, classe, orientação sexual, idade, religião, nacionalidade, etc.) que não podem ser reduzidas unicamente à opressão de gênero (COSTA, 2002, p.80).

O conceito de interseccionalidade também está relacionado ao que autoras do feminismo negro, em especial Patricia Hill Collins nos anos 1990, teorizaram como *feminist standpoint.* Collins (2000), ao incentivar que as mulheres negras reafirmassem suas experiências, defendeu que o ponto de vista individual de uma mulher negra também poderia caracterizar a ponto de vista das mulheres negras como um grupo. Para ela, "embora as intelectuais negras há muito expressem uma sensibilidade distinta [...] sobre como raça e classe se cruzam na estrutura do gênero" (2000, p. 5), historicamente elas não estavam participando plenamente das organizações feministas brancas. O resultado foi a padronização das experiências da mulher branca como sendo as experiências das mulheres no geral. Esses questionamentos permitiram entender os sistemas de opressão de uma maneira mais profunda, assumindo ainda que "a experiência da opressão sexista é dada pela posição que ocupamos numa matriz de dominação onde raça, gênero e classe social interceptam-se em diferentes pontos" (BARROS, 1995, p. 461). Dessa maneira, uma mulher negra não é mais ou menos oprimida do que uma mulher branca, mas vivencia as opressões patriarcais a partir de outra posição, o que gera diferentes pontos de vista sobre o que é ser mulher em uma sociedade violenta, racista e sexista.

Saffioti (2015), desde os anos 1980, chama essa intersecção de nó. Para ela, amarrar todas as contradições que circundam uma mulher permite entender sua situação de forma mais complexa. "Não se trata de somar racismo + gênero + classe social, mas de perceber a

realidade compósita e nova que resulta desta fusão" (SAFFIOTI, 2015, p. 122). Esses diferentes pontos, ou diferentes posições de sujeito, que as mulheres podem ocupar nos permitem pensar sobre a importância do lugar de enunciação e da política do lugar. Não se trata aqui de pensar somente em um lugar individual, mas de buscar compreender, analisar e destrinchar como "o lugar social que certos grupos ocupam restringe oportunidades" (RIBEIRO, 2017, p. 61) e permite uma maior ou menor vulnerabilidade do corpo.

> Captar esse lugar/ posição/localização em todas as suas dimensões múltiplas exige a historicização e politização do espaço, de forma que a construção e a institucionalização das nossas respectivas diferenças - juntamente com as práticas políticas que as articulam - possam ser melhor compreendidas e, por que não, melhor vivenciadas em nível emocional (COSTA, 2002, p. 85).

O enfoque interseccional vai ainda além do reconhecimento da multiplicidade dos sistemas de opressão, refutando "o enclausuramento e a hierarquização dos grandes eixos da diferenciação social que são as categorias de sexo/gênero, classe, raça, etnicidade, idade, deficiência e orientação sexual" (BILGE apud HIRATA, 2014, p. 63). No Brasil, Djamila Ribeiro[1] tem insistido nesse debate, indicando o potencial revolucionário do feminismo interseccional para se pensar um novo modelo de sociedade. Suas contribuições são aproveitadas e direcionadas tanto para um uso analítico do conceito, quanto para a constituição de uma vertente a ser seguida na prática. Para ela,

> pensar a interseccionalidade é perceber que não pode haver primazia de uma opressão sobre as outras e que, sendo estas estruturantes, é preciso romper com a estrutura. É pensar que raça, classe e gênero não podem ser categorias pensadas de forma isolada, mas sim de modo indissociável (RIBEIRO, 2016, p. 1).

É neste sentido que pensar o lugar de fala se torna essencial: na necessidade de entendermos a dinâmica das experiências locais e globais na manutenção das opressões e de assumirmos, como indivíduos e instituições, nossas responsabilidades dentro desses sistemas. "Falar a partir de lugares é também romper com essa lógica de que somente subalternos falem de suas localizações, fazendo com que aqueles inseridos na norma hegemônica sequer pensem" (DJAMILA, 2017, p. 84). Assim, politizar o lugar da fala é não apenas buscar que

[1] Djamila Ribeiro é feminista e mestre em Filosofia pela Universidade Federal de São Paulo (Unifesp). Em sua produção acadêmica, opta por uma análise interseccional das opressões vividas pelas mulheres. Ribeiro também publica sobre o assunto em diversos sites e jornais a fim de levar o conceito para fora do circuito acadêmico. Exemplo disso é o texto "Por um olhar interseccional", publicado no site Lugar de Mulher em 2015, disponível em www.lugardemulher.com.br/feminismo-interseccional.

vozes não-hegemônicas sejam ouvidas, mas é ainda entender os motivos pelos quais as hegemonias são sustentadas. Contudo, é importante lembrar que "se o conceito de lugar de fala se converte numa ferramenta de interrupção de vozes hegemônicas, é porque ele está sendo operado em favor da possibilidade de emergências de vozes historicamente interrompidas" (MOMBAÇA, 2017).

O feminismo interseccional se apresenta como uma forma de compreender e realizar o enfrentamento à dominação patriarcal evitando o uso de binarismos reducionistas e homogeneizantes, sem ceder, porém, a uma total dispersão. A interseccionalidade "é uma proposta para 'levar em conta as múltiplas fontes da identidade', embora não tenha a pretensão de 'propor uma nova teoria globalizante da identidade'" (CRENSHAW apud HIRATA, 2014, p.62). Para Hirata (2014), o conceito é útil tanto à produção de conhecimento, quanto à luta política e se articula a partir da urgência de compreender as opressões de maneira conjunta, com o objetivo de evitar sua reprodução.

Essa é uma ferramenta analítica que tem resultado em diversas contribuições para a crítica feminista, mas não é a única. Como afirma Saffioti (2001), não há um modelo de análise feminista. Há, sim, uma perspectiva feminista, uma visão feminista de mundo. "Ignorar as diferentes vertentes do feminismo é grave, pois homogeiniza uma realidade bastante diferenciada. Na medida em que esta diferenciação não é captada, a aproximação do real é infinitamente mais pobre que ele" (SAFFIOTI, 2001, p. 129-130). São diversas as possibilidades teóricas de se compreender o ente "mulher" frente às relações de poder e de dominação nas sociedades contemporâneas. Ainda que a crise da identidade tenha trazido outras maneiras de identificar e analisar o problema concernente ao patriarcado, as visões essencialistas ainda perpassam tanto os estudos, quanto a prática de muitas feministas. Assim, quão mais complexo se revela o funcionamento do patriarcado e das desigualdades concernentes à dominação masculina, mais complexificadas devem ser as análises e as ferramentas metodológicas necessárias à compreensão - e, por conseguinte, ao enfrentamento - desse sistema que perpassa todas as relações constituintes das sociedades contemporâneas.

II.b - Feminicídio: um conceito feminista e uma territorialidade milenar

Apesar de ser um fenômeno antigo, o feminicídio nem sempre teve sua história narrada, fazendo com que essa realidade tenha sido muitas vezes silenciada, ou atenuada.

Mais especificamente, o crime tipificado como feminicídio é grave a tal ponto de ser necessária uma abordagem própria em diversas esferas, tanto públicas, quanto privadas. Como conceito, feminicídio (RADFORD e RUSSELL, 1992; LAGARDE apud VÍLCHEZ, 2012) tem raízes no movimento feminista e foi empregado pela primeira vez por Diana Russell, na versão inglesa *femicide*, durante o Tribunal Internacional de Crimes contra Mulheres, nos anos 1970, na Bélgica. Mais tarde, Radford e Russell (1992) deram à palavra uma conotação política, usando-a para se referir à motivação misógina do assassinato de mulheres. Essa noção, com o tempo, transformou-se em categoria teórica, sendo traduzida para outros idiomas e ganhando, assim, outros contornos. No Brasil, a utilização da palavra como parte de um vocabulário cotidiano está bastante relacionada à sanção da Lei do Feminicídio, de 2015, que define o crime como o assassinato cometido "contra a mulher por razões da condição de sexo feminino" (BRASIL, 2015).

Porém, como nos lembra Saffioti (2015, p. 112), "se na Roma antiga o patriarca tinha direito de vida e morte sobre sua mulher, hoje o homicídio é crime capitulado no Código Penal, mas os assassinos gozam de ampla impunidade". Assim, apesar dos avanços nas políticas públicas, o problema persiste sendo ainda uma realidade para diversas mulheres brasileiras - o que é facilmente evidenciado através dos índices de violência. Embora a origem do conceito de feminicídio date dos anos 1970, a primeira antologia publicada sobre o assunto foi publicada somente 20 anos mais tarde. Nela, Radford (1992) definiu *femicide* como a matança misógina de mulheres por homens, motivada por ódio, desprezo, prazer ou por um senso de propriedade das mulheres. De acordo com a autora, o

> feminicídio tem muitas formas diferentes: por exemplo, feminicídio racista (quando mulheres negras são mortas por homens brancos); feminicídio homofóbico, ou lesbicídio (quando lésbicas são mortas por homens heterossexuais); feminicídio marital (quando mulheres são mortas por seus maridos); feminicídio cometido fora de casa por um estranho; feminicídio em série; e feminicídio em massa (RADFORD, 1992, p. 7, tradução nossa)

O primeiro artigo científico explicitamente dedicado ao conceito surgiu em 1992, assinado por Karen Stout, trazendo dados quantitativos sobre o assassinato de mulheres nos Estados Unidos. Em conclusão, ela argumentou que sua pesquisa fornecia uma base sobre a qual estudos futuros poderiam ser construídos, já que "claramente nomeou e identificou o feminicídio íntimo como um problema social que merece atenção e ação" (CORRADI et al, 2016, p. 4, tradução nossa).

No fim dos anos 1990, diante de uma série de desaparecimentos, violências sexuais e assassinatos de meninas e mulheres, ativistas de Ciudad Juaréz, no México, traduziram e adaptaram a palavra para "feminicídios". Elas perceberam que o uso dessa nova noção era estratégico na sensibilização da sociedade para o que estava acontecendo, pois condensava em uma única palavra a motivação misógina dos crimes, a vulnerabilidade das meninas e mulheres e a assimetria de poder entre homens e mulheres no México (CORRADI et al, 2016). A introdução do conceito no país muito se deveu à antropóloga Marcela Lagarde que o traduziu para uma palavra idêntica a que é utilizada pelo léxico brasileiro: "feminicídio". Ela considerava que, em castelhano, "femicídio" perderia sua força, já que significaria apenas o assassinato de mulheres. Para a autora, feminicídio é mais do que isso e deve ser entendido como um "crime de ódio contra as mulheres, como o conjunto de formas de violência que, por vezes, terminam em assassinatos e, até mesmo, em suicídios". (LAGARDE apud VÍLCHEZ, 2012, p. 16).

O caso de Ciudad Juaréz é singular tanto por evidenciar o impacto de lutas locais em uma escala global, quanto por permitir enxergar o feminicídio como um problema global de especificidades locais. A maioria das mulheres assassinadas no período eram jovens pobres e operárias, que migraram para Ciudad Juaréz a fim de trabalhar nas indústrias da região, também conhecidas como maquiladoras. Com grande rotatividade de trabalhadores, as maquiladoras fazem serviços intermediários, muitas vezes para grandes empresas, e por isso são conhecidas por empregar mão de obra barata. Tal particularidade dos processos de industrialização do México, aliado a uma série de outros fatores como a misoginia e o crime organizado, colocou as mulheres de Juaréz em uma posição de vulnerabilidade muito específica. Nesse caso, os aspectos territoriais foram decisivos para o enquadramento da situação.

É certo que também não abrimos mão de considerar o feminicídio como uma territorialidade sem território (HAESBAERT, 2007). Podemos ainda ir além e admitir o feminicídio como uma territorialidade milenar, já que as territorialidades estão relacionadas a manutenção do lugar, a como as pessoas "se organizam no espaço e [a] como elas dão significado ao lugar" (HAESBAERT, 2007; SACK, 1986). O feminicídio e a misoginia existem desde que o corpo social passou a operar em um sistema patriarcal - o que, é claro, não foi de uma hora para a outra. Para Saffioti (2000, p. 72), "os homens começaram a implantar seu esquema de dominação-exploração sobre as mulheres" há cerca de 6500-7000

anos. Chamado hoje de patriarcado, tal esquema tem como valores centrais o controle e o medo, sendo que um de seus elementos principais é o controle da sexualidade feminina - o que implica dizer que "a violência é constitutiva das relações entre homens e mulheres, na fase histórica da ordem patriarcal de gênero, ainda em curso" (SAFFIOTI, 2015, p. 146). Portanto, apesar de sua história ter começado a ser narrada no século XX, o feminicídio, a misoginia e a violência contra as mulheres como forma de controle e manutenção do sistema são parte das sociedades desde que as relações de gênero passaram a se configurar sob uma ordem patriarcal, isto é, há milênios.

> Poder-se-á afirmar que o ser social, à medida que se diferencia e se torna mais complexo, muda sua relação tanto com a esfera ontológica inorgânica quanto com a esfera ontológica orgânica, elevando seu controle sobre ambas. Os seres humanos, que tinham uma relação igual e equilibrada entre si e com os animais, transformaram-na em controle e dominação. O patriarcado é um dos exemplos vivos deste fenômeno (SAFFIOTI, 2015, p. 128).

Nota-se que a abordagem feminista do conceito de feminicídio, desde sua origem, é fortemente marcada por um cunho político e considera a existência dessa nova palavra um confronto à dominação patriarcal, ao mesmo tempo em que se dedica a investigar o assassinato de mulheres (CORRADI et al, 2016). O mesmo ocorre com o conceito de violência de gênero que é comumente utilizado como sinônimo para a violência contra a mulher, já que, sob a ordem patriarcal, as relações de gênero são marcadas por relações de dominação do homem e submissão da mulher. A "violência de gênero, inclusive em suas modalidades familiar e doméstica, não ocorre aleatoriamente, mas deriva de uma organização social de gênero, que privilegia o masculino" (SAFFIOTTI, 2015, p. 81). São portanto as mulheres as principais vítimas da violência de gênero, que se refere tanto a danos físicos, quanto a danos psicológicos causados às mulheres, e o feminicídio é sua expressão máxima.

O uso da palavra feminicídio, então, se mostra importante para diversas frentes: para a Criminologia, uma vez que a palavra se refere não apenas ao crime, mas ao criminoso e à vítima ao mesmo tempo; para a Sociologia, já que questiona os papéis sociais impostos a homens e mulheres; para o feminismo, por denunciar um fenômeno silenciado há décadas; para as políticas públicas, uma vez que requer um enfrentamento estatal; e também para a Comunicação, tanto no fazer científico ao buscar compreender os discursos envolvendo esse fenômeno, quanto no fazer jornalístico.

Como se vê, o feminicídio designa mais do que um crime pontual, ou o simples assassinato de mulheres; indica um fenômeno específico, muito relacionado às construções de gênero sobre as quais nossas sociedades estão baseadas e às relações de poder nelas inscritas. A palavra engloba tanto o visível, quanto o enunciável e possui um papel pedagógico dentro das formações discursivas e não-discursivas que compõem o dispositivo de verdade, no qual está inserida também a imprensa brasileira.

II.c - A situação peculiar do Espírito Santo

A criação e a consolidação do conceito de feminicídio estão intimamente ligadas às iniciativas de movimentos feministas de tirar da obscuridade a realidade de inúmeras mulheres, partindo da noção de que "se não se nomeia uma realidade, sequer serão pensadas melhorias para uma realidade que segue invisível" (RIBEIRO, 2017, p. 41). Já a publicização do feminicídio como um fenômeno histórico, social e cultural é sempre resultado de um agenciamento envolvendo uma série de instituições, como organizações civis, educacionais, jurídicas e midiáticas. Nesse sentido, devido a sua importância nos processos de popularização das propostas, ideias e conceitos e de produção do que entendemos como verdade, o jornalismo tem um papel fundamental na caracterização e no enfrentamento desse problema.

Um estudo realizado pela Agência de Notícias dos Direitos da Infância (ANDI) e pelo Instituto Patrícia Galvão sobre a relação entre a imprensa e a agenda de direitos das mulheres nos oferece importantes caminhos para refletir e repensar a abordagem midiática acerca da violência de gênero e do feminicídio. Nessa pesquisa, foi analisada uma amostragem com mais de duas mil notícias publicadas no ano de 2010 em 16 jornais brasileiros, incluindo o impresso A Gazeta (ES). As notícias selecionadas foram divididas entre três temas principais: violência contra as mulheres, trabalho (renda e ocupação) e poder político e decisão. Mais de 60% dos textos se encaixaram na categoria de violência contra a mulher. Em números absolutos, foram analisadas 1.506 notícias sobre o assunto, das quais 8,60% foram coletadas de A Gazeta. O levantamento mostrou que 19,50% das matérias receberam destaque nas capas dos jornais, "o que mostra que os veículos consideram que o tema da violência contra as mulheres é de interesse público e pode ajudar a vender mais jornais" (SANEMATSU, 2011, p. 66). As análises revelaram ainda que apesar de a violência contra as mulheres ser tema frequente nos cadernos policiais, os jornais tendem a realizar uma cobertura superficial, sem dar a devida profundidade ao assunto.

> Um maior investimento por parte da imprensa em entrevistas com especialistas, artigos de opinião e editoriais poderia estabelecer uma relação entre o fato jornalístico em si e as dimensões mais complexas da violência contra as mulheres - no âmbito das relações familiares, da diminuta rede de acolhimento e atenção disponível no país, do descompasso entre o discurso de representantes do poder público e a dotação orçamentária para ações de prevenção e atenção às vítimas etc. (SANEMATSU, 2011, p. 67).

A ausência de uma abordagem voltada a sensibilizar para a gravidade dos casos e para a superação do problema tende a reduzir o tratamento dos casos de feminicídio a um viés sensacionalista ou de suspense, atribuindo-lhe uma função que atende mais aos interesses mercadológicos dos veículos de comunicação do que aos seus fins sociais.

> Para criar o espetáculo ou disputar a audiência, parte da cobertura tende a focar suas narrativas na exploração de uma 'história de amor' com final trágico, de um 'momento de loucura provocado' pela vítima ou de um crime 'monstruoso' cometido por um 'ser anormal' e cruel, que mata com requintes de perversidade e depois mutila e destroça o corpo (PRADO; SANEMATSU, 2017, p. 147)

As altas taxas de feminicídio no Brasil e a recente tipificação do crime em diversos países justificam em alguma medida o fato de a violência contra as mulheres ser um tema recorrente nos jornais. Uma pesquisa realizada pela Fundação Perseu Abramo nos fins dos anos 1990 e início dos 2000, citada por Saffioti (2015), indicou que 19% das entrevistadas declararam, espontaneamente, haver sofrido algum tipo de violência por parte de homens. Quando estimuladas, 43% das indagadas admitiram ter sofrido violência sexista. O estudo contou com uma amostra de 2.502 mulheres. Já o levantamento feito pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para o Plano Nacional de Saúde, em 2013, citado por Waiselfisz (2015), indica que 5,7% das mulheres maiores de 18 anos do país já sofreram algum tipo de violência. A pesquisa foi realizada em mais de 60 mil domicílios.

Publicado em 2015, o Mapa da Violência trouxe um conjunto expressivo de dados sobre o tema homicídio de mulheres (WAISELFISZ, 2015). O estudo quantificou os assassinatos ocorridos no período 1980 a 2013, tendo como fonte o Sistema de Informações de Mortalidade (SIM), da Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde (MS). A pesquisa mostrou que foram registradas mais de 106 mil mortes violentas de mulheres em todo o país. Em números absolutos, os registros passaram de 1.353 assassinatos no ano de 1980 para 4.762 em 2013, com um crescimento de 252%. Ainda segundo a análise de dados de Waiselfisz (2015), a cada dia de 2014, 405 mulheres demandaram atendimento em uma

unidade de saúde por alguma violência sofrida. Esse número se reduz quase à metade ao se referir a demandas realizadas pelo sexo masculino.

Quando nos colocamos a observar com atenção os dados nacionais de feminicídio, emerge também outro aspecto importante: a questão territorial, já que as taxas são mais alarmantes em algumas regiões do Brasil do que em outras. O Espírito Santo, por exemplo, é o estado que, nas últimas pesquisas divulgadas, tem apresentado uma das maiores taxas de feminicídio do país. Segundo dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA (GARCIA, 2011), o Espírito Santo foi a unidade da federação que registrou o maior número de feminicídios entre 2009 e 2011. Já no Mapa da Violência 2015 (WAISELFISZ, 2015), o estado apresentou a segunda maior taxa de homicídios de mulheres por 100 mil habitantes e o município de Vitória, o maior índice entre as capitais.

De acordo com dados da Secretaria de Segurança Pública do Espírito Santo (SESP-ES) essas taxas têm diminuído ao longo dos anos. Em 2009, a cada dois dias uma mulher foi vítima de feminicídio no Estado. Em 2015, houve diminuição em relação ao ano anterior, o que significa que a taxa de feminicídios caiu pelo terceiro ano consecutivo. Foram 6,6 mortes a cada 100 mil mulheres, a menor desde que o Estado começou a fazer a medição, em 2001[2]. Tal queda pode ser observada no recente levantamento publicado pelo portal de notícias G1 (CAESAR; REIS; VELASCO, 2018), realizado com base nos dados da Secretaria de Segurança Pública do Espírito Santo. De acordo com a pesquisa, o estado apresentou a terceira maior taxa de feminicídio do Brasil em 2017, sendo duas mortes a cada 100 mil mulheres. Apesar de descer no ranking nacional, o Espírito Santo ainda representa um território de insegurança para as mulheres, já que a taxa estadual é ainda quatro vezes maior do que a nacional, de 0,5. A pesquisa informou também que, em 2015, 11 estados não registraram dados de feminicídios e que, em 2017, três ainda não tinham casos contabilizados. O material foi publicado em parceria com o Núcleo de Estudos da Violência da USP e o Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Como resultado de um empenho governamental para diminuir essas taxas, nos últimos anos, o Brasil experienciou uma série de medidas de enfrentamento à violência contra as mulheres. A questão começou a ganhar atenção do governo federal, no início dos anos 2000, quando a Secretaria de Políticas para Mulheres (SPM) foi criada através da Medida Provisória 103, no primeiro dia do governo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva[3]. Em maio de

[2] Fonte: https://sesp.es.gov.br/estatistica-2.
[3] Fonte: http://www.spm.gov.br/arquivos-diversos/.arquivos/integra_o_que_e.

2016, Michel Temer extinguiu o recém-criado Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos (MMIRDH), fazendo com que a SPM fosse atribuída ao Ministério da Justiça - que passou a se chamar oficialmente de Ministério da Justiça e Cidadania. Em 2019, o governo de Jair Bolsonaro recriou a pasta Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos, a qual a secretaria voltou a ser vinculada.

Em 2011, o governo federal, por meio da SPM, definiu e publicou as diretrizes da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres que, inclusive, prevê a implementação de medidas preventivas na área da comunicação. Em 2013, foi lançado o programa nacional "Mulher, Viver sem Violência", que tem o objetivo de integrar e ampliar os serviços públicos existentes voltados às mulheres em situação de violência, mediante a articulação dos atendimentos especializados no âmbito da saúde, da justiça, da segurança pública, da rede socioassistencial e da promoção da autonomia financeira. Um de seus eixos é a criação da Casa da Mulher Brasileira, um espaço integrado e humanizado de atendimento às mulheres. A primeira delas foi inaugurada em Campo Grande, em Mato Grosso do Sul, seguida pela instalação de casas em Brasília e em Curitiba. Em 2015, além da sanção da Lei do Feminicídio pela então presidenta Dilma Rousseff, a violência contra a mulher foi tema da redação do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). Nesse mesmo ano, foram divulgados dados atualizados sobre o homicídio de mulheres no Brasil pelo Mapa da Violência 2015.

Porém, mesmo com diversas ferramentas legais e políticas públicas à disposição, o país tem constatado a permanência desse tipo de violência, que pode ser observada nos resultados das pesquisas quantitativas. Dados como os apresentados acima nos permitem encarar a questão da violência contra a mulher como um fenômeno social a ser enfrentado em conjunto, tanto pelo governo, quanto pelos cidadãos e, é claro, pela imprensa. Isso porque a mídia e, em específico, o jornalismo é um local de produção reprodução de enunciados e narrativas capazes de interferir no curso dos acontecimentos, bem como na compreensão simbólica da vida cotidiana. Reconhecendo, portanto, o feminicídio como um problema amplo, histórico e com especificidades territoriais, torna-se relevante investigar de que forma o sistema midiático regional constrói suas narrativas acerca dessa questão, buscando entender como os veículos de comunicação contribuem simbolicamente para a constituição e compreensão do problema.

No noticiário brasileiro, "feminicídio" passou a ser utilizado com mais frequência nos enunciados após a aprovação da Lei do Feminicídio, em 2015, para nomear crimes contra a

vida das mulheres por razão de gênero. Ainda assim, é comum encontrar eufemismos sobre as motivações do criminoso em notícias e reportagens produzidas pela imprensa, que podem ser entendidos como um silenciamento, um não dito. O termo, no geral, "tem baixíssimo uso no noticiário sobre mortes violentas de mulheres, inclusive em contexto íntimo, sendo muito usadas como 'motivação do crime' expressões como 'crime passional', 'ciúmes', autor 'fora de si' ou 'descontrolado'" (PRADO; SANEMATSU, 2017, p. 148).

II.c.a - O jornal A Gazeta e o feminicídio

Neste estudo, buscamos analisar especificamente como o jornalismo de A Gazeta (ES) constrói suas narrativas acerca do feminicídio, a fim de perceber de que forma a questão é enquadrada pelo jornal, identificando enredo, personagens e discursos. A escolha pelas narrativas de A Gazeta como objeto e recorte foi motivada por diversos fatores. O jornal é um representante exemplar da relação entre a mídia e os diversos poderes. Segundo mais antigo em funcionamento no Espírito Santo, o jornal foi fundado em 1928 e, em 1949, a família Lindenberg, proprietária atual do veículo, assumiu seu controle acionário. Durante as primeiras décadas de sua existência, o jornal se consolidou, portanto, como um veículo que expressava a opinião de um grupo político específico: o Partido Social Democrático (PSD)[4], que se manteve em funcionamento de 1945 a 1965, quando foi extinto pela ditadura militar. O partido foi novamente fundado em 1987, sendo incorporado posteriormente ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), em 2003. Nesse meio-tempo, Lindenberg elegeu-se senador, em 1966, pelo partido conservador Arena, cumprindo seu mandato até 1974, encerrando assim sua atuação na política institucional.

Diferente do que ocorreu à época de sua fundação, A Gazeta, hoje, afirma produzir um "jornalismo independente" e tal afirmação remete ao discurso da objetividade e da imparcialidade, retórica fundadora do jornalismo contemporâneo, defendido por diversos canais de informação. O esforço para desvincular o trabalho do jornal de uma atividade

[4]. Em entrevista recente ao portal G1 Espírito Santo, também da Rede Gazeta de Comunicação, Carlos Fernando Monteiro Lindenberg Filho, atual presidente do Conselho de Administração da Rede Gazeta, fez as seguintes afirmações: "A Gazeta foi comprada por um conjunto de pessoas, numa 'vaquinha', para o apoio político ao PSD. O jornal tinha um vínculo real com o partido". Fonte: http://g1.globo.com/espirito-santo/tv-gazeta-40-anos/noticia/2016/09/carie-lindenberg-relembra-historias-da-tv-gazeta-e-do-jornal-gazeta.html.

política e partidária teve início em 1966, quando os partidos foram extintos pelo governo militar (1964-1985)[5].

A Gazeta integra o principal grupo de comunicação do Espírito Santo, sendo editado por uma das empresas que compõem a Rede Gazeta de Comunicações, que conta ainda com emissoras de televisão afiliadas à Rede Globo e diversos portais online. A família Lindenberg hoje detém 18 negócios na área de comunicação, sendo dois jornais impressos diários (A Gazeta e Notícia Agora); um portal online de notícias (GazetaOnline); um site de anúncios online (Classificadões); um acervo de fotos jornalísticas (Agência AG); oito rádios; quatro emissoras de TV aberta afiliadas à Rede Globo e o portal G1/GE de notícias locais, também afiliado à Rede Globo[6].

Em 2011, o jornal A Gazeta começa a viver uma série de transformações, especialmente após a sua mudança de formato, de *standard* para tabloide - também chamado de compacto. Essa transformação, vista em diversos outros periódicos mundo afora, é comumente relacionada a corte de gastos, a fim de contornar crises financeiras. Em discurso, A Gazeta assumiu as ideias de modernização e de aproximação com o leitor - uma vez que a mudança foi embasada em pesquisas feitas com seus leitores. Desde então, o impresso tem construído sua imagem em torno do ideal de um jornal moderno, atualizado e conectado às mudanças que ocorrem no mundo.

Atualmente, A Gazeta conta com as seguintes editorias: Mundo, Cidades, Economia, Vida, Esportes, Opinião, Política, Caderno 2, Pensar e Prazer e Cia, além dos seus suplementos, Imóveis, Motor e Revista AG. Com tiragem de 16 mil exemplares nos dias úteis e 26 mil aos domingos[7], o jornal está presente em todo o Espírito Santo[8], mas fica em segundo lugar quando o assunto é circulação diária, perdendo para o concorrente A Tribuna. Desde 2014, porém, a Rede Gazeta conta com uma Redação Integrada Multimídia, responsável por produzir os conteúdos dos jornais impressos A Gazeta e Notícia Agora, bem como do portal Gazeta Online e da rádio CBN Vitória. A redação é dividida em quatro macroeditorias: Viver, Esportes, Hard News e Cidades. Foi a maneira que a empresa encontrou de agilizar a produção de notícias, bem como de alinhar os temas e os conteúdos veiculados por seus

[5] Tal empenho se manifestou, inclusive, em um convite a Esdras Leonor que era contrário ao PSD, para ser jornalista de política de A Gazeta. Fonte: http://g1.globo.com/espirito-santo/tv-gazeta-40-anos/noticia/2016/09/carie-lindenberg-relembra-historias-da-tv-gazeta-e-do-jornal-gazeta.html.
[6] Fonte: https://www.redegazeta.com.br/a-empresa/.
[7] A medição foi realizada sobre o ano de 2016 pelo Instituto Verificador de Comunicação (IVC) e divulgada pelo Grupo de Mídia de São Paulo, através do Mídia Dados 2017, disponível em https://dados.media.
[8] Fonte: https://www.redegazeta.com.br/a-empresa/.

produtos de informação. Dessa maneira, ao estudar os discursos produzidos por A Gazeta, é possível alcançar também a matriz de pensamento de toda uma Rede.

Apesar de seus atuais proprietários não ocuparem cargos públicos, a relação da Rede Gazeta com os outros poderes e sua influência em diferentes esferas da vida se faz notável de outras formas, como por sua participação em projetos de impacto econômico e social[9]. Dessa maneira, a Rede Gazeta consegue atuar a influenciar em assuntos de interesses públicos e privados, consolidando-se como a maior rede de comunicação do Espírito Santo.

Outro motivo que contribuiu para a escolha do jornal A Gazeta para este estudo foi seu local de circulação. O Espírito Santo é o estado que, conforme justificamos, tem apresentado uma das maiores taxas de feminicídio do Brasil nas últimas pesquisas divulgadas. Por sua influência na formação cultural deste território e reconhecendo o feminicídio como um fenômeno social, torna-se especialmente relevante investigar de que forma um jornal regional como A Gazeta constrói suas narrativas acerca dessa questão, buscando entender a quais discursos elas remetem e como o jornal contribui simbolicamente para a compreensão do problema.

Para recorte do *corpus*, optamos por analisar quatro casos específicos de feminicídio, seja por seu destaque no noticiário, seja por sua relevância à fase comparativa deste estudo. São eles os casos dos assassinatos da médica Milena Gottardi, da gari Claudiana Bom Macota e da menina Thayná Andressa de Jesus do Prado, todos ocorridos em 2017; além do feminicídio da jovem Andrielly Mendonça Pereira dos Santos, datado de 2018. Em primeiro lugar, buscamos escolher mulheres em diferentes posições de classe, gênero e raça, a fim de possibilitar uma análise interseccional da questão. Milena Gottardi era médica e branca. Claudiana era negra e pobre. Andrielly Mendonça tinha apenas 20 anos e deixou uma filha. Já Thayná era uma menina de 12 anos que, antes de morrer, ainda sofreu um estupro. Em seu caso, além das questões de raça e classe, destacamos a idade como outro fator determinante para a compreender a condição de opressão que ela vivia, resultando em sua morte.

Em segundo lugar, optamos por trabalhar com casos de diferentes coberturas por parte dos veículos de informação. Isto é, os casos de Milena e Thayná ocuparam um espaço e um período de tempo maiores do que os casos de Claudiana e Andrielly. Essa característica nos permitiu uma análise mais crítica na fase comparativa deste estudo, buscando entender o

[9] Um deles é o TecnoAgro, um evento voltado para debater o setor do agronegócio, de iniciativa da Rede Gazeta com Secretaria de Estado de Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca (SEAG), Incaper, entre outros órgãos públicos e empresas privadas. Ações como essa, bem como a realização de debates no projeto Diálogos Rede Gazeta, fazem parte do que a empresa chama de comunicação para o desenvolvimento social.

motivo de tal diferença de abordagem. Todas essas escolhas, por fim, nos permitiram realizar uma análise interseccional das narrativas de A Gazeta sobre casos de feminicídio, levando em conta as transformações que ocorreram nos últimos anos acerca de compreensão do conceito e ainda as relações de poder inerentes ao fazer jornalístico do veículo.

CAPÍTULO III - ANÁLISE DOS CASOS E CONCLUSÕES

III.a - Aspectos metodológicos da pesquisa

Entender o jornalismo como instância de produção de narrativas é reconfigurar sua conceituação corrente, de reprodutor de fatos que acontecem numa realidade dada e análoga, a qual este apenas seleciona e reporta sem interferência. É compreendê-lo como um dispositivo, tal como propõem Foucault (1998) e Agamben (2009), que interfere na produção do que se tem como "a realidade", a partir de seus processos de seleção, recorte e abordagem criativa de cada caso singular. Narrativas como as produzidas pelo jornalismo são elaboradas a partir de um dado universo empírico obtido nas vivências do dia a dia - o que Motta denomina de narrativas fáticas (p. 2, 2005) - e que retornam para este universo, incidindo sobre sua produção, significação e compreensão. Nessa perspectiva, buscou-se aqui apreender as estruturas e formas narrativas produzidas pelo jornalismo sobre quatro casos de feminicídio, pois estas apontam para questões mais abrangentes, a saber os efeitos de sentido e o fundo ético e moral das notícias, bem como para os discursos sobre os quais as notícias se assentam.

Assim, este estudo foi desenvolvido com base em uma investigação feita nos referenciais metodológicos da hermenêutica de profundidade (HP), a partir do marco desenvolvido por Thompson (2011). De acordo com o autor, os estudos realizados por meio da HP compreendem três principais fases. São elas: análise sócio-histórica, análise discursiva e interpretação/re-interpretação, sendo que, dentro de cada uma dessas fases, há uma variedade de métodos de pesquisas possíveis de ser aplicada - a depender do objeto e das condições de investigação. Segundo Thompson (2011, p. 357), a tradição hermenêutica considera que a investigação das formas simbólicas "é fundamental e inevitavelmente um problema de compreensão e interpretação". Assim, hermenêutica permite compreender o corpo social a partir de seu aspecto histórico, evocando uma "historicidade da experiência humana" (THOMPSON, 2011, p. 360), nas quais as relações sociais estão inseridas em um contexto mais amplo, sendo interpeladas por tradições e resíduos do passado. Dessa maneira, os objetos de análise da HP são sempre objetos pré-interpretados que, por conseguinte, serão re-interpretados pelo analista.

A primeira fase e/ou procedimento do referencial metodológico da HP, na abordagem de Thompson (2011), compreende a análise sócio-histórica do objeto, que pode ser feita a partir da descrição e caracterização de situações espaçotemporais, de campos de interação, de instituições ou de estruturas sociais ou, até mesmo, da apresentação dos meios técnicos de

transmissão das formas simbólicas. Como parte desse primeiro momento, investigamos, conforme consta nos capítulos anteriores, por meio de uma pesquisa bibliográfica e documental, tanto sobre a perspectiva feminista acerca do feminicídio como fenômeno social e conceito, quanto sobre o papel do jornalismo em relação aos problemas sociais.

A segunda fase da HP é descrita por Thompson como análise formal ou discursiva. Essa análise pode ser realizada com o auxílio da semiótica, do discurso, da sintaxe, da narrativa e de outros recursos metodológicos preocupados com a decodificação de mensagens. Por fim, faz parte ainda do enfoque da HP, a fase da interpretação/re-interpretação, que se realiza sobre os resultados da análise formal, uma vez realizada. "As formas simbólicas representam algo, elas dizem alguma coisa sobre algo, e é esse caráter transcendente que deve ser compreendido pelo processo de interpretação" (THOMPSON, 2011, p. 376).

O método de pesquisa aplicado nas análises deste capítulo foi o de Análise Crítica da Narrativa (MOTTA, 2013), com vistas a delimitar as narrativas e os discursos formulados pelo jornal A Gazeta sobre o enredo do feminicídio. Essa metodologia é essencialmente um processo hermenêutico e procura identificar os efeitos de sentido produzidos pela narrativa, uma vez que o ato de narrar é, na verdade, o ato de produzir tais efeitos. Esse tipo de análise permite, ainda, "lidar com a questão da construção dos significados, servindo para observar os valores canônicos de uma cultura e os seus desvios" (MOTTA, 2013, p. 80), isto é, observar as narrativas jornalísticas a partir do que Foucault definiu como formações discursivas. De acordo com o autor francês, uma formação discursiva existe quando é possível estabelecer "uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações" (FOUCAULT, 2008, p. 43) entre certo número de enunciados. Buscamos encontrar essas correlações entre os enunciados escolhidos especialmente na etapa comparativa da pesquisa.

Ainda de Foucault recolhemos o conceito de discurso (1998; 2008; 2014), que o tem não apenas como conjunto de signos que apontam para um referente, mas "como práticas que formam sistematicamente os objetos de que falam" (FOUCAULT, 2008, p.55). Ao propor a narratalogia como meio de apreensão dos sentidos produzidos pelo jornalismo, Motta também aponta para essa compreensão:

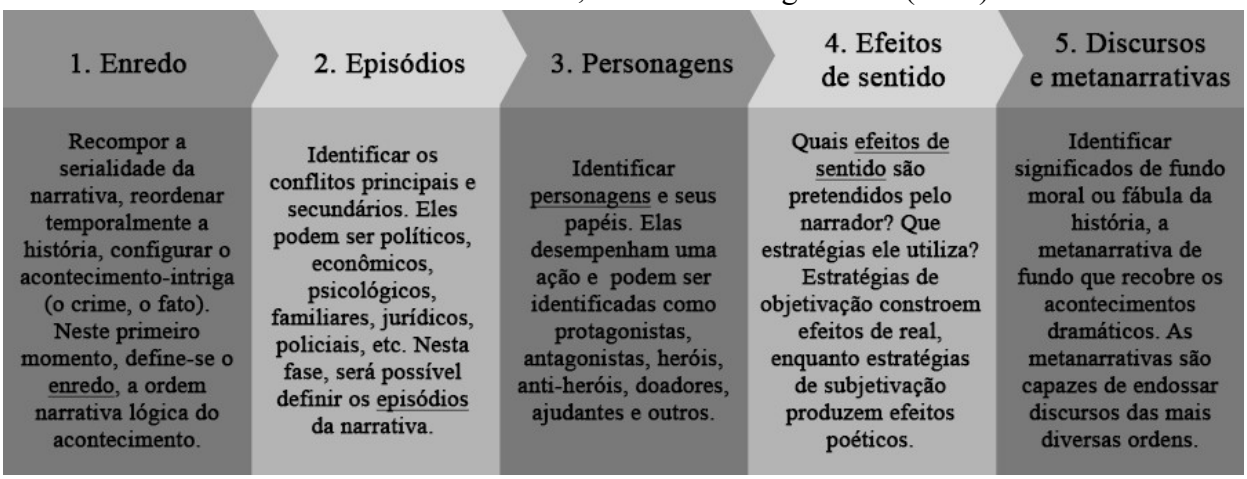
> Os discursos sobre o mundo, incluindo as narrativas, são práticas discursivas de construção do mundo. O mundo físico e o [...] das relações sociais são o referente imprescindível para a criação de significados, mas a referencialidade é uma atribuição da linguagem, não do referente. Os indivíduos não experimentam suas condições sociais de existência, mas as constituem significativamente (MOTTA, 2013, p. 84).

Outro aspecto a ser assinalado é a narrativa como mecanismo de envolvimento e convencimento. "Narrar é uma técnica de enunciação dramática [...] de modo a envolver o ouvinte na estória narrada. Não é, portanto, contar ingenuamente uma estória, é uma atitude argumentativa, um dispositivo de linguagem persuasivo, sedutor, envolvente", afirma Motta (2013, p. 74). Assim, observar os aspectos estéticos e performáticos dos objetos estudados são essenciais para uma melhor apreensão das narrativas. É certo que a análise da narrativa, tão comum em estudos literários, pode se tornar mais complexa quando o objeto de análise são as chamadas *hard news*, que se referem à publicação de notícias diárias sobre a vida cotidiana, justamente porque possuem uma linguagem mais direta e descritiva. A narratologia, a teoria e a análise da narrativa desenvolvidas por Motta (2013), não objetivam o estabelecimento de uma ordem geral da narrativa, como pretendeu o formalismo russo e o estruturalismo literário francês - apesar de nascer no interior desses movimentos. Essa metodologia, na verdade, pretende se dedicar "ao estudo dos processos de relações humanas que produzem sentidos através de expressões narrativas" (MOTTA, 2013, p. 79), sejam elas factuais ou ficcionais.

> A grande maioria das notícias do dia a dia é redigida em terceira pessoa, numa linguagem descritiva, direta e objetivada. Se o analista quiser tomar este tipo de notícia como narrativa, enfrentará desafios conceituais e metodológicos mais complexos. O texto dessas notícias é enxugado de qualquer manifestação subjetiva e mantém uma proximidade definitiva com o referente empírico. A intenção é produzir o efeito de realidade, a veracidade. São as chamadas *hard news* das editorias de política, economia, internacional, cidades, por exemplo, escritas em linguagem descritiva clara, direta, enxuta, que se quer objetiva. (MOTTA, 2013, p. 96)

Dessa forma, a etapa da análise empírica desta pesquisa seguiu alguns dos procedimentos sugeridos por Motta (2005), conforme demonstra o esquema presente na Figura 1. Para o autor, em primeiro lugar, é necessário definir o enredo a ser analisado, a ordem lógica da história, chamada pelo autor de *acontecimento-intriga*. Ou seja, é preciso recompor a serialidade da narrativa e reorganizar o tempo narrativo do relato jornalístico, "que não produz uma definição dos limites de cada estória. O analista precisa identificar os conflitos, posicionar as personagens, descortinar o clímax e o desenlace da intriga" (MOTTA, 2013, p. 97). Essa reordenação da história será a base para o restante da análise, pois permitirá a identificação de conflitos, episódios, personagens e estratégias discursivas.

Figura 1 - Esquema prático de análise que elaboramos a partir do texto *A Análise Pragmática da Narrativa Jornalística*, de Luiz Gonzaga Motta (2005).



Em segundo lugar, faz-se necessário identificar os episódios dessa narrativa, a partir da identificação dos conflitos principais e secundários. Esses conflitos colocam sempre dois lados em disputa, em confronto e, no caso das narrativas acerca do feminicídio, eles podem se dar entre vítima e agressor, entre suspeito e polícia, entre família e agressor, e etc. Eles marcam os episódios de forma decisiva, pois permitem novas ações e sequências capazes de prolongar a história. De acordo com Motta (2005), os conflitos presentes em uma narrativa podem ser de diversas ordens, como de ordem econômica, psicológica, familiar, jurídica e policial. Os episódios identificados nesta fase da análise devem "receber nomes para designar essa funcionalidade. Por exemplo, situação estável (equilíbrio), complicação, clímax, resolução, vitória, desfecho, punição, recompensa e assim por diante" (MOTTA, 2005, p.6)

Em um terceiro momento, o analista deve atentar nas personagens, evitando uma análise psicológica dos atores envolvidos e focando na construção discursiva desses personagens por parte do jornal. "O reconhecimento das personagens e de sua dinâmica funcional ocorre concomitantemente com a identificação dos episódios porque as personagens são atores que realizam coisas (funções) na progressão da história" (MOTTA, 2005, p. 7). Tais personagens podem ser classificadas de diversas maneiras, inclusive como protagonistas, antagonistas, heróis, anti-heróis, doadores e ajudantes.

> No jornalismo as personagens costumam ser fortemente individualizadas e transformar-se no eixo das histórias. Os designantes das personagens, tais como nomes, identificadores e co-referências devem ser particularmente observados. Porém, é importante lembrar que mesmo na narrativa realista do jornalismo as personagens são figuras de papel, ainda que tenham correspondentes na realidade histórica. Lembrar que estamos analisando uma narrativa jornalística, como as notícias constroem personagens, conflitos,

> combates, heróis, vilões, mocinhos, bandidos, punições, recompensas. Não estamos fazendo uma análise da realidade histórica em si mesma. Nosso objeto é a versão, não a história (MOTTA, 2005, p. 7).

Em quarto lugar, o analista deve se concentrar em responder às perguntas: Quais efeitos de sentido são pretendidos pelo narrador? Que estratégias ele utiliza para tal? Como já afirmamos, o jornalista busca esconder sua capacidade narrativa a fim de sustentar o discurso jornalístico da imparcialidade. Contudo, é preciso ter em mente que "o jornalista é, por natureza, um narrador discreto" (MOTTA, 2005, p. 8), que utiliza estratégias discursivas para mascarar sua arbitrariedade e mediação. Nesta fase da análise, é possível encontrar, através do exame dos recursos linguísticos utilizados, uma intencionalidade na produção de efeitos, que podem ser efeitos de real ou poéticos.

Para produzir efeitos de real, os jornalistas se valem de estratégias de objetivação (MOTTA, 2005), como a afirmação insistente do presente, a identificação de lugares e de instituições e o uso de estatísticas e números. Motta (2005, p. 11) nomeia tais recursos como "dêiticos espaço-temporais", capazes de conferir níveis de confiabilidade às narrativas jornalísticas por meio da demarcação do lugar e do tempo da enunciação.

> Na afirmação radical do presente (atualidade) o jornalismo constrói a sua versão de neutralidade e objetividade reduzindo e encerrando tudo no momento atual. É da atualidade que ele organiza as histórias como sucessão. O passado e o futuro tendem a perder força, a amenizar-se: tudo gira em torno do hoje, do aqui, do agora, do ao vivo e do on-line. Daí a profusão de advérbios e de expressões adverbiais de tempo e de lugar que vinculam a sucessão de eventos a uma visão do hoje, do agora, do presente, do instante (MOTTA, 2005, p. 9-10).

Já os efeitos poéticos são construídos através da utilização de estratégias de subjetivação. Com o uso de recursos linguísticos específicos, é possível gerar reações emocionais às notícias, provocando sensações como as de surpresa, espanto, medo, desprezo, compaixão e alegria. Esses efeitos poéticos "promovem a identificação do leitor com o narrado, humanizam os fatos brutos e promovem a sua compreensão como dramas e tragédias humanas" (MOTTA, 2005, p. 11). Para realizar essa análise, Motta (2005) propõe a observação das imagens utilizadas, do uso dos verbos e adjetivos, do emprego de substantivos estigmatizados, da pontuação, das figuras de linguagem (como metáforas e hipérboles) e dos conteúdos implícitos. "O analista deverá revelar a presença de cada recurso da retórica

jornalística, investigar sua dimensão semântica e relacioná-lo à estratégia narrativa do narrador e do meio que utiliza" (MOTTA, 2005, p.12).

Nessa etapa, procuramos realizar um paralelo com elementos que perpassam a história do romance policial. Isso porque, conforme já destacamos, assumimos a íntima relação que há entre estas duas formas de materializar narrativas: o jornalismo policial e a literatura policial. Como nos aponta Olinto (apud SODRÉ, 2012, p. 219), há uma funcionalidade jornalística em ambos, especialmente em relação à organização dos episódios em função de "um acontecimento a ser narrado, uma tragédia a ser contada, um crime a ser explicado, uma situação a ser examinada, uma solução a ser apresentada". Portanto, buscamos comparar, recorrendo a pesquisadores do campo literário, as estratégias utilizadas pelo jornal A Gazeta com recursos que foram, ou ainda são, usados na ficção policial. Esse gênero literário viveu diversas transformações e atualizações ao longo dos anos, indo do romance de enigma, famosos por seus detetives, ao *noir* (TODOROV, 2006)*, hard-boiled* e *pulp,* mais focados nas ações dos criminosos (SODRÉ, 2012; JEHA, 2017).

Todorov (2003; 2006), ao debruçar-se sobre os gêneros da produção literária, dedica particular atenção aos romances policiais. Acerca do chamado romance de enigma, o autor propõe a existência de duas linhas temporais e, portanto, de duas histórias: a história do inquérito, em que se acompanha a investigação, e a história do crime, em que se descobre o que de fato ocorreu. A história do inquérito "não tem nenhuma importância em si mesma" e "serve somente de mediadora entre o leitor e a história do crime" (TODOROV, 2006, p. 96). Originalmente *empalavrado* por Todorov como "roman à énigme" (1978, p. 11), o romance de enigma é ainda traduzido, no inglês, como "whodunit" (1977, p. 43) - abreviação de "Who done it?" ("Quem fez isso?"). O mistério é, assim, a característica essencial a esse tipo de narrativa, que tem o enigma, o não-dito, como central. Busca-se solucionar algum crime, seja roubo ou assassinato, e há, portanto, uma série de suspeitos que rondam a intriga inicial. No Brasil, o recurso conhecido como *whodunit?* também é popularmente chamado de "Quem matou?" e já foi utilizado em diversos meios, tanto em romances, quanto em novelas e seriados televisivos. As novelas da Rede Globo "Vale Tudo" (1988-1989) e "O Rebu" (2014), por exemplo, tiveram seu eixo narrativo marcado justamente por essa estratégia.

Outra estratégia narrativa que destacamos, muito utilizada ainda hoje em enredos de mistério, mas não somente em, é o *cliffhanger* – especialmente presente em narrativas seriadas. O princípio de atuação do *cliffhanger* gira em torno de um mecanismo básico: a criação de

expectativa. Existem casos diferentes e variações desse mecanismo, mas a maior parte dos *cliffhangers* funciona como um gancho, como uma revelação incompleta que cria um mistério, levantando questões e, principalmente, assinalando pontos da narrativa que estão por vir. Na maioria das vezes, levanta pistas, sugere informações, imagens que evoquem a imaginação do público, deixando-o sem respostas definitivas e fazendo-o conjecturar os próximos acontecimentos (PINTO, 2017, p. 81).

Ressaltamos ainda elementos do subgênero chamado *hard-boiled*, que deu à literatura criminal novos contornos a partir dos anos 1920, quando começou a se popularizar nos Estados Unidos. Esse tipo de narrativa nasceu como reflexo de uma violência urbana generalizada gerada pelo crime organizado durante a Lei Seca norte-americana e teve, portanto, a violência como seu elemento fundador. O *hard-noiled* "começou a se tornar popular no rastro de uma guerra devastadora e atingiu a maturidade nas duas décadas que terminariam num segundo conflito global" (JEHA, 2017, p. 98). As histórias caóticas do estilo *hard-boiled* eram frequentemente publicadas nas famosas revistas *pulps*, fabricadas a partir de 1900 por meio da polpa de celulose - o que as tornava muito baratas. Por isso, o termo *pulp fiction* é comumente usado como sinônimo para a literatura *hard-boiled*. Os casos de violência, quase sempre protagonizados por gangues criminosas, eram narrados de forma crua e realista, sem muita necessidade de reflexão acerca dos motivos da violência narrada.

> Os primeiros romances *hard-boiled* quase podem ser definidos ou circunscritos pela exploração da violência. O combate físico, o assassinato, o acerto de contas são as cenas primárias dessa ficção. Elas constituem a motivação primeira dos seus enredos e da sua estética: é nelas que a escrita dos autores atinge sua intensidade máxima. Em geral, elas indicam um mundo imprevisível, cujos paradoxos, tensões, conflitos e traições se concretizam na violência brutal (JEHA, 2017, p. 95).

A ficção *hard-boiled* pode ser descrita a partir de duas características: a presença da mentira e da traição como partes do enredo e a velocidade do ritmo da narrativa. No mundo gerado por esse gênero literário, "as palavras nada valem; todos mentem, a traição está por toda parte e as diferenças se resolvem com assassinatos" (JEHA, 2017, p. 95). Além disso, esse tipo de ficção é marcado pelo ritmo da narração, pela velocidade em que os episódios são narrados. O romance *hard-boiled* precisa de ritmo

> não para entulhar a página, mas para dar a impressão de que a narrativa é contemporânea, que os eventos acontecem aqui e agora, para dar ao leitor uma sensação de imediatismo. A transposição direta de "pedaços da vida"

> para o papel relembra a ontologia da narrativa jornalística, fundada, ela também, na ilusão de um imediatismo, de um apagamento da duração que separa a ação do seu relato (JEHA, 2017, p. 95-96).

Essa velocidade se traduziu ainda no relato nu e cru da violência, sem explorar a fundo as motivações sociais e/ou psicológicas dos criminosos. Vale dizer ainda que a ficção *hard-boiled*, nascida nas Américas, tem uma estrutura semelhante à famosa literatura *noir*, de origem francesa. Uma das características da narrativa *noir* é a ênfase dada ao sexo como forma de "avançar a narrativa e expor as qualidades autodestrutivas das personagens principais. Esse tipo de ficção mantém o estilo seco e direto, assim como o realismo áspero associado à literatura *hard-boiled*" (JEHA, 2011). Para Todorov (2006, p. 100), é o romance de suspense, ou "roman à suspense" (1978, p. 17), ou "suspense novel" (1977, p. 50) que nasce da junção dessas duas formas.

> Do romance de enigma, ele conserva o mistério e as duas histórias, a do passado e a do presente; mas recusa-se a reduzir a segunda a uma simples detecção da verdade. Como no romance *noir*, é essa segunda história que toma aqui o lugar central. O leitor está interessado não só no que aconteceu, mas também no que acontecerá mais tarde, interroga-se tanto sobre o futuro quanto sobre o passado. Os dois tipos de interesse se acham pois aqui reunidos: existe a curiosidade de saber como se explicam os acontecimentos já passados; e há também o suspense: que vai acontecer às personagens principais?

Assim, o *cliffhanger*, a exploração do mistério, a presença do detetive e da mentira, bem como a narração crua e veloz são elementos que fazem parte da história da literatura policial, estando presentes ainda hoje em obras do gênero. Levamos em conta todos esses aspectos na etapa da análise formal, segunda fase da HP, buscando encontrar semelhanças, apesar das já ditas diferenças, entre essas duas maneiras de narrar crimes, com o objetivo de delimitar os efeitos poéticos possíveis a partir do uso desses recursos.

Ao final de cada análise, este estudo se dedicou ainda à identificação das metanarrativas, ou da expressão de valores que subjazem às estórias e compõem o fundo moral e ético em que se assentam. Este momento da análise da narrativa se relaciona com a última fase do enfoque da hermenêutica de profundidade (HP), que é a fase da *interpretação/re-interpretação*. Essa etapa marca, portanto, o objetivo final deste estudo: compreender como ou se o jornalismo contribui para a constituição do feminicídio como um problema social, a partir da caracterização das metanarrativas e dos discursos contados e recontados pelo jornal A Gazeta. Descobrir as metanarrativas das histórias analisados é, na verdade, encontrar os significados de fundo moral que são compartilhados pelo jornalismo

com seu público. Ideias como “a mulher deve se dar ao respeito” ou “ela fez por merecer” são metanarrativas que podem ser contadas diariamente pelos jornais, capazes de endossar discursos das mais diversas ordens, como o discurso machista e o discurso da culpa.

> Esse fundo ético e moral vai surgindo cada vez mais nítido ao longo da análise do acontecimento: é o plano da estrutura profunda da narrativa. Ele pode saltar logo no princípio, aparecer gradualmente quando os movimentos iniciais da análise forem sendo concluídos ou só se configurar ao final. Pode ser predominantemente de ordem ética, moral ou filosófica, ainda que também possa conter aspectos políticos, religiosos, psicológicos ou ideológicos. (MOTTA, 2005, p. 14)

Assim, a análise da narrativa jornalística é uma forma de identificar também os valores éticos e morais que estão atrelados às narrativas e, por consequência, aos discursos produzidos diariamente pelos jornais. Entendendo ainda as notícias jornalísticas como formas simbólicas capazes de produzir significados e efeitos de sentido, pode-se afirmar que o papel do jornalismo diante de problemas sociais é definitivo. Esse papel se destaca quando o enfrentamento de determinada questão social necessita não apenas de ferramentas práticas, como a elaboração de leis e projetos sociais, mas também pedagógicas e simbólicas. E esse é o caso do feminicídio.

Importa dizer, aqui, que os cinco aspectos levantados a partir dos métodos propostas por Motta (2005) podem se apresentar de maneira diferenciada de acordo com o fazer jornalístico identificado em cada narrativa - ou em cada veículo, se for o caso. Há casos tratados de forma mais espetacular em que se notam todos esses aspectos facilmente, contudo há casos em que os episódios são menos marcados na narração e os personagens, por sua vez, tomam o centro da narrativa. Todo material analisado foi coletado por meio do sistema digital disponível para assinantes de A Gazeta, que conta com arquivo e mecanismo de busca. Através dos nomes das vítimas, foi possível rastrear o material necessário à observação de cada caso.

Além de realizar todas essas etapas, para melhor contextualizar as conclusões a que chegamos com esta pesquisa, optamos ainda por comparar as estruturas narrativas dos casos, destacando semelhanças e diferenças nos enunciados e nas abordagens de A Gazeta, a fim de demarcar as formações discursivas com mais complexidade. Essa é, portanto, uma análise multidisciplinar, em que não apenas buscamos referenciais metodológicos formulados por autores do campo da Comunicação Social, a saber Thompson e Motta, mas também utilizamos teóricos da literatura, da filosofia, da sociologia e da criminologia, como Todorov,

Foucault, Muniz Sodré e Maria Lucia Karam. Os procedimentos escolhidos para a análise nos deram, por fim, subsídios para responder ao problema fundador desta pesquisa: qual é ou quais são as formações discursivas das quais fazem parte os enunciados elaborados por jornal A Gazeta acerca do feminicídio?

III.b - Caso Milena Gottardi

Ligações Perigosas: o enredo

A morte é mesmo um assunto que convida. O assassinato, mais ainda, comove e atrai atenção. No Brasil, país em que a taxa de homicídios em 2016 foi de 30,3 mortes para cada 100 mil pessoas (CERQUEIRA, 2018), o assunto é tão corriqueiro que, por vezes, passa pelas conversas cotidianas com a discrição de uma brisa rápida e repentina. Alguns casos, contudo, transformam-se em verdadeiros furacões e ocupam nossos dias, nosso sono, nossas conversas por meses.

Milena Gottardi Tonini Frasson, mulher cisgênero, tinha 38 anos quando, na noite do dia 14 de setembro de 2017, teve sua rotina interrompida por um homem armado que lhe anunciava um assalto. A médica saía, ao lado de uma amiga, de mais um plantão no Hospital Universitário Cassiano Antonio Moraes (Hucam), em Vitória, onde atuava como pediatra oncológica. Antes que pudesse entregar qualquer dos seus pertences, o homem armado atirou três vezes contra Milena, atingindo-lhe a cabeça e a perna. Ela foi socorrida por profissionais do Hucam e depois transferida para um hospital particular, onde passou por uma neurocirurgia de urgência. Sem que pudesse dizer qualquer palavra, Milena morreu na tarde do dia seguinte.

A investigação do caso ficou sob responsabilidade da Delegacia de Homicídios e Proteção à Mulher (DHPM). No dia em que se confirmara a morte da médica, o delegado responsável divulgou um retrato falado do suspeito e afirmou a possibilidade de se tratar de um feminicídio. No dia 16 de setembro, três homens foram presos, suspeitos de participação no crime e, entre eles, estava o executor de Milena: Dionathas Alves Vieira, de 23 anos. Ele confessou que receberia R$ 2 mil para matar a médica. A polícia insistiu em uma investigação sigilosa, porém, em 20 de setembro, foi divulgado que a Corregedoria da Polícia Civil também estava ajudando na investigação. Isso porque o ex-marido da vítima, Hilário Antônio Fiorot Frasson, de 44 anos, ex-policial civil, passou a ser considerado suspeito. Ele teve sua arma e celulares confiscados.

Seis dias após a morte de Milena, a polícia concluiu que Hilário e seu pai, Esperdião Carlos Frasson, de 71 anos, foram os mandantes do feminicídio da médica, tendo a Justiça expedido mandados de prisão temporária[10]. No mesmo dia que a polícia informou as novas suspeitas, foi divulgada uma carta deixada por Milena, datada de abril de 2017, em que registrou o medo do comportamento do ex-marido. "Tenho medo que essa agressividade verbal se concretize em atitudes. Temo em ele tirar sua própria vida e, como vemos em muitos casos, tirar a minha vida também"[11], , dizia a carta. Segundo a polícia, o assassinato de Milena foi planejado durante quatro meses. Na investigação, descobriu-se que foram realizadas, de janeiro a outubro de 2017, 1.233 ligações entre os seis participantes do crime - ficando claro que a rede de comunicação que havia entre os envolvidos manteve-se antes, durante e após o crime. O inquérito foi entregue ao Ministério Público Estadual no dia 20 de outubro com mais de 2 mil páginas, acusando Hilário e seu pai de feminicídio e indiciando também os outros quatro envolvidos por diversos crimes. Os denunciados, exceto Bruno Broetto, serão submetidos a um júri popular.

A exploração do mistério e a importância do *cliffhanger* na narrativa

Foram analisadas 118 páginas, incluindo capas, matérias, notas e textos de opinião, veiculadas do dia 15 de setembro ao dia 15 de dezembro de 2017. Nesse período, o jornal destacou o caso Milena Gottardi em sua capa 15 vezes e o noticiou, em forma de matérias, notas e reportagens, 39 vezes. Das 118 páginas coletadas, 21 (17,8%) correspondem a páginas de opinião, incluindo textos de colunas, cartas do leitor e artigos. Vale destacar que, no dia 22 de setembro, uma sexta-feira, quando a polícia concluiu que Hilário Frasson e seu pai foram os mandantes do crime, e a carta deixada por Milena foi divulgada, A Gazeta noticiou o ocorrido com a seguinte manchete de capa "Polícia conclui: Ex-marido mandou matar médica" e dedicou 15 (12,7%) páginas da edição para o caso.

A partir da leitura dos textos, pôde-se concluir que o feminicídio de Milena Gottardi foi narrado pelo jornal A Gazeta seguindo alguns elementos comuns a diversos romances policiais. Em primeiro lugar, destaca-se a presença do mistério, característico de narrativas enquadradas no chamado *whodunit*, ou nos romances de enigma (TODOROV, 1977; 2006), e que reside especialmente na dúvida sobre o autor da morte de Milena, como se pairasse a pergunta: Quem matou Milena? Em segundo lugar, a abordagem do caso herda ainda dos romances de enigma a

[10] Também participaram do crime outros três homens: Bruno Rodrigues Broetto, que roubou uma moto utilizada na ação, Valcir da Silva Dias e Hermenegildo Palaoro Filho, intermediários, que estavam no local e no momento do assassinato.
[11] Carta divulgada em A Gazeta na edição de 22 de setembro de 2017, página 11.

exploração de duas histórias: a do inquérito e a do crime. A existência dessa narração dupla nos leva a identificar, no caso em estudo, a importância do discurso policial na constituição da narrativa jornalística, uma vez que toda a cobertura feita pelo jornal foi resultado das apurações feitas ao longo do inquérito policial, não tendo sido adotada uma linha de investigação autônoma por parte do jornal.

O jornal começa, então, narrando a história do inquérito. O primeiro episódio dessa história se desenvolve a partir da agressão, trazendo informações como a confirmação da morte da médica, o enterro, além da repercussão junto à família, colegas e autoridades. O clima é de mistério, comoção e suspeição; em que o conflito principal se dá entre vítima e agressores. Pode-se identificar um segundo episódio, que começa quase em paralelo, e se desenrola com as investigações, tendo como protagonistas a polícia e os suspeitos, concluindo-se com a prisão dos primeiros suspeitos e dos mandantes, por fim. Este momento se configura como um episódio clímax, trazendo polícia e criminosos em conflito.

A história do crime é contada por A Gazeta no desenrolar do inquérito, mas especialmente após a prisão de Hilário Frasson, quando se divulga que o assassinato foi planejado durante quatro meses entre os seis homens participantes do feminicídio, através de uma intensa rede de comunicação. A descoberta, pela polícia, de diversas situações de violência doméstica sofridas por Milena e da contratação de uma prostituta pelo ex-marido dias após o crime também fazem parte dessa segunda história. Todo esse enredo foi narrado ao longo de três meses, fazendo com que o jornal adotasse uma estratégia comum no jornalismo contemporâneo: a suíte.

Do francês, a palavra *suite* significa, em tradução literal, "sequência" e se refere à exploração dos desdobramentos de um fato anteriormente noticiado pelo jornal. A Gazeta se dedicou a reconstituir o crime diversas vezes ao longo de sua narração, utilizando não só a *suite*, como também o *flashback* - tão comum no universo literário. Analisando com base nos princípios da narratologia, essa reconstituição, por vezes realizada com a ajuda de recursos estéticos, colabora para a sequenciação do enredo, por parte do leitor, ao organizar presente, passado e futuro em uma lógica linear. Utilizando esses recursos, A Gazeta conseguiu dar um fluxo intenso de divulgação do caso, mesmo depois da revelação dos mandantes do crime - que aconteceu seis dias após a confirmação de morte da médica.

Para manter a relevância do assunto nos três meses analisados neste estudo, observou-se ainda a utilização de outro artifício, bastante presente em roteiros audiovisuais: o *cliffhanger*. Um primeiro momento em que identificamos o uso dessa estratégia, muito voltada para a criação de

forte expectativa, de um gancho, aconteceu na manchete que estampou a capa do jornal no dia 16 de setembro de 2017, em que se lê "Secretário fala em feminicídio. Médica morre, e polícia investiga crime de mando". Após a confirmação da morte da vítima, o periódico apresentou sua expectativa principal, dando pistas para os próximos episódios: a morte não foi aleatória, alguém mandou matar Milena. No leitor, a pergunta muda, podendo agora instigar uma curiosidade quase sádica: quem mandou matar Milena Gottardi? Com o enigma inicial, já apontando para um caminho ao dizer que "o crime foi cometido por alguém próximo à vítima", A Gazeta cria a expectativa em seus leitores de que o assassino está próximo de ser descoberto e de que um escândalo estaria em iminente revelação.

Em 17 de setembro, mais uma grande manchete de capa nos leva a crer que o crime estaria prestes a ser solucionado, dizendo "Investigação avança. Preso suspeito de executar médica". Na matéria interna, o subtítulo **"**Marido**"** dizia que o delegado responsável pela investigação havia conversado com o ex-marido da médica. O texto repetiu informações já divulgadas pelo jornal: a de que o celular e a arma de Hilário Frasson tinham sido recolhidas por questões de segurança. A expectativa, agora, se colocava sobre o principal suspeito: Frasson.

A apuração do crime foi colocada sob sigilo pela polícia, mas não impediu A Gazeta de reconstituir os fatos e seguir explorando e desenvolvendo seu enredo principal. Em 20 de setembro, uma manchete pequena, na capa, trazia: "Apuração sob sigilo. Corregedoria da Polícia investiga morte de médica", com o texto "Policial civil, o ex-marido de Milena Gottardi, morta na última quinta-feira, já teve arma e celular apreendidos, mas a polícia não confirma se ele é investigado". Novamente, A Gazeta coloca a expectativa de solução do crime com o indiciamento do antagonista principal de sua narrativa, o ex-marido.

Um segundo momento em que se observa a exploração dos fatos a partir do *cliffhanger* está na divulgação, em 21 de setembro, de que o executor de Milena queria informar quem o contratou, porém temia por sua vida. A história do inquérito tem seu clímax no dia 22 de setembro, após esses dois fortes momentos de expectativa, no caminho que o leitor já poderia esperar, com a manchete: "Polícia conclui: ex-marido mandou matar médica". A Gazeta dedicou 15 páginas da edição para o caso, configurando este episódio como o auge de sua narrativa sobre o caso Milena Gottardi. Nessa mesma edição do jornal, a história do crime começa a ser contada já na capa, que foi totalmente dedicada ao caso. As manchetes "Execução começou a ser planejada há quatro meses" e "A angústia de uma mãe", que se referia diretamente a uma carta

deixada pela vítima, já desenvolvem mais profundamente a segunda história da narrativa policial - a do crime. A Figura 2 ilustra bem como a história foi narrada por A Gazeta.

As dificuldades e ameaças que Milena enfrentou durante a separação haviam sido relatadas a amigos e família, além de registradas em cartas. Diversas matérias ao longo do período analisado informam sobre essa questão como o texto intitulado "Milena revelou ameaças do ex aos sogros", de 10 de outubro. A matéria "Sogra foi expulsa da casa de Hilário várias vezes", de 14 de outubro, também aponta para um comportamento agressivo do ex-policial. No dia do crime, Milena e o ex-marido se falaram por telefone. A médica pedia que ele buscasse as filhas na escola. Quando recebe a informação de que sua ex-esposa foi baleada, Hilário vai direto para o Hucam, onde ela trabalhava, e chega aos prantos. Essa história, porém, só é narrada pelo jornal após a prisão dos mandantes do crime.

Em 19 de outubro, A Gazeta divulga a acusação contra os mandantes com a frase do delegado responsável pela investigação, Janderson Lube, como manchete de capa: "Restou por Milena apenas o ódio". O texto que acompanha a manchete informou ainda que o ex-marido chegou a instalar câmeras na casa de Milena, colaborando também para narrar a história do crime. No dia 14 de dezembro, o caso tem seu desfecho contado com a reportagem "Ligações perigosas", informando que os seis criminosos trocaram mais de mil ligações enquanto planejavam o feminicídio da médica (Figura 3).

Figura 2 - Infográfico publicado em A Gazeta em 22 de setembro de 2017, página 5.

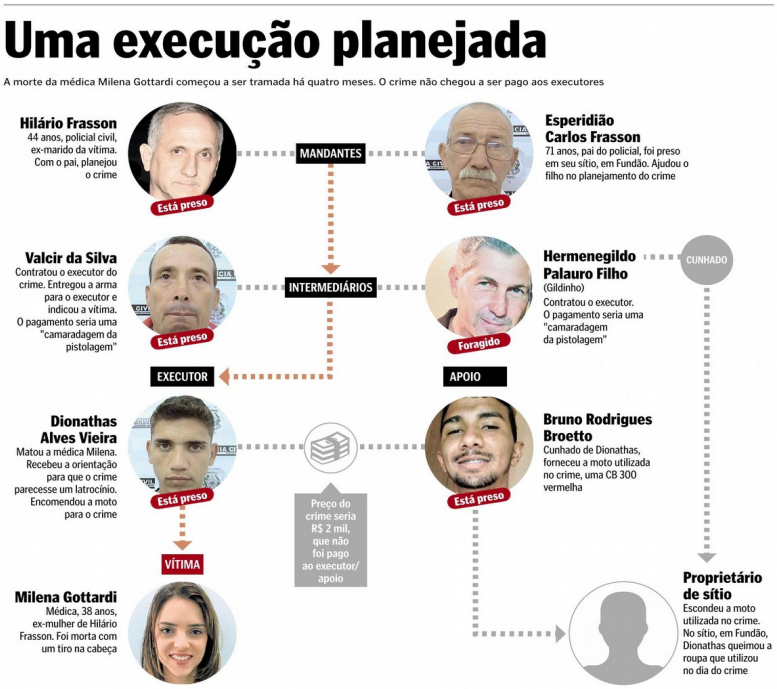


Figura 3 - Capa de A Gazeta na edição do dia 14 de dezembro de 2017.

Iconografia e manchetes melodramáticas na produção de efeitos poéticos

No contexto do jornalismo, a iconografia se refere ao uso de imagens para condensar, complementar, ilustrar ou melhor abordar algum tema, por meio de "ilustrações, gráficos, diagramas e fotografias, cada um com suas características próprias" (LIMA, 2015, p. 113). Durante os três meses compreendidos nesta análise em que A Gazeta narrou o caso Milena Gottardi, diversas expressões gráficas foram utilizadas como recurso narrativo auxiliar. Além do infográfico presente na Figura 2, outros formatos pictóricos e esquemáticos foram explorados, como a ilustração, para reconstituir alguns dos acontecimentos relacionados ao crime. Apesar de publicadas com uma semana de distância, as duas tiras, presentes nas Figuras 4 e 5, representam a mesma ação: elas ilustram o momento em que o executor de Milena a aborda - indicando a exploração sistemática dos fatos a partir da suíte e do *flashback* conforme já pontuamos. A utilização de representações gráficas implica diretamente na produção de efeitos poéticos (MOTTA, 2013), uma vez que dialogam diretamente com a estética das histórias em quadrinhos, quase sempre cheias de drama e ação. Essa estratégia evidencia, portanto, o esforço do jornal em gerar, no leitor, uma aproximação dramática com a história de Milena, ao nos instigar a remontar os fatos de forma imagética.

Em 3 de outubro, outro infográfico (Fig. 6) foi publicado pelo jornal, trazendo todos os envolvidos no crime e remontando, de acordo com os depoimentos feitos à polícia e disponibilizados ao jornal, as últimas horas antes de o crime acontecer. Além de contribuir para contar o que Todorov (2006) chamou de história do crime, tal recurso novamente instiga, no leitor, um contato mais dramático com o caso, permitindo gerar emoções como medo, tristeza e raiva.

Figura 4 - Tira publicada em A Gazeta na edição do dia 15 de setembro de 2017, página 4.

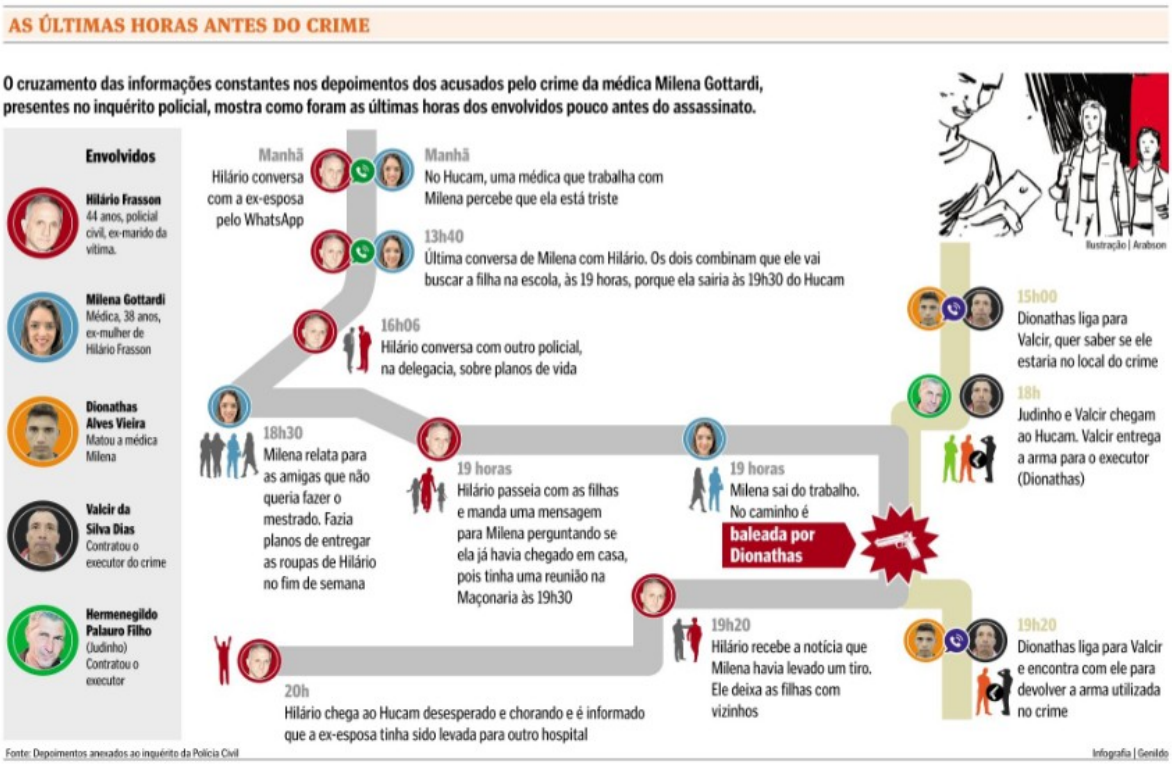
Figura 5 - Tira publicada em A Gazeta na edição do dia 22 de setembro de 2017, página 5.

Além disso, o uso de manchetes melodramáticas, como na Figura 3, em que se lê o título "Ligações Perigosas", presente na edição do dia 14 de dezembro, também ajudam a produzir tais efeitos poéticos. Ainda como parte dessa performance dramática do jornal, o título mencionado remete ao premiado filme de mesmo nome, dirigido por Stephen Frears e baseado no clássico da literatura francesa "*Les liaisons dangereuses*", de Pierre Choderlos de Laclos. Na história, um esquema mortal de vingança foi revelado ao público por meio de um grande sistema de comunicação entre diversos personagens, estruturado por meio de cartas. De forma semelhante, o feminicídio de Milena foi desvendado a partir de uma série de telefonemas realizados entre os

criminosos. A referência direta a um universo ficcional faz emergir radicalmente a dramaticidade de A Gazeta na abordagem do caso de Milena.

Foram publicadas outras manchetes com o mesmo tom, como em 22 de setembro, em que uma das chamadas de capa do jornal recebe o título de "A angústia de uma mãe". Um infográfico sobre o caso, publicado na mesma data (Figura 3), teve como título "Uma execução planejada". Outro exemplo é a chamada de capa "A dor de uma mãe", em referência a uma matéria com relatos da mãe de Milena, publicada no dia 27 de setembro. Em 2 de outubro, mais uma manchete melodramática é impressa em A Gazeta, com um texto intitulado "Todos por Milena: um grito por justiça", que trazia informações sobre uma passeata realizada em memória da médica. O título faz referência à camisa utilizada pelos caminhantes e, por isso mesmo, é capaz de produzir efeitos poéticos, podendo gerar no leitor sentimentos de revolta e tristeza, como sentidas pelos familiares e amigos.

Figura 6 - Infográfico publicado em A Gazeta em 3 de outubro de 2017, página 13.



Personagens

Na primeira semana após o assassinato da médica, A Gazeta apresenta poucas informações sobre Hilário Frasson, sem incluir nem mesmo entrevistas com o ex-marido de

Milena. As principais fontes então eram a família e a polícia. As informações imprecisas sobre Frasson contribuíram para criar um clima de mistério em torno do ex-policial e de desconfiança em relação à própria polícia. Sabia-se apenas que ele tinha manifestado emoção com o ocorrido, que até o final de 2016 trabalhava no Tribunal de Justiça do Espírito Santo como assessor jurídico, e que havia sido exonerado para assumir um cargo na Polícia Civil em janeiro de 2017. Ao informar em diversas notícias que a arma e o celular de Hilário foram apreendidos e que ele estava sendo investigado pela Corregedoria da Polícia Civil, nota-se uma insistência de A Gazeta em trazer o nome de Hilário como possível suspeito, mas também um receio em dizê-lo com todas as letras.

É no dia 22 de setembro que o perfil do personagem começa a ser mais bem traçado pelo jornal. A capa do dia já marca fortemente essa mudança na narrativa com a manchete "Polícia conclui: ex-marido mandou matar médica". Com as suspeitas confirmadas, A Gazeta dedica-se a demonstrar o cinismo e a frieza de Hilário, destacando que o ex-policial chegou a se mostrar desesperado diante do assassinado da médica. Em um tom melodramático, característica constante na abordagem deste caso, a matéria intitulada "Pai e filho mandaram matar médica, diz polícia", publicada na mesma edição, apresenta a frase: "Agora, ele está preso acusado de encomendar a morte que lamentou". No dia 23 de setembro, o jornal publicou a seguinte fala do secretário estadual de Segurança Pública, André Garcia: "Esses casos de homens violentos, esses psicopatas como o Hilário, esses não têm cura".

"Violento", "psicopata" e "obsessivo" foram, portanto, alguns dos adjetivos atribuídos a Hilário Frasson, nas matérias veiculadas por A Gazeta. O jornal nos conta ainda que o ex-marido de Milena tinha acesso aos horários e à rotina da vítima, além de entender sobre os processos de investigação de assassinatos, por ter feito escalas na Divisão de Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPP). Ele foi, por fim, retratado pelo jornal como um homem frio, violento e de comportamento psicopata. Essas referências a Frasson patologizam não só o comportamento dele, mas todos os casos de homens violentos, tratando-os como uma exceção, quando a realidade da violência doméstica é muito mais corriqueira. Na mesma matéria, porém, A Gazeta problematiza a questão, trazendo falas de algumas psicólogas, como a de Tammy Andrade Motta que disse: "Isso é muito usado para justificar a violência contra a mulher, para dizer que o homem não é culpado por isso". Nesse sentido, houve um esforço de A Gazeta de não desonerar Hilário no processo.

Na narrativa do caso de Milena, o ex-marido é o vilão e o principal antagonista na trama. É apresentado como uma figura que se considera onipotente, capaz de seguir impune por seus atos. Em contraponto a ele, A Gazeta recorreu a outras figuras como o secretário estadual de Segurança Pública, André Garcia, e o delegado responsável pela investigação, Janderson Lube, que colocam-se como personagens heroicos da história, capazes de solucionar o crime e permitir um desfecho justo junto à família de Milena.

Outro personagem que ganhou relevo por algum tempo foi o presidente da Seccional capixaba da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Homero Mafra, advogado criminalista e bastante conhecido por defender réus polêmicos, que, em 21 de setembro, assumiu a defesa de Hilário. A decisão dele não foi bem recebida por ser presidente de uma organização cuja tradição é a defesa dos direitos humanos e sociais. O fato trouxe à tona conflitos secundários, revelando atritos internos da OAB capixaba, trazendo ainda movimentos de direitos humanos contra as decisões da instituição.

Em 26 de setembro, o jornal divulga a matéria "Após pressões, OAB libera comissões", informando que a Ordem havia, em um primeiro momento, proibido a participação da Comissão Mulher Advogada de acompanhar o inquérito. A matéria trouxe personagens que questionavam até mesmo a necessidade de uma liberação, alegando ser dever da instituição atuar nesse tipo de caso; outros questionavam a ida de Homero Mafra à delegacia para se informar sobre o inquérito, insinuando que o advogado estava se valendo de seu cargo e influência. Ao dar destaque para todo esse jogo de acusações, A Gazeta desenha Mafra como o estereótipo do "advogado do diabo", questionando a credibilidade que o advogado conquistou ao longo dos anos e, por consequência, a inocência do próprio Hilário. Mafra acabou renunciando a defesa de Hilário em março de 2018.

Vítima do crime, Milena, por sua vez, é descrita pelo jornal como uma pessoa alegre, dedicada e humana, conforme a matéria intitulada "Corrente de oração em frente a hospital", do dia 16 de setembro. A mesma reportagem conta com falas de conhecidos da médica e adjetivos como "humana", "humilde", "dedicada", "prestativa", "inocente" e "carinhosa" são utilizados. Além disso, Milena é retratada ao longo da narrativa como uma pessoa apaixonada por sua profissão, dedicada aos outros e desejosa por salvar vidas. Como personagem, Milena ganha voz ativa quando A Gazeta divulga, no dia 22 de setembro, a carta deixada pela médica, relatando sobre o comportamento agressivo do ex-marido. O jornal dá destaque na capa para o seguinte trecho: "O meu amor por vocês (filhas) é infinito. Um dia vocês saberão que a mamãe tentou de todas as formas manter o casamento, mas não deu". Milena ocuparia, então, o papel da mãe

dedicada, que abre mão de tudo por suas filhas. Tudo isso contribui para causar, no leitor, um sentimento profundo de injustiça: quem queria salvar vidas foi assassinada por quem não valorizava a existência de uma vida, a de Milena.

Metanarrativas e discursos que atravessam a história

Ao final da análise, podemos identificar algumas metanarrativas que se colocam no intermeio da cobertura sobre o caso. Uma delas, que nos interessa especialmente, é a questão do feminicídio, que subjaz de forma um tanto conflituosa na história apresentada pelo jornal. Embora as autoridades policiais eventualmente tenham verbalizado essa motivação, o jornal não deu destaque em seus títulos e textos graficamente mais relevantes. Em 19 de outubro, com o fim do inquérito, A Gazeta publicou a matéria "Execução foi motivada por 'ódio', diz delegado", reforçando a compreensão de que o feminicídio é um crime de ódio contra mulheres - conforme sugere a abordagem feminista do termo. No geral, porém, as matérias manifestam indignação diante de uma injustiça não específica.

Dos 38 textos jornalísticos analisados, entre notas e reportagens, apenas em seis (15,7%) encontrou-se pelo menos uma destas informações: menção ao crime de feminicídio, definição do termo, orientação sobre como pedir socorro (em especial, o Disque-Denúncia), outros casos, dados, leis e entrevista com especialista. Tal constatação corrobora o estudo realizado por Vivarta (2011) sobre imprensa e direitos das mulheres, que analisou jornais nacionais no ano de 2010 e identificou que mais de 90% dos textos analisados não informavam sobre políticas públicas e marcos legais. De acordo com a pesquisa,

> a pauta surge em decorrência do factual, da urgência de tratar dos assuntos em voga, e não de uma reflexão por parte da redação ou da necessidade de contextualizar um tema a partir do foco em medidas que vêm sendo adotadas ou negligenciadas pelo Estado. (VIVARTA, 2011, p. 43)

Nos dias 16 e 21 de setembro, o jornal publicou pequenos quadros, no estilo *box*, intitulados "Opinião da Gazeta", localizadas dentro da reportagem especial sobre o caso Milena Gottardi. Nos textos, o jornal exige punição ao criminoso, mas não admite a possibilidade de se tratar de um feminicídio - apesar de a informação já ter sido defendida pelo secretário de Segurança Pública do Estado. Em vez disso, usa expressões como "crime passional" e "latrocínio" para se referir ao caso. O posicionamento do jornal foge, também, de um aprofundamento do que seria o crime de feminicídio, evitando inclusive nomeá-lo. Assim, A

Gazeta nos apresenta uma metanarrativa em torno da ideia de que o que ocorreu a Milena foi uma exceção, reflexo de um desentendimento amoroso, e não necessariamente de uma realidade milenar, reflexo de comportamentos machistas em que os homens que reivindicam a posse sobre a vida das mulheres a todo o momento. Nessa lógica, ao punir Hilário, o problema estaria solucionado. Essa reação punitiva em direção a um autor específico gera um alívio imediato e a sensação de que o mau foi contido. Tais enunciados, por sua vez, estão estreitamente atrelados a uma formação discursiva punitivista que, ao promover esse caráter persecutório em direção a um indivíduo apenas e não alargar o universo interpretativo alcançando as raízes de eventos desse tipo, como aponta Karam (1996, p. 82), "não só desvia as atenções como afasta a busca de outras soluções mais eficazes".

Outra metanarrativa encontrada se relaciona à dinâmica do inquérito policial e às competências do aparato policial. Contrariando um dos principais nomes do romance policial, Edgar Allan Poe, o jornal A Gazeta constrói uma longa narrativa em torno do caso de Milena Gottardi, baseada em um fundo moral que nos fala da eficiência e, por conseguinte, da necessidade da ação policial, em uma espécie de elogio que se mascara na ideia de que "o crime perfeito não existe". Tal ideia se manifesta no sequenciamento do caso, que se baseia numa confiança de um desfecho final que elucide o crime, reforçada pela atuação diligente do jornalismo de manter o caso em evidência. Essa premissa se verbaliza na fala do superintendente de polícia especializada, José Darcy Arruda, publicada no dia 22 de setembro - quando o jornal divulgou a conclusão da polícia de que Hilário Frasson e seu pai eram os mandantes do feminicídio. Na entrevista publicada, lê-se: "Hilário tentou fazer um crime perfeito, mas isso não existe". O que se quer evidenciar com esses enunciados é a noção de que o mau existe como um desvio social e que ele será devidamente punido, a partir da atuação policial, que se julga eficaz. Também no dia 22 de setembro, A Gazeta publica a seguinte fala do secretário estadual de Segurança Pública: "Fica um sentimento de decepção porque não esperamos isso de um policial. Mas, se um policial assim agir, não tenham dúvidas de que será punido". A fala ratifica o fundo moral que identificamos e ainda enquadra o comportamento de Hilário como exceção dentro do universo corporativo.

A exploração do mistério e um olhar sobre o não-dito

Para Motta (2010, p. 136), o "conflito como metacategoria jornalística está particularmente presente no noticiário político porque a política é, por natureza, uma atividade centrada nas disputas simbólicas". Em uma analogia semelhante, podemos dizer que é o mistério, o que não é dito, que dá fôlego ao noticiário policial - tendo eventualmente seu auge na divulgação de revelações picantes ou da solução dos crimes. É, portanto, na chamada suíte jornalística que o enredo se sustenta e os pontos de virada ocorrem com a publicação de prisões preventivas, novos depoimentos, documentos vazados, cartas, fotos sobre momentos decisivos e outras informações.

Foi através da exploração do mistério que A Gazeta realizou uma performance dramática na narrativa do caso de Milena Gottardi. No percurso entre o mistério de quem havia matado a médica e a moral de que o crime perfeito não existe, o jornal fez uso de manchetes e frases melodramáticas, além de publicar diversos recursos visuais para ilustrar a trama. Essa exploração incansável do fato remete ainda à curiosidade que impulsionou os primeiros escritores de romances policiais. Um desejo, que se equilibra em corda bamba entre o vil e o justo, de saber a continuidade da história, desvendar o crime, conhecer o culpado e, claro, puni-lo devidamente.

"O crime não compensa" ou "o crime perfeito não existe" são motes antigos presentes nas narrativas do nosso cotidiano, sendo repetidos exaustivamente nas histórias literárias, fábulas e, especialmente, no registro oral de nossos antepassados e presentes. Sabemos, porém, que a morte de Milena não se tratou de qualquer crime ou foi resultado de uma violência urbana aleatória. Tipificado em 2015 no Código Penal brasileiro, o feminicídio já era uma realidade antes mesmo de sua oficialização jurídica. A Gazeta, porém, se limita a narrar o crime, o escândalo, perdendo a oportunidade de desempenhar um papel conectado às necessidades sociais.

O feminicídio de Milena foi tratado como uma exceção, focando a narrativa em uma violência individual, descontextualizada das discussões acerca do feminicídio e da ameaça que ele representa ao coletivo, ao corpo social. Curiosamente, o não-dito é o que grita nesta análise: ao focar apenas no crime, o jornal deixa de desenvolver uma narrativa que colabore para a compreensão do feminicídio como um fenômeno, efeito de uma desigualdade de gênero perpetrada historicamente em nossas sociedades.

III.c - Caso Claudiana Bom Macota

Cova rasa

L'oubli est le vrai linceul des morts é uma frase comumente atribuída a George Sand, pseudônimo da romancista francesa Amandine Aurore Lucile Dupin, que, com ela, quis dizer algo como: "O esquecimento é a verdadeira cova dos mortos". A citação, que funciona quase como um provérbio popular, nos faz lembrar da importância de contar as histórias. Da mesma forma, as tradições mexicanas do Dia dos Mortos nos instigam a pensar sobre o poder da memória e das narrativas cotidianas. Mas há histórias e histórias. Há histórias que ficam, há as quase esquecidas e há as que contamos e recontamos há milênios sem parar. Às quase esquecidas, resta a solidariedade de quem ainda consegue ouvi-las, de quem ainda consegue trazer à tona as narrativas do que é frequentemente silenciado. A história do feminicídio é uma dessas e, quando nos dedicamos a olhar mais atentamente os casos e as especificidades de cada ocorrência, descobrimos que há mortes que têm mais chances de serem narradas do que outras. Essa seletividade muito tem a ver com o que o narrador julga ser mais importante para ser dito ou conhecido, tendo em vista os efeitos de sentido que busca atingir e os valores que o perpassam.

Claudiana Bom Macota, de 35 anos, morava em Itapemirim, no sul do Espírito Santo, e trabalhava como gari. Era casada há 16 anos com o motorista Admilson de Souza Cruz, com quem tinha uma filha de 15 anos. No dia 5 de outubro de 2017, ela foi dada como desaparecida pelo marido. Ele afirmava que Claudiana não havia retornado para casa após sair para pagar uma conta em um salão de beleza. Quatro dias depois, seu corpo foi encontrado numa mata, em Praia da Gamboa, Itapemirim, também no sul do ES. No local, havia ainda uma pá e uma cova rasa que apresentava indícios de ter sido feita há, pelo menos, um mês.

A verdade sobre a morte de Claudiana veio à tona apenas cinco dias após seu desaparecimento. O marido Admilson confessou tê-la esganado e assassinado dentro de casa. Depois de cometer o crime, ele levou o corpo de carro para o meio de uma mata, a cerca de dois quilômetros de onde moravam. Mesmo após a confissão, Admilson não foi preso, uma vez que o corpo precisava ser identificado por exame de DNA. Depois da confirmação, ele passou a responder por feminicídio e uma semana depois do crime, no dia 12 de outubro de 2017, a Polícia Civil pediu à Justiça a prisão preventiva do agressor.

Episódios e personagens

Sem o mesmo alarde que caracterizou o caso de Milena Gottardi, o feminicídio de Claudiana Bom Macota foi narrado por A Gazeta de forma breve e sem muitos detalhes. Foram encontradas somente cinco páginas com referência ao nome de Claudiana: quatro delas publicadas em 2017 e uma, em 2018. Seu feminicídio é tema central no texto "Marido diz que assassinou gari por ciúmes", de 11 de outubro de 2017, que traz as informações principais do caso. Na matéria "'Elas morrem mais com o tráfico'", de 14 de outubro, o feminicídio de Claudiana é descrito em apenas um parágrafo, intitulado "Cova rasa", ao lado da descrição de outras mortes (Fig. 7). No parágrafo, não há menção ao agressor, nem mesmo à motivação do crime ou ao conceito de feminicídio. No dia 17 de outubro, uma pequena nota no canto inferior esquerdo do jornal informa sobre a prisão preventiva de Admilson. No texto, também não há menção ao conceito de feminicídio. Os outros dois textos apenas citam o nome da vítima, usando-a como exemplo de um caso de violência contra a mulher.

Figura 7 - Informações publicadas no dia 14 de outubro de 2017, no jornal A Gazeta, p. 4.

ALGUNS CASOS

AMANDA DOS SANTOS EVANGELISTA
▾ **Morta a facadas**
A comerciante, de 18 anos, foi assassinada a facadas durante uma briga, na última segunda-feira, em Marcílio de Noronha, Viana. O crime foi praticado pelo motoboy Marks Simon Ramos, 23, que passou mal e morreu após o fato, quando tentava fugir.

CLAUDIANA BOM MACOTA
▾ **Cova rasa**
O corpo da funcionária pública, 35, foi encontrado em meio a uma vegetação na Praia da Gamboa, na última segunda-feira, em Itapemirim, Sul do Estado. Ela estava desaparecida desde o dia 5 deste mês, quando saiu de casa para pagar uma conta. Segundo a Polícia Militar, nas proximidades de onde o corpo estava a polícia encontrou uma cova rasa e uma pá.

LUIZA MARIANO DA SILVA
▾ **Recusa**
Recusar-se a passar um número de telefone. Foi por esse motivo banal que a universitária de 23 anos foi morta com requintes de crueldade no banheiro da lavanderia em que trabalhava, em Itapoã, Vila Velha. O caso aconteceu no dia 29 de junho. O acusado, Leandro Matheus Marins Silva, 28, marido de uma ex-funcionária do local, foi preso no dia 7 de julho, no serviço, no mesmo bairro do crime. Ele foi condenado a 20 anos de cadeia pela morte de Luiza.

FOTOS: ARQUIVO PESSOAL

Amanda S. Evangelista

Luiza Mariano da Silva

Claudiana Bom Macota

DEUSENI DA CONCEIÇÃO NASCIMENTO
▾ **Na frente das filhas**
Foi na frente das filhas de 9 e 12 anos e do marido que dois bandidos assassinaram, a sangue frio, a autônoma de 33 anos, no bairro Prolar, em Cariacica. O crime aconteceu no dia 16 de julho, e a vítima levou um tiro na cabeça, à queima roupa, dentro da cozinha da própria casa. A motivação continua sendo investigada pela polícia.

Os episódios do feminicídio de Claudiana são narrados com certo atraso, contrariando a máxima jornalística de sempre entregar a informação imediatamente após as ocorrências. A Gazeta deixa ainda a história sem um desfecho apropriado, uma vez que, a partir da leitura dos textos, não se sabe se o agressor foi condenado ou mesmo se o inquérito foi encerrado. Mal conseguimos identificar os personagens da história. Nos textos, são associadas a Claudiana palavras e expressões como "gari", "esposa", "funcionária pública", "a mulher" e "o corpo". O termo "vítima" não é usado nas matérias para se referir à Claudiana e aparece apenas para dizer que o agressor Admilson se passou por "vítima de desaparecimento da esposa" - frase dita pelo delegado Pereira, publicada no dia 11 de outubro. Já a Admilson, são

associadas palavras como “marido”, “suspeito” e “motorista”. Apesar de ter mentido sobre o desaparecimento da vítima e, posteriormente, confessado o feminicídio, a relação vítima-agressor não é apresentada na narração de A Gazeta - diferente do que ocorreu na cobertura dos outros casos analisados neste estudo. Não houve, portanto, esforço em delinear a construção de um protagonista entre os personagens disponíveis no caso de Claudiana. Em três das cinco páginas coletadas para análise, o caso de Claudiana é usado somente como exemplo para falar sobre a morte de mulheres no Espírito Santo, o que nos levou a identificar que a história da vítima não é o mote central da narrativa apresentada: o enredo é outro.

Figura 8 - Informações publicadas em A Gazeta no dia 9 de março de 2018, página 6.

A metanarrativa autobiográfica de A Gazeta

A notícia do feminicídio de Claudiana foi divulgada pelo jornal somente dois dias após seu corpo ter sido encontrado - mesmo havendo, antes, suspeitas de desaparecimento. O texto do dia 11 de outubro foi publicado com o selo “Violência contra a mulher. Basta”, assim como a reportagem do dia 14 de outubro que ocupou duas páginas. Em 2018, novamente, sua foto e seu nome são apenas citados em uma reportagem especial sobre violência contra a mulher (Fig. 8). A reportagem de 2018 apresentou um texto secundário intitulado “Rede Gazeta cria campanha e site especial”, sendo esse o desfecho da narrativa em questão. Nele, lê-se “O dia 8 de março acabou, mas para a Rede Gazeta a luta pela garantia dos direitos das mulheres está apenas começando”. O jornal utilizou as informações sobre o caso de Claudiana - e também sobre outros casos, como o de Milena que ocorreu simultaneamente - para construir uma narrativa autobiográfica, pretendendo colocar-se como um jornal que além de oferecer fatos, adota uma política de responsabilidade social. Paradoxalmente, a narrativa breve e sem profundidade sobre o feminicídio de Claudiana, mulher negra e pobre, revela o exato oposto:

uma distância das necessidades sociais no que diz respeito à violência de gênero. Ao observar a realidade das mulheres brasileiras, vemos que são as negras as que mais são atingidas pela violência e as que mais morrem.

De acordo com o Mapa da Violência 2015 (WAISELFISZ, 2015), entre 2003 e 2013, o homicídio de mulheres negras aumentou em 54,2%, enquanto o número de homicídios de brancas apresentou uma queda de 9,8%. Com conclusões semelhantes, o Atlas da Violência 2017 (CERQUEIRA, 2017) revelou que a taxa de mortalidade de mulheres não negras teve uma redução de 7,4% entre 2005 e 2015, atingindo 3,1 mortes para cada 100 mil mulheres. Já a taxa de mortalidade de mulheres negras aumentou, chegando a 5,2 mortes para cada 100 mil mulheres negras - número acima da média nacional.

> Em um período de uma década, entre 2006 e 2016, a taxa de homicídios de negros cresceu 23,1%. No mesmo período, a taxa entre os não negros teve uma redução de 6,8%. Cabe também comentar que a taxa de homicídios de mulheres negras foi 71% superior à de mulheres não negras (CERQUEIRA, 2018, p. 40).

Ainda com base nas análises do Atlas da Violência 2018 (CERQUEIRA, 2018), a taxa de homicídio de mulheres negras no Espírito Santo em 2016 era de 6,6 a cada 100 mil. Já a taxa de assassinatos de mulheres não negras era de 2,2. As análises, realizadas pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), informam ainda que muitas dessas mortes poderiam ter sido evitadas. “Até chegar a ser vítima de uma violência fatal, essa mulher é vítima de uma série de outras violências de gênero. [...] A violência psicológica, patrimonial, física ou sexual, em um movimento de agravamento crescente, muitas vezes, antecede o desfecho fatal”. (CERQUEIRA, 2017, p. 37). Não houve uma tentativa, por parte do jornal, de tentar dar atenção ao feminicídio de Claudiana com base no histórico da questão. Não há entrevistas com familiares, nem mesmo índices específicos sobre o feminicídio de mulheres negras.

Se entendemos que o lugar social que a mulher ocupa confere a ela uma experiência das opressões de forma singular, cabe aos agentes sociais, que buscam atingir algum nível de responsabilidade com as questões sociais, debruçar-se com atenção às situações que necessitam de uma abordagem singular. Como já dissemos, o feminicídio necessita de um enfrentamento singular, mas da mesma forma o feminicídio de mulheres negras carece de um olhar específico. Ao não contextualizar o tema do feminicídio negro, A Gazeta deixa de narrar uma realidade há muito invisibilizada, o que não contribui para enfrentar o problema.

> Além de tratar as vidas das mulheres negras como se não tivessem qualquer valor, essa invisibilidade contribui para que se ignore a maior vulnerabilidade dessas mulheres e não se busque soluções para a violência racial. No extremo oposto, quando a mídia rompe essa invisibilidade, por vezes recorre a estereótipos racistas difundidos socialmente, que atingem as mulheres negras e que precisam ser desconstruídos. (PRADO, SANEMATSU, 2017, p. 153)

Vale lembrar que no mesmo período da divulgação do feminicídio de Claudiana ocorreu a cobertura sobre o caso de Milena Gottardi. Este, por sua vez, recebeu uma atenção muito maior por parte do jornal, mas, ainda assim, por meio de um viés dramático e descontextualizado. Além do recorte de raça, há ainda um recorte de classe social que entrelaça os dois casos supracitados. A exploração sistemática sobre o feminicídio de Milena por parte de A Gazeta demonstra um interesse quase vil, tanto do jornal, quanto da audiência, em acompanhar o horror que atravessa também as famílias ricas - menosprezando, doutra parte, uma situação semelhante que atingiu a família pobre de Claudiana. Não é a toa que o Ipea e o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, no Atlas da Violência 2018 (CERQUEIRA, 2018), relacionaram o primeiro dos Objetivos de Desenvolvimento Sustável (ODS), elaborados pela Organização das Nações Unidas (ONU), a medidas de prevenção à violência no Brasil. O ODS1 diz respeito à erradicação da pobreza e propõe ao mundo "acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares"[12], até 2030. Analisando a situação de Claudiana a partir da ideia de "nó" de Saffioti (2015), é possível afirmar não que ela foi mais oprimida do que Milena porque era negra e pobre, uma vez que as relações de opressão não são variáveis quantitativas e sim qualitativas, mas que seu caso apresenta aspectos específicos, relacionados a classe social e raça, que, como acontece na vida de outras mulheres em posição de sujeito semelhantes, torna sua situação muito mais complexa.

Tais aspectos, apesar de destacados em diversos estudos, pesquisas quantitativas e planos de enfrentamento à violência contra as mulheres, não encontram espaço no jornalismo de A Gazeta, apontando ainda para a existência de critérios de narração pouco preocupados com essas questões - diferente do que diz seu discurso institucional. Assim, A Gazeta se esforçou menos para narrar a história da vítima, perdendo a oportunidade de trazer elementos que poderiam dar visibilidade à situação das mulheres negras no Brasil, e mais para produzir enunciados que contribuíram para a construção de uma metanarrativa autobiográfica. Nesse sentido, os episódios são identificáveis. Primeiro, a criação de um selo por parte do jornal

[12] Fonte: https://nacoesunidas.org/pos2015/ods1/ .

nomeado de “Violência contra a mulher. Basta”. Segundo, a divulgação de dados de mortes de mulheres no Espírito Santo, sem relacionar a questão, contudo, com o feminicídio. Terceiro, apresentação de casos para justificar as ações do jornal, ainda que sem profundidade ou contextualização. Quarto, e por fim, a criação de uma campanha e de um site sobre violência contra a mulher. Ao apresentar como metanarrativa do caso Claudiana uma história de si, A Gazeta define sua missão diante da questão da violência contra as mulheres: a de enfrentamento.

Certamente, esse posicionamento do jornal se relaciona com um novo nicho mercadológico que se formou nos últimos anos: o das mulheres feministas. Conforme analisa o estudo “Compromisso Inegociável”, elaborado pela agência Think Eva, desde 2010, as empresas vêm sendo cobradas em uma intensidade diferente, resultante dos apelos proporcionados pelas redes sociais digitais, “sob riscos de boicotes e vexames. Isso gera uma atitude de cautela e insegurança que empurra muitas marcas para um abraço forçado nas causas sociais - e o resultado nem sempre é satisfatório” (BORGES, 2017). A análise da agência conta ainda com uma linha do tempo que traça um paralelo entre as lutas feministas e o marketing, com informações do Brasil e do mundo, fazendo com que seja notável a apropriação, por parte das indústrias e marcas, das demandas das mulheres brasileiras.

Da mesma forma, A Gazeta, sendo uma empresa de mídia, segue a tendência do mercado, buscando afirmar-se como uma empresa aliada aos anseios sociais e, no caso da violência contra a mulher, às pautas das mulheres. Na notícia “Rede Gazeta cria campanha e site especial”, do dia 9 de março de 2018, é possível ler uma fala de Leticia Lindenberg, diretora de Transformação da Rede Gazeta, que corrobora as conclusões desta análise. No texto, lê-se: “Para além da informação, a responsabilidade social é a essência do nosso negócio”. Contudo, a criação de um site específico pela empresa não anula ou repara de maneira nenhuma as narrativas veiculadas diariamente pelo jornal impresso A Gazeta, que apresenta uma cobertura, por vezes, ineficaz da questão - como foi no caso de Claudiana Bom Macota. Ao evitar apresentar o contexto nacional e/ou global dos feminicídios noticiados, o jornal dá sinais de que não cumpre de fato um papel social aliado a demandas reais de violência de gênero, mas, em vez disso, busca sustentar essa imagem a partir da exploração de casos que considere mais chocantes, capazes de atrair a atenção dos leitores de maneira novelesca.

Revitimização da mulher negra

Um dos mais fortes indicadores da banalização da violência de gênero, em especial da violência contra as mulheres negras, é que esses crimes ainda hoje são narrados, pela mídia e também pelas instituições, como crimes passionais, "em que o sentimento de posse e a violação da autonomia da mulher são ocultados por expressões como 'ciúmes' ou 'inconformismo com o fim do relacionamento'" (PRADO, SANEMATSU, 2017, p. 52). Entre os motivos encontrados para a morte de Claudiana na breve narração de A Gazeta estão traição e ciúmes, mesmo a polícia já tendo afirmado que o agressor seria indiciado por feminicídio.

No primeiro registro sobre o caso, o jornal coloca na manchete elementos que afastam a compreensão da morte de Claudiana como um feminicídio, de motivação misógina, dizendo: "Marido diz que assassinou gari por ciúmes" (Fig. 9). Dentro do texto, A Gazeta dá espaço para a fala do delegado responsável pelo caso, Djalma Pereira, que disse: "Ele falou que fez a besteira por ciúmes, pois estava achando que estava sendo traído, e nem teve confirmação da traição". Além de se referir ao crime como "a besteira", o que diminui drasticamente a gravidade da questão, a fala destacada invisibiliza a situação de feminicídio sofrida pela vítima. Logo em seguida, o texto afirma, sem aprofundar, que "Após a confirmação da identificação, Admilson vai responder por feminicídio".

Figura 9 - Matéria publicada em 11 de outubro de 2017, no jornal A Gazeta, página 6.

MARIDO DIZ
QUE ASSASSINOU
GARI POR CIÚMES
Caso foi em Itapemirim. Suspeito confessou crime
e, segundo delegado, desconfiava de traição

Um recurso comum no fazer jornalístico é deixar que a fonte fale, eximindo-se assim da responsabilidade da fala. Porém, ao tratarmos o jornalista como um narrador, levando em

conta as escolhas de enquadramento que são feitas cotidianamente em uma redação, reconhecemos que o que é publicado, ainda que seja atribuído a um personagem, é também de responsabilidade do jornal. Assim, ao unir as duas noções, ciúmes e feminicídio, o jornal permite a compreensão de que o sentimento de ciúmes é uma das condições para que se enquadre um crime como um feminicídio. Enfatizar que a vítima foi assassinada por uma possível traição ou mesmo por ciúmes é ainda dizer que ela poderia ter evitado sua morte, se houvesse se comportado de maneira diferente, colocando-a como culpada pelo que sofreu. Esse tipo de efeito de sentido pode ser chamado de revitimização.

> A revitimização - quando a vítima é apontada como culpada pelo crime que sofreu - é uma constante nos conteúdos sobre feminicídio produzidos e divulgados pela mídia brasileira. É ainda mais comum o reforço dos estereótipos sobre papéis de gênero e comportamentos socialmente esperados das mulheres, que são usados para inverter a culpa pelo crime, colocando sobre as vítimas a responsabilidade pela violência que sofreram quando elas não se enquadram nesses estereótipos (PRADO, SANEMATSU, 2017, p. 149)

Esse processo ocorre também em outros âmbitos institucionais, quando vítimas sobreviventes têm sua denúncia contestada pelos próprios agentes encarregados de lhes dar assistência, como em delegacias e casas de atendimento. Porém, a revitimização também acontece no ambiente midiático, sendo componente essencial do discurso machista que culpabiliza a mulher pelas violências vividas. Mais grave se torna quando a revitimização ocorre no sentido de silenciar narrativas e realidades, especialmente a narrativa das mulheres negras - fortemente permeada por questões de gênero e racistas. Não contar essa história ou, no caso de A Gazeta, deixar de narrar as especificidades do caso - que, apesar de se tratar de uma história individual, representa uma realidade coletiva - é uma forma de invisibilizar a necessidade de abordagens específicas para lidar com a violência que atinge as mulheres negras no Brasil.

III.d. Caso Thayná Andressa de Jesus do Prado

Dor de mãe

Como explicar o interesse quase sádico, de jornais e leitores, pelo sofrimento alheio? Acompanhar a *via crucis* de famílias que perderam entes queridos de formas brutais é uma

das possibilidades geradas pelo jornalismo policial contemporâneo. A cobertura da imprensa é realizada quase sempre sem muitas explicações sobre os motivos dos crimes, narrando, por vezes, de forma dramática o enredo dos casos e "transformando o mundo num vasto teleteatro de acontecimentos sinistros" (SODRÉ, 2002, p. 98). A narrativa de A Gazeta sobre o caso Thayná é parte desse espetáculo.

Na manhã do dia 17 de outubro de 2018, Thayná Andressa de Jesus do Prado, de 12 anos, saiu para procurar caixas de papelão para ajudar a mãe, Clemilda Aparecida de Jesus, a realizar uma mudança. Mas, infelizmente, a menina não voltou mais para casa. Clemilda tinha trabalhado o dia todo e, na hora do almoço, ligou para a filha. A ligação caiu na caixa postal. À noite, ela ligou para a vizinha que a informou que Thayná não estava na casa dela. Em seguida, a mãe procurou um amigo da escola, que disse que a menina não tinha ido à aula.

No mesmo dia, Clemilda procurou a polícia e registrou três boletins de ocorrência. O caso foi direcionado para a Delegacia de Pessoas Desaparecidas (DPD), ficando a cargo do delegado José Lopes. De acordo com a mãe, a polícia tratou o ocorrido como mais um caso de fuga. Para tentar justificar a necessidade de uma investigação sobre sequestro, Clemilda conseguiu imagens de câmeras de segurança de estabelecimentos do bairro Universal, em Viana, onde mora. As gravações mostraram Thayná entrando no carro de um desconhecido, sendo a última vez que a menina foi vista.

No dia 27 de outubro, a mãe entregou a filmagem para a polícia que, a partir da placa do carro, conseguiu identificar o agressor: Ademir Lúcio Ferreira de Araújo, de 52 anos. Um dia antes de Thayná ser sequestrada, Ademir havia entrado com uma ação na Justiça do Espírito Santo solicitando indenização por dano moral ao estado, no valor de R$52,8 mil. Ele alegou ter sofrido tortura por parte de agentes penitenciários enquanto esteve em reclusão no sistema prisional capixaba, entre 2015 e 2016.

A caçada começa 10 dias após o desaparecimento de Thayná. Com nome e foto do agressor, a polícia descobriu que ele estava sendo acusado de estupro de uma menina de 11 anos e, por conta disso, havia um mandado de prisão em aberto contra ele desde o dia 28 de outubro de 2017. Também foi descoberto que o agressor havia cumprido pena por homicídio e tinha ainda passagens na polícia por roubo e estelionato. Ao longo da caçada, a mãe Clemilda realizou caminhadas e protesto exigindo uma resposta das autoridades, que foram notícia em A Gazeta nos dias 3, 5, 7, 9 e 10 de novembro.

No dia 6 de novembro, o carro utilizado no crime foi encontrado pela polícia em Guarapari. O veículo estava no nome da companheira do agressor, que informou não saber do paradeiro de Ademir. O carro foi vendido pelo criminoso para um vendedor de queijos, em Vila Velha, e foi levado a reboque para uma oficina em Guarapari. No dia 10 de novembro, a polícia encontrou, em uma mata no bairro Areinha, em Viana, a ossada de Thayná, ao lado do vestido que usava no dia de seu desaparecimento. O local fica a 12 quilômetros do bairro onde Thayná foi sequestrada.

No dia 13 de novembro, Clemilda compareceu ao DML para fornecer material genético para o exame de DNA da ossada encontrada. No mesmo dia, Ademir foi preso em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, 28 dias depois do desaparecimento da menina. Seu filho morava no estado gaúcho, onde o criminoso possuía um total de 22 passagens pela polícia, por crimes como roubo, sequestro e extorsão. Em seu depoimento, informou que abordou Thayná, dizendo que conhecia sua mãe Clemilda, e que ofereceu dinheiro para ter "relações" com ela. A menina, por sua vez, segundo depoimento de Ademir, pediu para que ele parasse o carro e saiu correndo, caindo em uma lagoa próxima e, assim, morreu afogada.

No dia 4 de dezembro, o exame de DNA confirmou que a ossada encontrada era de fato de Thayná. Na mesma semana, o delegado responsável pelas investigações afirmou que não havia dúvidas de que a menina fora estuprada antes de morrer e que a morte não se deu por afogamento. O velório e o enterro aconteceram, respectivamente, nos dias 5 e 6 de dezembro, no município de Cariacica. O laudo da perícia saiu na primeira semana de janeiro de 2018, informando que foram encontrados sangue e sêmen no carro utilizado por Ademir e que, portanto, ele havia estuprado Thayná antes de matá-la. Ao abordar a menina, o agressor disse que iria ajudá-la a procurar caixas para a mudança. Depois que ela entrou no carro, no dia 17 de outubro de 2017, Ademir a estuprou e a matou. Para esconder o crime, ele jogou o corpo de Thayná em uma área de alagado e ateu fogo. No dia 8 de janeiro de 2018, o delegado José Lopes encerrou o inquérito e o encaminhou para a Justiça, indiciando Ademir por homicídio, estupro de vulnerável e ocultação de cadáver.

Aproximações com a narrativa *hard-boiled*

A análise acerca do caso Thayná contemplou um total de 67 páginas, entre elas capas, páginas de opinião, notas e reportagens, que foram coletadas entre 1º de novembro de 2017 e

13 de janeiro de 2018, resultando em um total de 30 dias de cobertura. Durante o período de análise, o caso foi noticiado na capa de A Gazeta 10 vezes. Das 67 páginas coletadas, 23 (34,3%) são referente a seções de opinião, incluindo cartas do leitor, colunas e artigos de opinião. No dia 14 de novembro de 2017, o jornal dedicou a maior parte de sua capa ao caso, com a chamada "Monstro na cadeia" (Fig. 10). A edição do dia contou com seis páginas (8,9%) mencionando o assassinato de Thayná, sendo que a reportagem especial, intitulada "Fim da caçada", contou com quatro páginas.

Figura 10 - Chamada de capa do jornal A Gazeta do dia 14 de novembro de 2017.

Ao observar a estrutura narrativa elaborada por A Gazeta sobre o caso, foi possível identificar aproximações com elementos essenciais da ficção *hard-boiled,* a saber a presença da mentira e a velocidade da narrativa (JEHA, 2017). A questão da traição e da mentira é colocada na narrativa do caso Thayná, por A Gazeta, de diversas maneiras. Em primeiro lugar, pela deslegitimação de discursos. Na primeira matéria sobre o assunto, do dia 1º de novembro de 2017, A Gazeta divulgou uma pequena entrevista com a mãe da vítima, Clemilda Aparecida de Jesus, na qual pergunta "Quando acionou a polícia?". A resposta publicada foi: "Assim que ela demorou a voltar, procurei a polícia. Mas eles trataram o caso como o de uma

adolescente rebelde que fugiu de casa. Eu conheço minha filha, ela não ia fugir". O jornal encampou o discurso da mãe, o que se refletiu na matéria principal do dia 1° de novembro, que começa enfatizando a obediência da menina, com a frase "Thayná Andressa de Jesus do Prado, 12 anos, sempre foi obediente".

No dia 2 de novembro, A Gazeta publicou diversas falas da mãe na matéria "'Cada minuto que passo em casa, sinto que estou perdendo tempo'". Entre elas, o jornal destacou esta: "Só vi a cara do delegado na sexta-feira, dia 27, quando entreguei o vídeo. Fui lá e disse: 'agora vocês acreditam que minha filha não fugiu de casa?'". Na matéria "André Garcia: polícia agiu de forma silenciosa", publicada no mesmo dia, A Gazeta dá espaço para a réplica da instituição, com a seguinte declaração do secretário de Segurança Pública, André Garcia: "O fato de ela ter ido atrás das imagens, não significa que a polícia não estivesse trabalhando", referindo-se aos vídeos de câmeras de segurança obtidos pela mãe de Thayná. O que se levanta, portanto, nesse primeiro movimento narrativo, é a deslegitimação por parte da polícia da fala da mãe. O conflito inicial, então, é entre a polícia e a família da vítima. A narrativa sugere que Clemilda confiou na polícia, mas não recebeu essa confiança de volta - há aí certo nível de traição. A Gazeta constrói um panorama de descaso institucional, indicando que a polícia não confiou na palavra da mãe, em princípio.

E, em segundo lugar, a desconfiança aparece na narrativa de A Gazeta por meio da própria mentira. Após o dia 13 de novembro, a narrativa de desaparecimento de Thayná muda, uma vez que Ademir foi preso e confessou o sequestro da menina. Sua versão foi gravada em vídeo pela polícia e diversos trechos foram divulgados pelo jornal, no dia 14. Na matéria intitulada "Fim da caçada", A Gazeta destaca falas do agressor dizendo que ele já conhecia Thayná, que ofereceu R$ 50 para que eles pudessem ter "relações", que ela saiu do carro correndo e se afogou na lagoa e que, por fim, ele havia tentado contato telefônico com a mãe para informar o ocorrido - o que não era verdade. Nesse momento, a narração apresenta ainda uma característica presente tanto em romances *hard-boiled* quanto na ficção *noir*: a utilização do sexo como meio de apresentar características autodestrutivas das personagens (JEHA, 2011). Na narrativa de A Gazeta, o desejo sexual criminoso de Ademir aparece na forma de "relação sexual" no discurso do agressor e na forma de "estupro" no discurso policial. Ao dar espaço para essa dinâmica de discursos, A Gazeta expõe traços do próprio vilão: agressivo, perverso e mentiroso.

Ainda na edição do dia 14 de novembro, o jornal apresenta diversas falas do delegado responsável pelo inquérito, José Lopes, na matéria "'Mentiroso profissional'". A primeira fala destacada no texto dizia "Mente como profissional. Nada do que disse, a princípio, pode ser levado em consideração". Datada do dia 15 de novembro, a matéria "Mentira para cometer crimes" traz informações que rebatem as afirmações feitas anteriormente pelo agressor. O texto também destaca a fala do delegado José Lopes, que disse: "Tudo o que é noticiado, principalmente nas redes sociais, ele já montava uma história para ele. Você fala uma coisa e ele monta uma história. É o típico estelionatário". Assim, a polícia e A Gazeta constroem um cenário em que as informações são desmentidas frequentemente e em que as palavras nada valem, como acontecia na ficção *hard-boiled.* Além da traição e da mentira, a velocidade da narração também é outra característica desse tipo de estrutura narrativa.

O romance *hard-boiled* tomou, na verdade, emprestado da narrativa jornalística o ritmo do imediato, que está, até hoje, presente no cotidiano das redações. É preciso publicar primeiro, é preciso falar do agora. O jornalismo se dedica a narrar o presente - característica potencializada hoje pelos sites de notícias que, frequentemente, enchem as telas dos celulares e computadores com informações minuto a minuto. "A ideia do prazo desapareceu na informação contemporânea: não há prazo, a informação é imediata. A velocidade máxima - e, portanto, o limite - é o imediatismo" (RAMONET, 2013, p. 56). Isso se reflete em um atropelamento de informações, servindo, na narrativa do caso Thayná, inclusive, para a formação do discurso do próprio agressor - conforme já levantado pela fala do delegado José Lopes.

A Gazeta explora, narra e comenta o caso Thayná sem uma reflexão mais profunda sobre o crime. As informações foram divulgadas de maneira difusa pela polícia e, consequentemente, pelo jornal. Contudo, mesmo após a prisão e a denúncia de estupro de vulnerável, o impresso evitou aprofundar a problemática do crime de estupro, ou mesmo da pedofilia - que considerada uma desordem mental pela Organização Mundial da Saúde (OMS). Os dados, porém, não são difíceis de encontrar. De acordo com o Atlas da Violência 2018 (CERQUEIRA, 2018), em 2016, foram registrados 49.497 casos de estupro nas polícias brasileiras, sendo que mais da metade acometeram crianças de até 13 anos. A pesquisa informa ainda que, em 2011, em 50,7% dos casos as vítimas eram crianças. O percentual foi semelhante (50,9%) em 2016.

O caso não foi enquadrado pela polícia como um feminicídio e, assim, tampouco o fez a narrativa de A Gazeta. Na legislação brasileira, o crime designa um homicídio cometido contra mulheres "por razões da condição de sexo feminino" (BRASIL, 2015). Para diversas teóricas, esse crime acontece por motivações misóginas, relacionadas às correntes construções de gênero em torno das quais nos constituímos, e representa a expressão máxima de uma lógica contínua de terror contra mulheres e meninas. Para Radford e Russell (1992, p. 15), o feminicídio inclui ainda

> uma ampla variedade de abusos físicos e verbais, como estupro, tortura, escravidão sexual (particularmente na prostituição), abuso sexual infantil incestuoso ou extrafamiliar, violência física e emocional, assédio sexual (no telefone, nas ruas, no escritório, e na sala de aula), mutilação genital (clitoridetomia, excisão, infibulação), operações ginecológicas desnecessárias (histerectomias gratuitas), heterossexualidade compulsória, esterilização forçada, maternidade forçada (ao criminalizar a contracepção e o aborto), psicocirurgia, negação de comida para as mulheres em algumas culturas, cirurgias estéticas e outras mutilações em nome do embelezamento. Sempre que essas formas de terrorismo resultarem em morte, elas se tornarão feminicídios (RUSSEL, 1992, p. 15).

Diante dessa carência de contextualização, nota-se que o que acontecia à imprensa norte-americana nos anos 1930 acontece também, hoje, à imprensa capixaba. Segundo Jeha (2017, p. 93-94), os jornais da época, pareceriam resistir "a toda tentação de interpretar, ao colocar em cena, de forma espetacular, a criminalidade. A violência é mais chocante quando permanece enigmática". O autor defende ainda que os editores justificavam a publicação insistente de fotos de corpos ensanguentados, bem como de outras informações e imagens sensacionalistas, com o argumento moral de que as fotografias alertariam a sociedade para a gravidade do *gansgterismo*. Os jornais, porém, acabaram por construir uma narrativa apocalíptica e caótica, muito bem escondida atrás de supostas intenções pedagógicas, que na verdade atendia a "um voyeurismo de massa ao tornar a morte violenta provocada pela guerra das gangues um espetáculo nacional" (JEHA, 2017, p. 92).

De maneira semelhante à imprensa de sua época, o texto *hard-boiled* satisfazia, "com o auxílio de detalhes hiper-realistas, o 'desejo de ver' do leitor voyeur" (JEHA, 2017, p. 93). Essa tendência ao voyeurismo levava à representação da violência em sua faceta mais extrema, parecendo responder a um desejo do público. A Gazeta apresenta o feminicídio de Thayná como um crime bárbaro, cometido por um monstro cruel e mentiroso, apresentando ao leitor, então, um lide incompleto, evitando elaborar o porquê. A relação com o público

leitor, inclusive, fica evidente na narração de A Gazeta sobre o caso Thayná diante da presença significativa de textos de opinião no *corpus* da análise. Dos 30 dias de cobertura, 9 contaram com cartas do leitor sobre o assassinato, resultando na publicação de um total de 16 trechos na seção "Fala, leitor" - todos sempre intitulados "Caso Thayná".

Figura 11 - Manchete publicada em A Gazeta no dia 5 de dezembro de 2017, página 10.

MENINA DESAPARECIDA

"TINHA ESPERANÇA QUE NÃO FOSSE ELA"

Exame de DNA confirma: ossos eram mesmo de Thayná

FERNANDO MADEIRA - 01/11/2017

Clemilda pediu um prazo para fazer a liberação dos restos mortais da filha

Personagens A narrativa de A Gazeta sobre o caso Thayná, no período analisado, pode ser dividida em dois momentos principais. A princípio, o enredo estava focado no sequestro da menina e, em decorrência disso, no desespero da mãe diante do desaparecimento da filha. Quando a roupa e a ossada da vítima são encontrados, o enredo muda e A Gazeta, a partir do dia 14 de novembro, passa a narrar o sumiço de Thayná como um assassinato, mesmo antes da confirmação do exame de DNA. Nesse segundo momento, o jornal explora diversas nuances do agressor Ademir, colocando-o como o personagem central de sua narrativa. Antes, o jornal focou sua narração em outro personagem: a mãe.

Clemilda Aparecida de Jesus é narrada pelo jornal como uma mãe desesperada, angustiada e, ainda assim, determinada. O fato de ela ter conseguido as imagens de câmeras de monitoramento que mostram o momento em que Thayná entrou no carro do agressor é destacado diversas vezes - o que traz à tona seu lado destemido, delineando, assim, uma mãe feroz, irrefreável. Essa narração acerca da mãe contou com a utilização de diversas

estratégias, a fim de alcançar efeitos poéticos. Uma delas foi a utilização de fotografias nas matérias. Ao todo, foram publicadas 22 fotografias de Clemilda no período de 30 dias, sendo que em 18 delas a mãe de Thayná aparecia visivelmente triste ou aos prantos, como na Figura 11.

Outro elemento presente nos textos capaz de gerar efeitos poéticos são as figuras de linguagem, como ocorreu na matéria "A dor na busca pelos filhos desaparecidos", de 2 de novembro de 2017, em que se observa o uso da metáfora. No texto, lê-se: "Para quem espera, o tempo não só passa devagar, como se torna um inimigo. Por isso, todos os dias Clemilda luta contra o relógio para encontrar Thayná". A utilização do controverso nariz-de-cera também foi característica de diversas das matérias, reforçando, com isso, a narrativa dramática, bem como o cenário de desespero em que a mãe se encontrava. No primeiro texto publicado no jornal sobre o caso, de 1º de novembro de 2017, intitulado "Menina desaparece após entrar em carro", é possível ler, nos parágrafos iniciais:

> Thayná Andressa de Jesus do Prado, 12 anos, sempre foi obediente. Nunca deixou de fazer as tarefas da escola ou saiu de casa sem dizer para onde ia, garante a mãe da menina, Clemilda Aparecida de Jesus, 39.
> "O apelido dela na escola é 'Maria me liga', de tanto que ela me manda mensagem pedindo para eu ligar pra ela", diz a mãe. As mensagens são para informar o que está fazendo ou para onde está indo.
> Foi assim na manhã do dia 17 de outubro, quando a menina entrou em contato pela última vez. "Não achei a caixa aqui no mercado. Vou tentar na papelaria. Beijo". Fim da ligação. Há 14 dias Clemilda não escuta mais a voz da filha (BANDEIRA, 2017).

Já os efeitos de real, produzidos a todo momento pelo jornalismo pela presença de dêiticos temporais e espaciais, são resultados ainda, neste caso, da insistente marcação do tempo desde o desaparecimento de Thayná. Entre os marcadores utilizados para esse fim estão: "Há 14 dias" (em 1º de novembro de 2017), "Depois de 18 dias de desespero" (no dia 4 de novembro), "Sem notícias da filha há 22 dias" (na capa do jornal do dia 7 de novembro), "O sequestro da menina completa 24 dias" (em 9 de novembro) e "desaparecida há 28 dias" (em 13 de novembro). Mas essa marcação contínua também colabora para construção do cenário de angústia vivido pela mãe, gerando, ao mesmo tempo, efeitos poéticos.

Apesar da intensa exploração da figura da mãe, a vítima, contudo, não teve suas características bem traçadas. Com exceção da matéria do dia 1º de novembro, que atribuiu a Thayná adjetivos como "obediente" e "carinhosa", A Gazeta não trouxe, em sua narrativa,

elementos capazes de fazer com que conhecêssemos bem quem foi a vítima. O jornal se limita a narrar Thayná como uma menina, apostando no intertexto, no que o leitor poderia associar ao ser-menina, abrindo, assim, um leque de possibilidades de interpretação para o leitor, e perdendo a chance de dar ao caso o aprofundamento necessário. Ser menina no Brasil pode significar alegria e inocência, mas pode também significar negligência e dor. Em 2016, por exemplo, mais de 144 mil denúncias de violações de direitos contra crianças e adolescentes foram atendidas pelo Disque 100 (CINTRA, 2018). Entre os tipos de violação, estão violência sexual, violência física, violência psicológica e negligência - que constituiu cerca de 70% das denúncias.

Já o agressor, Ademir, recebeu mais nuances na narrativa de A Gazeta sobre o caso Thayná e passou a ocupar o centro da trama, a partir do dia 14 de novembro. Essencialmente, ele foi narrado pelo impresso como um criminoso profissional. “Monstro”, “sequestrador”, “bandido”, “mentiroso” são algumas das palavras, utilizadas como adjetivos nos textos, para descrever Ademir. Mesmo antes do dia 14, seu perfil estava sendo traçado, porém ainda como suspeito e, no dia 7 de novembro, o jornal publica uma caixa intitulada “Perfil” como parte da reportagem especial intitulada “Dor de mãe em forma de protesto”. O texto sobre Ademir ajuda a começar a traçar o personagem como um criminoso profissional, uma vez que informa sobre as denúncias de estupro e sequestro contra ele, além de suas passagens na polícia por homicídio, roubo e estelionato.

Quando o agressor foi preso, A Gazeta estampa em sua capa a manchete “Monstro na cadeia”, na edição do dia 14 de novembro, com fotos Clemilda e de Ademir, informando que ele “foi detido com uma nova aparência, usando barba”, e que tinha mais de 20 passagens pela polícia do Rio Grande do Sul. A edição trouxa alguns trechos do depoimento de Ademir, registrado em vídeo. Nele, o agressor disse que conhecia Thayná, informação rebatida por Clemilda em matéria publicada na mesma edição, intitulada “‘Minha filha não conhecia esse verme’”. Foi nesse dia ainda que o delegado José Lopes chamou Ademir de mentiroso profissional - fala que foi utilizada por A Gazeta para intitular uma das matérias sobre o caso. A edição contou ainda com a matéria “Ficha longa na polícia gaúcha”, que dá espaço para a seguinte declaração de José Lopes: “O cara é um estelionatário, ele troca de imagem, de perfil. Mente como profissão”.

A partir daí, A Gazeta publicou uma série de textos questionando o motivo de o criminoso permanecer solto, chamando-o de mentiroso, revisitando outros crimes e/ou

denúncias contra Ademir e informando do pedido de indenização que ele fez alegando ter sofrido agressões no sistema carcerário capixaba. Tudo isso colaborou para a construção de um vilão inteligente, cruel e que utiliza a mentira como ferramenta para realizar seus crimes. Outras matérias publicadas a partir do dia 14 de novembro, contavam com reações da mãe sobre o caso, incluindo o velório da menina e os resultados do DNA da ossada.

Ao descrever o desespero da mãe, A Gazeta dá espaço para as críticas de Clemilda que alegou descaso da polícia em relação ao sumiço de sua filha e disse ainda ao jornal, no dia 7 de novembro, que se se fosse rica, já teria obtido respostas. O então secretário estadual de Segurança Pública, André Garcia, é a voz que se levanta em defesa da atuação policial nas matérias veiculadas por A Gazeta. O jornal deu espaço para que o secretário se pronunciasse e, em suas falas, afirmou que a mãe falou de descaso por desespero e que a polícia trata todos os casos igualmente. Após a prisão de Ademir, Garcia reconheceu que, diante da ficha criminal do agressor, ele não deveria estar nas ruas.

Outro personagem que merece destaque nesta análise é o delegado responsável pela investigação, José Lopes. Apesar de insistir que o caso estava sendo investigado em sigilo, Lopes foi quem repassou diversas informações à imprensa. Certo de que a ação policial seria eficaz, o delegado afirmou em mais de uma entrevista que o criminoso seria encontrado e que era uma questão de tempo. Lopes participou da operação que levou a polícia ao vestido e à ossada de Thayná, o que implicou na publicação, no dia 11 de novembro, de uma pequena entrevista em A Gazeta. Nela, o delegado afirmou: “Em uma reunião com a equipe, percebemos que precisávamos parar de pensar como nós para pensar como o criminoso”. Assim, A Gazeta narrou Lopes como um delegado que se empenhou de forma quase íntima com a investigação. Durante o período de análise, foram publicadas fotos de José Lopes cinco vezes e de Garcia, três vezes.

Metanarrativas e o discurso punitivista

Toda a dramaticidade performada por A Gazeta, e também por outros veículos de comunicação, na cobertura do caso Thayná elevou o fato à condição de escândalo, fazendo com que emergisse um suntuoso número de opiniões sobre a investigação como um todo. Esse mar de opiniões recebeu uma atenção especial do jornal, já que, das 67 páginas coletadas no período de análises, 23 se referem a seções de opinião, incluindo cartas do leitor, colunas e

artigos. Foi a partir da análise dos enunciados presentes nesses espaços que alcançamos com mais proximidade as metanarrativas construídas por A Gazeta. Foram publicados 16 trechos na seção "Fala, leitor", sempre intitulados "Caso Thayná", além de cinco artigos, dos quais dois são referentes ao quadro "Opinião da Gazeta". A coluna Vitor Hugo citou o caso cinco vezes e a reportagem do dia 14 de novembro, contou com uma caixa intitulada "No Facebook" recheada com comentários de cinco internautas.

Entre os termos e as expressões utilizadas nas cartas e nos comentários divulgados, estão: revolta, descaso, punição severa, leis obsoletas, leis miseráveis, leis arcaicas, leis retrógradas, pena de morte, prisão perpétua, legislação branda, ineficiência, conivente, sofrimento e tristeza. A Gazeta deu espaço para leitores que, em sua maioria, defendiam a necessidade de punições mais severas para os criminosos, mas apenas em duas cartas, publicadas em 14 de novembro de 2017, foram especificados quais tipos de punição: prisão perpétua e pena de morte.

A metanarrativa que se apresenta, portanto, está representada no título do artigo de opinião de A Gazeta publicado em 15 de novembro de 2017, em que lê-se: "O fracasso da lei". Nele, o jornal pontua a situação caótica do sistema penal brasileiro e afirma que a "reforma do Código Penal se faz urgente". No dia 28 de novembro, o veículo publicou outro artigo de opinião em nome do jornal, intitulado "Preso, sim, e daí?", citando o caso Thayná e trazendo também a metanarrativa que é quase um jargão: "polícia prende, justiça solta". No texto, é possível ler:

> Está claro que o país carece de uma legislação mais rigorosa, com um Código Penal mais conectado com as demandas da atualidade. E de uma legislação de execuções penais que seja aplicada de forma mais cautelosa. É compreensível que o Judiciário levante a bandeira das audiências de custódia para prender somente quem ofereça riscos à população. O que falta é uma avaliação mais precisa do histórico de reincidência de bandidos. Definir quem fica preso e quem é solto não pode ser uma escolha imprudente. O crime parece ter se tornado uma profissão, a função da lei deve ser inviabilizá-lo (A GAZETA, 2017).

Todo o cenário apocalítico com monstros à solta, permeado pelo desespero e pela revolta da população, presente na narrativa do caso Thayná desemboca na metanarrativa de que a lei fracassou ao deixar solto um criminoso profissional que há anos praticava crimes quase que impunemente. Ao mesmo tempo, a narração de A Gazeta reforça a ideia de que a polícia prende, realiza seu trabalho de forma efetiva, enquanto o Judiciário é ineficiente e

solta aqueles que deveriam permanecer em reclusão. Não somente as seções de opinião reforçam essas metanarrativas, como também a cobertura jornalística, a exemplo da capa do dia 15 de novembro de 2017 (Fig. 12), que traz em sua chamada os motivos pelos quais Ademir não estava preso: brechas na lei e lentidão da Justiça. Toda a narração de A Gazeta sobre o caso contribui para gerar ou inflar a sensação de insegurança, uma vez que sugere que nem a polícia, nem o poder jurídico e muito menos a sociedade civil conseguem conter a violência brutal e cruel que já faz parte do nosso cotidiano.

Figura 12 - Capa de A Gazeta do dia 15 de novembro de 2017.

22 PASSAGENS PELA POLÍCIA

POR QUE ELE NÃO ESTAVA PRESO?

Acusado de sequestrar e matar a menina Thayná Andressa, Ademir Ferreira já tinha extensa ficha criminal. Respondia por extorsões, sequestros, homicídio e estupro. Para especialistas, ele estava solto devido a brechas na lei e à lentidão da Justiça Págs. 3 a 6

Ademir Ferreira, de 54 anos, coleciona passagens pela polícia do Rio Grande do Sul desde a década de 1980

BERNARDO COUTINHO

Para Budó (2012, p. 112), “as consequências dessa difusão da sensação de insegurança na sociedade implicam ainda em um círculo vicioso: quanto mais punição deseja a população, mais correspondem os políticos com a produção de leis penais repressivas”. Assim, aliado às metanarrativas, que contam com o apelo emocional da narração dramática sobre o assassinado de Thayná, está o discurso punitivista, que, em poucas palavras, defende que o controle se dará de melhor maneira pela via do direito penal. Nessa lógica, “a paz social só poderia ser alcançada por meio da intensificação do castigo, da distribuição de penas, ou seja, da difusão da dor e do sofrimento” (BIANCHINI; GOMES, 2004, P. 6).

O discurso, apesar de não ser novo, é extremamente contemporâneo, uma vez que o Brasil enfrentou sérias crises na segurança pública nos últimos anos, a exemplo da paralisação da Polícia Militar do Espírito Santo, em 2017, e da intervenção federal no Rio de Janeiro em 2018. A reforma penal é um assunto em tramitação no atual governo, tendo em vista principalmente o projeto de lei proposto pelo ministro da Justiça e Segurança Pública, Sérgio

Moro, em 2019[13]. A narrativa sobre o caso de Thayná, realizada com o auxílio de uma série de recursos semelhantes aos utilizados em romances criminais norte-americanos, evoca ainda a segregação moral que se apresenta entre as pessoas que merecem ter seus direitos garantidos e os monstros, a quem nada deveria restar além de punições severas.

III.e. Caso Andrielly Mendonça Pereira dos Santos

O horror no cotidiano

Para Jeudy (apud SODRÉ, 2012, p. 250), "os desejos mais criminosos se veem satisfeitos por procuração nas cenografias dos *fait divers*" - jargão jornalístico relacionado a notícias bizarras, incluindo crimes brutais. Ele afirma ainda que a indignação gerada é reflexo de uma "satisfação coletiva inconfessável de que o horror possa ser real na vida cotidiana". De fato, o horror se mostrou presente no cotidiano a partir do feminicídio de Andrielly dos Santos, que aconteceu em 2018, no Espírito Santo. Os vizinhos, que, diferente da família da vítima, sabiam do histórico de brigas entre a jovem e seu namorado, encontraram o corpo de Andrielly já sem vida no dia de seu assassinato, no quarto da filha.

Andrielly Mendonça Pereira dos Santos, de 20 anos, e sua filha de três anos moravam há três meses com Rubens de Almeida Junior, namorado da jovem, em Vila Velha. Na madrugada do dia 4 de março de 2018, vizinhos do casal ouviram brigas e pancadas e, em seguida, viram Rubens indo embora de casa com a enteada no colo. Foi aí que a polícia foi acionada e encontrou o corpo de Andrielly no quarto da filha. O feminicídio foi cometido pelo companheiro da vítima, Rubens, que utilizou um fio de carregador de celular para tirar a sua vida.

Os pais do agressor entregaram a enteada na Delegacia de Cobilândia, em Vila Velha, na manhã do dia 4 de março. No mesmo dia, Rubens enviou mensagens para o pai da vítima, Anderson Pereira dos Santos, pedindo desculpas e perguntando se a jovem havia morrido mesmo. Na conversa, o agressor dizia que não tinha usado o carregador celular, mas que, sim, havia dado um golpe de estrangulamento e que, ao sair de casa, ela ainda estava respirando. As mensagens de Rubens foram desmentidas pela investigação policial. Para o pai, o casal

[13] O projeto na íntegra foi apresentado a governadores e a secretários de segurança pública pelo ministro Sérgio Moro. Fonte: http://justica.gov.br/news/collective-nitf-content-1549284631.06/projeto-de-lei-anticrime-mjsp.pdf.

tinha uma convivência tranquila, apesar das brigas. Já para os vizinhos, as brigas eram constantes.

A ex-companheira de Rubens possuía uma medida protetiva que o impedia de se aproximar dela e de seu filho. Cerca de uma semana antes de assassinar Andrielly, Rubens disparou contra a casa de sua ex-namorada, acarretando em um mandado de prisão expedido no dia 31 de janeiro de 2018. O corpo de Andrielly foi velado no dia 5 de março. No dia 9 de março, Rubens se entregou na Delegacia de Homicídios e Proteção à Mulher (DHPM), em Vitória.

Aproximações com o *noir* e metanarrativas

Semelhante à cobertura jornalística do caso Claudiana, o feminicídio de Andrielly foi narrado de forma breve por A Gazeta. Em março de 2018, foram encontradas oito páginas sobre o caso, entre os dias 5 e 13 de março. Depois desse período, somente a partir de 20 de julho é que seu feminicídio virou notícia no jornal. Assim, o *corpus* analisado, com nove páginas, conta com notícias, coluna e artigo de opinião. A narração foi enxuta e as principais informações sobre o caso foram apresentadas logo na primeira notícia sobre o assunto, intitulada "Mulher é assassinada em casa com fio de carregador de celular", publicada em 5 de março de 2018.

Na matéria "'Não vou deixar que seja só um caso de estatística', desabafa pai", de 6 de março, o jornal apresenta informações sobre o velório da vítima e reconta o caso a partir do uso da suíte e do *flashback* - recursos que se revelam, portanto, comuns no jornalismo de A Gazeta. O texto traz informações publicadas anteriormente, como o fato de o agressor ter entrado em contato com o pai para saber se a vítima ainda estava viva. Apesar de curta, a narrativa conta com lampejos de suspense que se manifestaram na notícia "Suspeito de matar jovem vai se entregar, diz advogado", publicada no dia 8 de março, trazendo a expectativa de que o crime seja, enfim, solucionado de forma justa.

Quando pensamos na narrativa do feminicídio da jovem, os episódios são facilmente identificados: 1º) O feminicídio, quando seu corpo é encontrado; 2º) A busca pelo culpado; 3º) A expectativa da resolução do crime: suspeito vai se entregar; 4º) O acusado é preso. Nesse caso, não há enigma a ser desvendado. O principal suspeito é o namorado da jovem e A Gazeta constrói a narrativa em torno da injustiça e do absurdo: um feminicídio aconteceu logo

na semana da mulher e a arma foi um fio de carregador de celular. A sequência de notícias sobre caso é sustentada, ainda que com pouca aparição no jornal, por uma forma de interesse semelhante à que, segundo Todorov (2006, p. 98) sustenta o romance *noir:* "mostram-nos primeiramente as causas, os dados iniciais (gângsters que preparam um golpe) e nosso interesse é sustentado pela espera do que vai acontecer, isto é, dos efeitos (cadáveres, crimes, dificuldades)". Como efeito, a indignação é uma emoção constante que se manifesta materialmente tanto no artigo de opinião, quanto nas entrevistas com a família.

No dia 9 de março de 2018, uma foto de Andrielly, junto ao seu nome e à data do crime, é usada como imagem de ilustração de uma reportagem especial sobre violência contra a mulher (Fig. 13). Além da imagem de Andrielly, há outras cinco e, entre elas, uma foto de Claudiana Bom Macota. Da mesma maneira que aconteceu na cobertura do caso Claudiana, A Gazeta narra o feminicídio de Andrielly como parte de uma outra narrativa, como cenário, estatística. Nos textos, o jornal se refere ao crime de diversas maneiras, em especial como "crime bárbaro", "assassinato", "morte", "violência doméstica" e "barbaridade". O feminicídio é citado duas vezes: uma no único artigo de opinião publicado sobre o assunto e outra vez em uma fala do pai da vítima - ambos veiculados no dia 6 de março. Assim, a narrativa maior, atrelada a um fundo moral específico de punição e condenação, é sobre a morte de mulheres no Espírito Santo - ainda que evitando o uso do conceito de feminicídio.

Figura 13 - Matéria publicada em A Gazeta no dia 9 de março de 2018, página 6.

REPORTAGEM ESPECIAL

Claudiana Macota, morta em outubro/2017

Gabriela Silva de Jesus, morta em agosto/2017

Talita Brenda Ferreira, morta em dezembro/2016

Maura Andrade de Castro, morta em setembro/2017

Andrielly Mendonça, morta em março/2018

Maynara Teodoro, morta em outubro/2016

CICLO DE VIOLÊNCIA PRECISA SER ROMPIDO

São muitos estágios até chegar a agressão, dizem especialistas

Tal abordagem fica ainda mais em evidência ao observar o texto do dia 5 de março

que inicia com a frase “Na semana da mulher, mais um crime bárbaro é registrado no Espírito Santo”; e a matéria do dia 6 de março que traz a seguinte fala do pai de Andrielly: “A gente tá entrando agora na semana da mulher, e continuamos vendo essas questões”. Também no dia 6, um artigo de opinião do jornal, intitulado “Impunidade que mata”, apresenta a frase: “Às vésperas do Dia Internacional da Mulher, o caso mostra o quanto ainda precisa ser feito”. Tanto na narrativa do caso quanto na metanarrativa produzida em referência ao Mês da Mulher, A Gazeta produz efeitos parecidos: a sensação de injustiça relacionada à ideia de que as mulheres são assassinadas mesmo no mês em que, popularmente, são homenageadas e lembradas.

Além disso, a narrativa autobiográfica identificada na análise do caso Claudiana também está presente neste caso. O texto “Ciclo de violência precisa ser rompido”, de 9 de março de 2018, aparece no *corpus* desta análise - assim como está na análise do caso Claudiana. A reportagem apresentou um texto secundário, sob o título “Rede Gazeta cria campanha e site especial”, em que se lê: “O dia 8 de março acabou, mas para a Rede Gazeta a luta pela garantia dos direitos das mulheres está apenas começando”. Essas constatações mostram o constante esforço de A Gazeta em produzir, a todo momento, uma metanarrativa autobiográfica, que se revelou, então, um comportamento comum nas abordagens desse tipo de crime.

Personagens

De forma semelhante ao caso Thayná, o personagem que se destaca na narrativa do caso Andrielly é também membro da família da vítima: o pai Anderson dos Santos. O jornal publicou falas de Anderson em quatro das sete notícias encontradas sobre o caso. No dia 10 de março, A Gazeta dedicou meia página para a figura do pai, ao publicar uma entrevista com sete perguntas. Ele foi retratado como um pai com raiva, em busca de justiça e que estava decepcionado por ter confiado no homem que tirou a vida da filha. Já Andrielly não chegou a ter força como personagem já que A Gazeta não narrou suas ações, a não ser o fato de ter sido assassinada, como na manchete “Mulher é assassinada em casa com fio de celular”, de 5 de março, em que ela é o sujeito da frase. Ainda assim, Andrielly foi brevemente narrada como uma jovem, mãe, “sorridente” e “contente”, “de apenas 20 anos”.

Figura 14 - Texto publicado no dia 10 de março de 2018 em A Gazeta, página 10.

"Dei tiro pra cima dela"

Embora nunca tenha narrado à família comportamentos agressivos de Rubens, Andrielly demonstrou preocupação ao receber uma mensagem do namorado confessando ter atirando na direção da ex-mulher, no dia 28 de janeiro. Ele disse que deu "um monte de tiro pra cima" da ex.

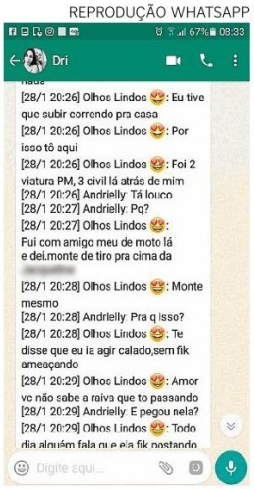
A jovem copiou a conversa e enviou para familiares, dizendo estar muito nervosa com toda a situação. Nas mensagens, Rubens, chamado por Andrielly de "olhos lindos", diz que teve que ir correndo para casa, pois estava sendo procurado pela polícia após descumprir a medida protetiva da ex-mulher, atirando contra a casa dela.

RAIVA

Rubens destacou na conversa que estava com raiva. "Fui com meu amigo lá e dei um monte de tiro pra cima dela. Monte mesmo. Te disse que ia agir calado, sem ficar ameaçando. Amor, Você não sabe a raiva que estou passando", disse.

Desesperada, Andrielly ainda indagou o namorado: "Tá louco. Por quê? Pra que isso? E pegou (os tiros) nela?".

REPRODUÇÃO WHATSAPP



Rubens contou a Andrielly sobre tiros

Já o vilão, o acusado Rubens, foi narrado como um homem tranquilo e que se mostrava respeitador perante a família da vítima, mas violento no ambiente doméstico e, portanto, cínico. Marcada com o selo "Violência contra a mulher", a matéria "Acusado de matar namorada é preso", publicada no dia 10 de março, apresenta ainda novos elementos para a demarcação do personagem, delineando-o como um homem debochado. No texto, é possível ler: "Ao ser questionado por Odina Mutz, 37, madrasta de Andrielly, sobre como a jovem morreu, o rapaz debochou e apenas disse: 'Vou saber?'". É também nesta matéria que A Gazeta divulga uma conversa realizada por mensagens de celular entre Andrielly e Rubens em que ele confessa ter atirado contra a casa de sua ex-companheira (Fig. 14) - o que contribuiu para traçar seu aspecto violento. A contradição entre o que Rubens fazia dentro do seu espaço doméstico e como ele era visto pela família da vítima nos lembra ainda aspectos centrais para a compreensão da violência doméstica - expressão, inclusive, utilizada em um artigo de opinião sobre o caso. Conforme nos aponta Saffioti (2004, p. 79), a violência física é só uma das manifestações da violência contra as mulheres.

> O que se mostra de difícil utilização é o conceito de violência como ruptura de diferentes tipos de integridade: física, sexual, emocional e moral. Sobretudo em se tratando de violência de gênero, e mais especificamente intrafamiliar e doméstica, são muito tênues os limites entre quebra de integridade e obrigação de suportar o destino de gênero traçado para as mulheres: sujeição aos homens, sejam pais ou maridos (SAFFIOTI, 2004, p. 79).

Vale dizer ainda que A Gazeta, na qualidade de personagem de sua narrativa autobiográfica, novamente define e defende seu papel diante da realidade de violência contra a mulher: a responsabilidade social.

A recorrência do discurso punitivista

Entre as metanarrativas encontradas na análise da cobertura de A Gazeta sobre o feminicídio de Andrielly, estão, como já pontuado, as narrativas autobiográfica e a da "semana da mulher" - uma vez que o caso aconteceu na primeira semana de março de 2018. Há em todas essas narrativas algo que as conecta apontando para a recorrência do aparecimento do discurso punitivista nos enunciados produzidos pelo jornal. O sentimento de indignação pretendido, que pode ser reflexo de uma satisfação quase sádica confirme Jeudy (apud SODRÉ, 2012) nos aponta, colabora ainda para a ideia da dualidade entre o bem e o mal e que o mal deve ser devidamente punido.

Exaltar a repressão da criminalidade, em demérito da prevenção e do controle, é um enunciado que, há anos, pertence a formação do discurso punitivista. No artigo de opinião intitulado "Impunidade que mata", publicado em 6 de março de 2018, o jornal A Gazeta afirma que o caso de Andrielly é a mais completa definição de machismo e fala sobre a necessidade de "políticas públicas para frear tal brutalidade" - enunciados fortemente ligados a anseios sociais e feministas. No mesmo texto, A Gazeta destaca que já havia um mandado de prisão contra Rubens, antes mesmo de assassinar Andrielly e continua: "Mais uma vez, a impunidade fez uma vítima". Assim, o jornal relaciona a urgência de enfrentar o feminicídio, uma pauta tradicionalmente progressista, com a necessidade de mais denúncias para mais prisões efetivas - apontando ainda para uma falha nos sistemas prisional e jurídico que deixaram o "algoz" em liberdade.

Há aí portanto a ligação entre anseios progressistas e discursos punitivistas - relação que não é novidade para criminalistas e penalistas, uma vez que o interesse por parte de agentes progressistas e/ou de esquerda política pela repressão à criminalidade se manifestou mais notadamente a partir dos anos 1970 (KARAM, 1996). "O primeiro momento de interesse da esquerda pela repressão à criminalidade é marcado por reivindicações de extensão da reação punitiva a condutas tradicionalmente imunes à intervenção do sistema penal" (KARAM, 1996, p. 79). Assim, como identificado na análise do caso Thayná, A Gazeta

veiculou, ao abordar o feminicídio de Andrielly, enunciados que fazem parte de uma formação discursiva muito específica: a do punitivismo.

III.f. Comparando as estruturas narrativas

A cobertura sobre os casos dos feminicídios de Milena Gottardi e de Thayná foi realizada com muito mais intensidade por A Gazeta do que a sobre os casos de Claudiana Bom Macota e Andrielly dos Santos. Há muitos outros que podemos citar que também receberam pouca ou nenhuma atenção do jornal como o de Ruthileia Poubel de Souza, de 22 anos, que foi esquartejada pelo ex-companheiro em abril de 2017. Anderson Cicero da Silva jogou partes do corpo da vítima às margens da BR-101, na Grande Vitória. Gabriela Silva de Jesus, 24 anos, também foi assassinada de maneira extremamente cruel, no município da Serra. Ela foi sequestrada, estrangulada e atropelada por seu ex-noivo em 2018. Talita Brenda Ferreira, de 19 anos, foi assassinada, em Vila Velha, com 40 facadas na frente dos dois filhos pelo ex-companheiro, em 2016.

Diante de um mar de fatos que inunda nosso cotidiano, importa-nos ainda não apenas determinar os objetos enunciativos e suas estratégias narrativas, que surgem como parte do discurso midiático, mas também nos interessa, como sugere Foucault (2008), verificar o que torna possível suas aparições, o que os legitima e o que é capaz de transformá-los. O jornalismo, apesar da crise de credibilidade que vivencia hoje, parcialmente provocada pelo que chamamos agora de *fake news*, ainda sustenta seu lugar no dispositivo, agendando muitas vezes as conversas cotidianas, com a capacidade de fazer com que determinados eventos passem de fato a escândalo, a partir de sua produção diária de notícias. Ainda cobramos, como sociedade, uma atuação ética e com responsabilidade social dos meios de comunicação, a partir de um reconhecimento histórico da necessidade de transparência nas ações das instituições que administram nossas vidas.

O que possibilita que jornais impressos, telejornais, sites de notícias e até mesmo canais de audiovisual em plataformas digitais se coloquem como responsáveis por cobrar os poderes públicos e privados por lisura é a legitimação social que ainda persiste em torno do jornalismo. A velha divisão entre o que seria o jornalismo sério e o que muitas vezes se chama de jornalismo sucateado, corrompido, sensacionalista encontra agora lugar central nos debates sobre o ofício. Assim como A Gazeta o fez na abordagem dos casos Claudiana e Andrielly, os jornais - mesmo os que já sofreram acusações diversas - insistem em reivindicar seu papel de

instituição comprometida com a verdade e com o social. Esse tipo de narrativa autobiográfica ficou também evidente, por parte de A Gazeta, na cobertura do caso Milena, em que o periódico chamou sua própria atuação de "jornalismo profissional" (A GAZETA, 2017). Esse percurso tem sido similar em outros veículos da mídia tradicional que continuam narrando o jornalismo como oposto de *fake news*, como a lente capaz de delimitar o que é verdadeiro e o que é falso, tentando sustentar a todo custo sua posição nas relações sociais de poder. Nesse discurso, a capacidade narrativa do jornal ainda é maquiada pela defesa de sua importância para as relações sociais. Assumir que o jornalismo representa a voz de todos, do público, é assumir uma universalidade dos anseios, dos desejos, das curiosidades e, mais profundamente, das necessidades de políticas públicas. É homogeneizar uma realidade que é multidimensional. É, novamente e insistentemente, colocar em planos cartesianos toda uma existência que se dá de forma essencialmente rizomática. A urgência, diante do reconhecimento da impossibilidade de uma completa apreensão do real por parte dos jornais, é a de admitir a capacidade narrativa dos meios de comunicação. E, assim, relembrar o perigo da histórica única, para o qual nos alertou lindamente a escritora Chimamanda Ngozi Adichie em sua palestra em 2009[14]. Em sua fala, ela nos lembra ainda que "é impossível falar sobre única história sem falar sobre poder", o poder de contar histórias, o poder de narrar o outro.

A Gazeta conta suas histórias sobre a realidade do Espírito Santo, narrando principalmente e com mais profundidade o que acontece na região metropolitana da Grande Vitória. As narrativas sobre a vida no interior do estado são, assim como é o território físico, marginalizadas, postas na periferia de uma outra história. Funcionam, muitas vezes, como cenário, como dado empírico de uma narrativa da qual as protagonistas são outras pessoas ou mesmo outras instituições. Os casos de Claudiana e de Andrielly, por exemplo, ajudam a contar outra história, enquanto suas próprias narrativas são apagadas. Além disso, há um conjunto de valores, conectado a relações de opressão imbricadas no nó entre gênero, raça e classe, que fazem com que o jornal dê à morte de Milena Gottardi mais atenção do que a outras. Médica, Milena era uma mulher branca e pertencia a uma classe social mais alta. Foi narrada ainda nas notícias como uma mãe dedicada e uma profissional humilde.

[14] "É assim que se cria uma única história: mostre um povo como uma coisa, como somente uma coisa, repetidamente, e será o que eles se tornarão. É impossível falar sobre única história sem falar sobre poder. Há uma palavra, uma palavra da tribo Igbo, que eu lembro sempre que penso sobre as estruturas de poder do mundo, e a palavra é 'nkali'. É um substantivo que livremente se traduz: 'ser maior do que o outro'. Como nossos mundos econômico e político, histórias também são definidas pelo princípio do 'nkali'. Como são contadas, quem as conta, quando e quantas histórias são contadas, tudo realmente depende do poder. Poder é a habilidade de não só contar a história de uma outra pessoa, mas de fazê-la a história definitiva daquela pessoa" (ADICHIE, 2009).

A Gazeta pintou retrato de uma mulher ideal, preso aos padrões tradicionais de gênero: recatada e do lar. A história dessa mulher é a que mais interessa ao jornal, ainda que saibamos hoje, por vivências e estatísticas, que é a mulher negra e pertencentes a classes sociais baixas que vive em situação de maior vulnerabilidade no Brasil. É como se a violência cometida contra Milena fosse ainda mais injusta por se tratar de uma mulher que se comportava conforme os moldes do patriarcado. Tratar como escândalo a violência que chegou a ela é também sinônimo de uma surpresa, como se fosse curioso perceber que uma família rica e branca também vive realidades miseráveis, como se fosse raro um policial matar por motivações misóginas. Valores como esses emergem por A Gazeta dar ao caso um tratamento de exceção, comovendo-se mais com o feminicídio da médica do que com o de Claudiana ou de Andrielly - o que nos leva a questão da revitimização. Serviços que, por função, ética ou mesmo decreto, deveriam proteger e acolher as mulheres em situação de violência, como as delegacias e até mesmo o jornalismo, por vezes as submetem a situações de revitimização, seja silenciando sua história, seja questionando a própria violência que sofreram - o que resulta muitas vezes em dados subnotificados, informações descontextualizadas e, assim, em uma realidade distante de ser eficazmente mapeada.

A realidade de violência vivida pelas mulheres foi, então, narrada por A Gazeta a partir da história de violência vivida pelas mulheres brancas. O caso de Thayná foi narrado como uma violência brutal e não em sua especificidade, não como um feminicídio sexual - e infantil. A violência contra as mulheres constitui uma grave problema com múltiplas facetas e para enfrentá-la é necessário que entendamos e visibilizemos, como sociedade, todas essas facetas. Afinal, a violência misógina não possui uma solução única, mas sim exige, como já levantamos, um enfrentamento em diversas frentes. Dito isso,

> entender e tornar visível o legado racista nas instituições brasileiras e a relação violenta com o Estado são centrais para compreender por que a taxa de mortes violentas de mulheres brancas declinou em 10 anos enquanto a de mulheres negras aumentou. O enfrentamento ao racismo institucional emerge, assim, como uma ação fundamental para a redução do número de feminicídios no país (PRADO, SANEMATSU, 2017, p. 63).

Quando nos voltamos às estratégias narrativas, notamos que A Gazeta traz em seu relato elementos famosos da literatura policial, especialmente quando escolhe explorar sistematicamente algum caso de feminicídio. Aspectos dos romances *noir*, *hard-boiled*, e do romance policial de enigma se misturam. Para o jornal, interessa tanto explorar o mistério, o

“quem matou?”, quanto o crime e a crueldade, a monstruosidade e/ou a frieza do assassino. Antes do criminoso ser capturado ou mesmo revelado, o jornal explora o mistério, acompanha as investigações policiais e constrói o cenário de desespero e medo diante de um assassino à solta. É após a prisão do criminoso ou depois da revelação dos mandantes que A Gazeta explora o clima *noir, pulp*, *hard-boiled* - que se constrói, assim como na literatura, em torno da violência, do crime brutal e da imoralidade dos personagens. Para Todorov (2006), é o romance de suspense que nasce da junção dessas duas formas: ele explora tanto o inquérito e o crime, quanto o futuro das personagens. Nesse sentido, a cobertura de A Gazeta não se afasta tanto assim da cobertura de outros veículos do Brasil nos quais, como indica o monitoramento do Instituto Patrícia Galvão (PRADO; SANEMATSU, 2017), o viés policial é comum. Em diferentes regiões do país, jornais impressos e veículos *online* dão destaque, em seus noticiários, para as violências mais extremas e se dedicam a uma abordagem descontextualizada da questão do feminicídio, “muitas vezes apresentado como uma manifestação de ‘loucura’ ou ‘doença’ ou ainda um descontrole pontual causado por excesso de bebidas ou drogas” (PRADO; SANEMATSU, 2017, p. 147).

Todas essas estratégias narrativas utilizadas por A Gazeta permitem e instigam, no leitor, um comportamento *voyeurístico* de acompanhar a história, se emocionar com os desdobramentos e tentar deduzir quem seriam os principais envolvidos nos crimes. Na narração do veículo, a responsabilidade pelos feminicídios recai sobre os personagens, em uma espécie de embate do bem contra o mal, sem muitas conexões com os contextos históricos e sociais do Brasil. Hilário, Admilson, Ademir e Rubens são os responsáveis pelos feminicídios de Milena, Claudiana, Thayná e Andrielly - respectivamente. A motivação dos crimes é narrada com foco no indivíduo, evitando o uso de elementos pedagógicos que permitam o leitor visualizar a territorialidade milenar da misoginia, que se traduz em uma realidade ampla e contínua de violência contra as mulheres.

O jornal narra ainda sua própria função, afirmando institucionalmente e publicamente, a partir de editorias, matérias e artigos de opinião, uma responsabilidade social no enfrentamento à violência contra a mulher. De fato, conforme apresentamos exaustivamente neste estudo, há uma função social a ser considerada e urgentemente repensada no fazer jornalístico - e na atuação dos meios de comunicação como um todo. Contudo, A Gazeta, em sua cobertura, se afastou da motivação real dos crimes, evitando que tenhamos acesso às diversas nuances do problema ao não abordar o feminicídio infantil e sexual, ou mesmo o

feminicídio de mulheres negras, como elementos integrantes e necessários para a compreensão e para o enfrentamento da situação de violência contra as mulheres. Sua autoafirmação institucional não converge para o seu principal produto, que é a narrativa jornalística, uma vez que esta não abarca plenamente o que seria desejável no combate ao feminicídio, conotando mais um movimento em direção à adesão a novos valores para contemplar novos nichos de mercado. Seu posicionamento, diante da abordagem dramática, espetacular e descontextualizada de casos de feminicídio, mais tem a ver com a tradicional cooptação capitalista por parte da indústria cultural da qual faz parte, a fim de tentar se manter como um objeto de desejo, de consumo e, assim, comercializável.

Há também outra formação discursiva que emerge da análise das metanarrativas veiculadas por A Gazeta que envolve questões relativas ao direito penal e às formas de lidar com a violência urbana. É necessário frisar que não queremos aqui fazer um debate sobre penas pertinentes a cada tipo de crime, ou mesmo sobre aspectos do código penal ou ainda como caso específico deve ser tratado pelo sistema judiciário, mas tão somente identificar o alinhamento que se manifesta nas coberturas e respectivas narrativas conduzidas pelo jornal A Gazeta. Há, entre os criminalistas, uma disputa sobre a necessidade de uma criminalização desenfreada na resolução de conflitos sociais, que se divide, principalmente, em tendências punitivistas, abolicionistas e minimalistas como demonstram Bianchini e Gomes (2004). Diferente dos punitivistas, que incentivam a criação de novos mecanismos legais para que se alcance certo controle social, os abolicionistas não acreditam, em geral, que o Direito Penal seja capaz de julgar a todos igualmente. Para os seguidores dessa tendência, o castigo "quase sempre recai sobre a parte mais débil e os extratos economicamente mais desfavorecidos" (HASSEMER, MUÑOZ CONDE apud BIANCHINI, GOMES, 2004, p. 13).

Já os minimalistas, assumem o caráter repressivo do Direito Penal e, por isso, defendem que sua atuação no enfrentamento às violências deve ser reduzida a limites estritamente necessários. Para pesquisadores dessa tendência, a ênfase "na denúncia da deslegitimização do sistema penal e na negação de qualquer possibilidade de utilização do controle penal contraria as perspectivas políticas dos movimentos feministas" (CAMPOS, 2013, p. 28), uma vez que lutam por questões relacionadas à segurança e ao direito de ir e vir. Um dos esforços entre os que optam por esse alinhamento teórico é em direção à construção de "uma nova face para perspectivas feministas em criminologia no Brasil" (CAMPOS, 2013, p. 27).

Em diversos editoriais, cartas do leitor e artigos de opinião presentes em nosso *corpus* de análise, A Gazeta dá espaço para enunciados que remetem a um discurso punitivista. Na cobertura do feminicídio de Milena, uma das metanarrativas encontradas girava em torno da ideia de que o crime perfeito não existe, representando uma espécie de elogio à ação policial, ao encarceramento, à lei. Como parte da mesma formação discursiva, a metanarrativa principal presente na cobertura do caso Thayná foi sobre "o fracasso da lei" - frase que, inclusive, intitulou um artigo de opinião de A Gazeta publicado no dia 15 de novembro de 2017. Nele, o jornal fala sobre a situação que considera caótica do sistema penal brasileiro e afirma que uma "reforma do Código Penal se faz urgente", pedindo por mais rigor e defendendo o encarceramento como mecanismo de prevenção. A narrativa sobre o caso Andrielly apresenta um fundo ético e moral semelhante ao afirmar que "a impunidade mata" - título de um artigo de opinião do jornal publicado em 8 de março de 2018. Assim, novamente A Gazeta faz uma crítica ao atual sistema penal e um elogio ao castigo. Apesar disso, a narrativa sobre Andrielly, assim como sobre o caso Claudiana, destoa um pouco dos demais ao trazer como metanarrativa a ideia de que o jornalismo de A Gazeta possui uma responsabilidade social diante da realidade do feminicídio. O jornal, então, conecta as narrativas de violência contra as mulheres a um discurso penal e punitivista, indicando que uma punição mais severa, nos meios jurídicos, seria a solução mais indicada para o problema.

A defesa da existência do feminicídio como um fenômeno global é uma pauta tradicionalmente associada a movimentos feministas, progressistas e/ou de esquerda política. Por outro lado, a defesa da criação de mecanismos de criminalização encontra lugar no discurso punitivista, comumente associado a grupos mais conservadores e/ou pertencentes à direita política. O crescimento do que alguns teóricos abolicionistas chamam, desde os anos 1990, de uma "esquerda punitiva" representa uma intersecção entre essas visões, apesar da aparente tendência à polarização. Para a criminalista Maria Lucia Karam (1996, p. 80),

> a monopolizadora reação punitiva contra um ou outro autor de condutas socialmente negativas, gerando a satisfação e o alívio experimentados com a punição e consequente identificação do inimigo, do mau, do perigoso, não só desvia as atenções como afasta a busca de outras soluções mais eficazes, dispensando a investigação das razões ensejadoras daquelas situações negativas, ao provocar a superficial sensação de que, com a punição, o problema já estaria satisfatoriamente resolvido. Aí se encontra um dos principais ângulos da funcionalidade do sistema penal, que, tornando invisíveis as fontes geradoras da criminalidade de qualquer natureza, permite e incentiva a crença em desvios pessoais a serem combatidos, deixando

> encobertos e intocados os desvios estruturais que os alimentam (KARAM, 1996, p.82).

Reduzir a noção de feminicídio, um desvio estrutural que reflete na vida cotidiana, a um dispositivo penal é contraproducente para o enfrentamento dessa mesma realidade. O efeito disso é um completo distanciamento das noções primárias que influenciaram a formação do conceito de feminicídio: a de que se trata de um problema estrutural e histórico e, por isso mesmo, o enfrentamento a essa condição de violência vivida pelas mulheres deve ser feito de maneira ampla e, também, estrutural. Por fim, assim como acontece em jornais nacionais como Folha de S. Paulo (MARIANO, 2017; PRADO, SANEMATSU, 2017), A Gazeta não deu espaço, em sua cobertura, para tratar da historicidade do próprio conceito de feminicídio, o que poderia ter uma função pedagógica, e de responsabilidade social, contribuindo para a compreensão da amplitude do fenômeno.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O jornalismo policial de A Gazeta performa diariamente uma dramaticidade fortemente relacionada a estruturas narrativas literárias, especialmente às dos romances policiais. O veículo utiliza elementos diferentes, variando de caso a caso, mas que sempre encontram correlatos em aspectos novelescos e/ou romancescos. Quando o culpado é desconhecido, opta-se por explorar o enigma, o mistério e a ação policial. Quando o criminoso é sabido a princípio, ainda que como suspeito apenas, a tendência é lhe dar destaque, em uma performance *pulp*, *hard-boiled.* Há ainda elementos do romance *noir* que sustentam o interesse dos leitores a partir do que virá a acontecer - presente em diversos casos, após a revelação dos assassinos ou mandantes.

Apesar de assumir que o jornalismo brasileiro hegemônico é, muitas vezes, contraproducente no enfrentamento da violência contra as mulheres - a despeito do que podem projetar institucionalmente -, negar a importância de um jornalismo ético e plural para o debate público é irresponsável. Não é de todo negativo, para a superação de problemas sociais, o uso de elementos dramáticos nos noticiários. É pela dramaticidade que temos nós, sociedade, causado afetos irremediáveis, como quando o livro *Uncle Tom's Cabin*, de Harriet Beecher Stowe, fez emergir, na metade do século XIX, a revolta que ainda faltava para uma verdadeira revolução abolicionista nos Estados Unidos, ou como quando, como bem aponta Sodré (2012), o filme "Tropa de Elite" movimentou, de forma excepcional, debates nacionais sobre segurança pública no Brasil. Tudo isso nos dá indícios para pensar não somente que experienciamos o mundo de forma narrativa, mas que buscamos dar sentido a nossas questões de maneira romancesca, articulando cotidiano e ficção a todo o momento. Segundo Motta (2004, p. 21), essa ideia se assemelha ao pensamento do psicólogo K. Gergen, que diz que nós vivemos "os acontecimentos da vida cotidiana de modo narrativo porque estão imersos em narrações que vão carregando de sentido os relatos" e que "não só contamos nossas vidas como relatos, mas também nos relacionamos com os outros de forma narrativa".

Diante desse reconhecimento, um ambiente comunicacional mais ético e realmente comprometido com questões sociais, requer que as empresas de comunicação contextualizem suas narrativas contribuindo para que seu público tenha acesso a condições mais plenas de compreensão da complexidade dos fenômenos sociais. A Gazeta, nos últimos anos, vem se colocando como uma empresa de responsabilidade social, tendo criado sites e campanhas que

justifiquem seu novo posicionamento. Essa mudança, vista ainda em diversos outros mercados como no publicitário, faz parte do impacto dos agendamentos sociais, sustentados em especial por pautas dos movimentos feministas. Consideramos bem-vindo e importante esse novo posicionamento quando ele resulta na promoção de visibilidade a questões sociais e na introdução no debate público de assuntos que eram antes negligenciados. Contudo, essa projeção institucional não tem surtido efeito nas notícias diárias do jornal impresso, uma vez que a mudança de posicionamento requer também uma mudança sistemática e estrutural no cotidiano das redações.

Convém, é claro, compreender que o mascaramento do caráter narrativo dos enunciados é uma estratégia utilizada em diversas formações discursivas que buscam a pretensão da verdade - a saber o próprio discurso científico do qual faço parte; e que a produção da verdade de nosso tempo, apesar de se realizar em um ambiente midiático múltiplo e ruidoso, nem sempre conta com narrativas plurais. Para que o debate público acerca da violência contra as mulheres e do feminicídio seja feito de forma democrática, é necessário que o nosso ecossistema comunicacional, em especial no que diz respeito ao jornalismo, seja formado por uma pluralidade de vozes e que essas vozes assumam seu caráter narrativo. É preciso quebrar a história única que se conta acerca dos problemas sociais e da criminalidade, dando espaço para as histórias de mulheres negras, mulheres pobres e meninas, assim como se dá para as histórias das mulheres brancas - tendo sempre em mente que o cotidiano de violência contra as mulheres tem raízes em questões mais profundas e estruturais.

REFERÊNCIAS

A GAZETA. **Preso, sim, e daí?** A Gazeta, Espírito Santo, 28 nov. 2017. Opinião, p. 16.

_____. **Caso Milena Gottardi e o jornalismo profissional.** A Gazeta, Espírito Santo, 22 set. 2017. Bom dia, p. 2.

ADICHIE, Chimamanda N. **O perigo da história única**. TEDGlobal 2009. 18'43'', sonor., color. Disponível em: <https://www.ted.com/talks/chimamanda_adichie_the_danger_of_a_single_story?language=pt>. Acesso em: 10 de fevereiro de 2019.

AGAMBEN, Giorgio. **O que é o contemporâneo? E outros ensaios**. Chapecó-SC: Argos, 2009.

BAIRROS, Luiza. **Nossos Feminismos Revisitados**. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 3, n. 2, p. 458, jan. 1995. ISSN 1806-9584. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16462/15034>.

BAKER, Mona. **Narratives in and of Translation**. SKASE Journal of Translation and Interpretation, Eslováquia, v. 1, n. 1, p. 1-10, 2005. Disponível em: <http://www.monabaker.org/?p=1374>.

BANDEIRA, Mayra. **Menina desaparece após entrar em carro**. A Gazeta, Espírito Santo, 1º nov. 2017. Cidades, p. 15.

BIANCHINI, Alice. GOMES, Luiz Flávio. **"Direito penal" do inimigo e os inimigos do Direito penal**. São Paulo: Notícias Forenses, 2004.

BORGES, Rosane. et al. **Compromisso inegociável**. Think Eva, 2017. Disponível em: <http://report.thinkeva.com.br/feminismo-compromisso-inegociavel/>.

BRANDÃO, Helena. **Introdução à análise do discurso**. São Paulo: Editora da Unicamp, 2004.

BRASIL. **Lei n. 13.104, de 9 de março de 2015.** Tipifica o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/lei/L13104.htm>.

BUDÓ, Marília de Nardin. **Newsmaking criminology**: o papel dos intelectuais na construção de um novo discurso sobre o crime nos media. Comunicação & Cultura, v. 14, p. 107-123, 2012.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CASTELLS, Manuel. **O Poder da Comunicação**. Rio de Janeiro | São Paulo: Paz & Terra, 2015.

CAESAR, Gabriela. REIS, Thiago. VELASCO, Clara. **Cresce o nº de mulheres vítimas de homicídio no Brasil; dados de feminicídio são subnotificados.** G1, 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/monitor-da-violencia/noticia/cresce-n-de-mulheres-vitimas-de-homicidio-no-brasil-dados-de-feminicidio-sao-subnotificados.ghtml>. Acesso em: 12 mar. 2018.

CARDOSO, Ruth. Homens e mulheres, as vítimas da violência. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 8 mar. 1981. Folhetim, p. 8.

CERQUEIRA, Daniel (Coord.). et al. **Atlas da Violência 2017**. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea); Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), 2017.
_____. et al. **Atlas da Violência 2018**. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea); Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), 2018.

CINTRA, João Pedro S. **Cenário da Infância e Adolescência no Brasil 2018.** São Paulo: Fundação Abrinq, 2018.

COLLINS, Patricia Hill. **Black feminist thought**: knowledge, consciousness, and the politics of empowerment. New York: Routledge, 2000.

CORRADI, Consuelo. et al. **Theories of femicide and their significance for social research**. Current Sociology, 2016.

COSTA, Claudia de Lima. **O sujeito no feminismo**: revisitando os debates. São Paulo: Cadernos Pagu: 2002. p. 59-90.

DALMONTE, Edson. **Narrativa jornalística e narrativas sociais**: Questões acerca da representação da realidade e regimes de visibilidade. 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/1802>.

DAVIS, Angela. **Mulheres, Raça e Classe.** São Paulo: Boitempo, 2016.

DEBORD, Guy. **A Sociedade do Espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DELEUZE, Gilles. GUATTARI, Félix. **Mil platôs - capitalismo e esquizofrenia, vol. 1.** São Paulo: Editora 34, 2011.
_____. **Foucault**. São Paulo: Brasiliense, 1991.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder.** Rio de Janeiro: Graal, 1998.
_____. **A Arqueologia do Saber.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.
_____. **A Ordem do Discurso**. Aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

GARCIA, Leila. et al. **Violência contra a mulher: feminicídios no Brasil**. Ipea, 2011. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/130925_sum_estudo_feminicidio_leilagarcia.pdf>.

GIDDENS, Anthony. **Modernidade e Identidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

HAESBAERT, Rogerio. **Território e multiterritorialidade: um debate**. GEOgraphia, Rio de Janeiro, Ano IX, n. 17, 2007.

HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na Pós-Modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HIRATA, Helena. **Gênero, classe e raça**: Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. São Paulo: Tempo Social, v. 26, n. 1, 2014. p. 61-73.

HORKHEIMER, Max; ADORNO, Theodor. A indústria cultural: o esclarecimento como mistificação das massas. In: **Dialética do esclarecimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

JASPER, James; POLLETTA, Francesca. **Collective identity and social movements**. Annual review of Sociology, 2001.

JEHA, Julio. **Literatura criminal uma narrativa da violência urbana**. ContraCorrente, [S.l.], n. 2, p. 89-101, maio 2017. ISSN 2525-4529. Disponível em: <http://periodicos.uea.edu.br/index.php/contracorrente/article/view/470>. Acesso em: 26 jan. 2019.

_____. **Ética e estética do crime: ficção de detetive, hard-boiled e noir.** In: XII Congresso Internacional da ABRALIC, Centro, Centros-Ética, Estética. 2011. Disponível em: <http://www.abralic.org.br/eventos/cong2011/AnaisOnline/resumos/TC0078-1.pdf >.

KARAM, Maria Lúcia. **A esquerda punitiva**. Discursos sediciosos, v. 1, n. 1, p. 79-92, 1996.

LACLAU, Ernest. **New Reflections on the Resolution of our Time**. Londres: Verso, 1990.

LEAL, Bruno. **Do testemunho à leitura**: aspectos da evolução do narrador jornalístico, hoje. UFMG, Belo Horizonte, 2002. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/leal-bruno-narrador-jornalismo.pdf>.

MARIANO, Isabella S. F. M. **Feminicídio na imprensa: uma análise do jornal Folha de S. Paulo**. In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 40, 2017, Curitiba. Anais… São Paulo: Intercom, 2017.

MOMBAÇA, Jota. **Notas estratégicas quanto aos usos políticos do conceito de lugar de fala**. Disponível em: <http://www.buala.org/pt/corpo/notas-estrategicas-quanto-aos-usos-politicos-do-conceito-de-lugar-de-fala>.

MORAES, Dênis.; SERRANO, Pascual.; RAMONET, Ignacio. **Mídia, Poder e Contrapoder**: Da concentração monopólica à democratização da informação. São Paulo: Boitempo, 2013; Rio de Janeiro: FAPERJ, 2013.

MOTTA, Luiz G. **Jornalismo e configuração narrativa da história do presente.** Revista E-Compós, ed. 1, dez. 2004. Disponível em: <http://www.e-compos.org.br/e-compos/article/view/8/9 >.

_____. **A Análise Pragmática da Narrativa Jornalística**. Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2005. Disponível em: <http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/105768052842738740828590501726523142462.pdf>

_____; GUAZINA, Liziane. **O conflito como categoria estruturante da narrativa política**: o caso do Jornal Nacional. Sociedade Brasileira de Pesquisa em Jornalismo (SBPJor), v. 6, n. 1, p. 132-149, 2010. Disponível em: <https://bjr.sbpjor.org.br/bjr/article/view/251 >.

_____. **Análise Crítica da Narrativa**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2013.

MOUFFE, Chantal. **Feminismo, ciudadanía y política democrática radical**. In: Ciudadanía y Feminismo. México: Instituto Federal Electoral, 2001.

OLIVEIRA, Édson. **O discurso da notícia e a representação da identidade de gênero feminino nos crimes passionais**. 255 f. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo. 2010. Disponível em: <https://sapientia.pucsp.br/handle/handle/14621>.

PAIVA, Raquel. **Histeria na mídia**. A simulação da sexualidade na era digital. Rio de Janeiro: Mauad. 2000.

_____. Globalização como ordenação social. In: **O Espírito Comum**. Comunidade, Mídia e Globalismo. Rio de Janeiro: Mauad, 2003. p. 29-64.

PASINATO, Wânia. **"Femicídios" e as mortes de mulheres no Brasil.** São Paulo: Cad. Pagu, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332011000200008&lng=en&nrm=iso>.

PINTO, Artur Henrique. **Cliffhanger - as pontes de uma narrativa seriada.** In: _____. *Hook*, *cliffhanger* e suas aplicações na narrativa em séries: estratégias para envolver o espectador em uma obra seriada. Belo Horizonte, 2017, p. 77-91.

PRADO, Débora; SANEMATSU, Marisa (Orgs.). **Feminicídio: invisibilidade mata**. São Paulo: Editora Fundação Rosa Luxemburgo, Instituto Patrícia Galvão, 2017. Disponível em: <https://agenciapatriciagalvao.org.br/wp-content/uploads/2017/03/LivroFeminicidio_InvisibilidadeMata.pdf>.

RADFORD, Jill.; RUSSELL, Diana. **Femicide: The politics of woman killing**. Twayne Pub, 1992.

RIBEIRO, Djamila. **Feminismo negro para um novo marco civilizatório**. SUR 24, 2016. Disponível em: <http://sur.conectas.org/feminismo-negro-para-um-novo-marco-civilizatorio/>.

_____. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento, 2017.

SAFFIOTI, Heleith. **Quem tem medo dos esquemas patriarcais de pensamento?** Crítica Marxista, São Paulo, n. 11, out. 2000.

_____. **Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero**. São Paulo: Cadernos Pagu (16): 2001. p. 115-136.

_____. **Gênero, patriarcado e violência.** São Paulo: Expressão popular: Fundação Perseu Abramo, 2015.

SAMPAIO, Simone. **A liberdade como condição das relações de poder em Michel Foucault**. Revista Katálysis, Florianópolis, v. 14, n. 2, p. 222-229, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rk/v14n2/09.pdf>.

SANEMATSU, Marisa. **Análise da Cobertura da Imprensa sobre Violência contra as Mulheres.** In: VIVARTA, Veet (coord.). Imprensa e agenda de direitos das mulheres: uma análise das tendências da cobertura jornalística. Brasília: ANDI; Instituto Patrícia Galvão, 2011. p. 55-103.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. Educação & Realidade, 1995, 20.2: 71-99.

SODRÉ, Muniz. **Sociedade, Mídia e Violência**. Porto Alegre: Sulina: Edipucrs, 2002.
_____. **A Narração do Fato**: Notas para uma Teoria do Acontecimento. Rio de Janeiro: Vozes, 2012.

SCHMIDT, Simone. **O feminismo nas páginas dos jornais**: revisitando o Brasil dos anos 70 a 90. Florianópolis: Revista Estudos Feministas, 2000. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/11921>.

TODOROV, Tzvetan. **Typologe du roman policier.** In: Poétique de la prose**.** Paris: Éditions du Seuil, 1978. Disponível em: <https://monoskop.org/images/a/a5/Todorov_Tzvetan_Poetique_de_la_prose_1978.pdf >.
_____. **The typology of detective fiction**. In: The Poetics of Prose. Michigan: Cornell University Press, 1977.
_____. **Tipologia do romance policial**. In: Poética da Prosa. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
_____. **As estruturas narrativas.** Tradução de Leyla Perrone-Moisés. São Paulo: Perspectiva, 2006.

THOMPSON, John. **A nova visibilidade**. MATRIZes, 2008. Disponível em: <http://www.usp.br/ matrizes/img/02/Dossie1_thomp.pdf>
_____. **Ideologia e Cultura Moderna.** Teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. Rio de Janeiro: Vozes, 2011.
_____. **A mídia e a modernidade.** Uma teoria social da mídia. Rio de Janeiro: Vozes, 2014.

VÍLCHEZ, Ana Isabel. **La regulación del delito de femicidio/feminicidio en América Latina y el Caribe.** Panamá: Únete para poner fin a la violencia contra las mujeres, 2012. Disponível em: <http://www.un.org/es/women/endviolence/pdf/reg_del_femicicidio.pdf>.

VIVARTA, Veet (Coord.). **Imprensa e agenda de direitos das mulheres: uma análise das tendências da cobertura jornalística**. Brasília: ANDI; Instituto Patrícia Galvão, 2011. Disponível em: <http://www.andi.org.br/publicacao/imprensa-e-agenda-de-direitos-das-mulheres-uma-analise-das-tendencias-da-cobertura>.

WAISELFISZ, Julio. **Mapa da violência 2015:** homicídio de mulheres no Brasil. Flacso Brasil, 2015. Disponível em:<http://www.mapadaviolencia.org.br/>.

APÊNDICE A - CORPUS DO CASO MILENA GOTTARDI

Manchete	Editoria	Data
Médica é baleada na porta de hospital	Capa	15/9/17
Médica leva tiro na cabeça em hospital	Cidades	15/9/17
“Nós não reagimos a nada”	Cidades	15/9/17
Violência	Fala, leitor	16/9/17
Médica morre, e polícia investiga crime de mando	Capa	16/9/17
Polícia caça mandante de assassinato de médica	Cidades	16/9/17
Corrente de oração em frente ao hospital	Cidades	16/9/17
Entidades médicas vão cobrar apuração rápida	Cidades	16/9/17
Preso suspeito de executar médica	Capa	17/9/17
Polícia prende suspeito de assassinar médica	Cidades	17/9/17
Dor e emoção no enterro em Fundão	Cidades	17/9/17
“Minha filha tinha vontade de curar”	Cidades	17/9/17
Polícia mantém silêncio sobre caso de médica	Capa	18/9/17
Polícia não divulga informações sobre assassinato de médica	Cidades	18/9/17
Polícia reconstitui assassinato de médica	Cidades	19/9/17
Família fica cinco horas na delegacia	Cidades	19/9/17
Corregedoria da polícia investiga morte de médica	Capa	20/9/17
Corregedoria investiga assassinato de médica	Cidades	20/9/17
Suspeito do crime foi condenado por assalto	Cidades	20/9/17
Advogado diz que executor está com medo de morrer	Capa	21/9/17
“Meu cliente quer falar quem é o mandante”	Cidades	21/9/17
“Se houve mandante, não foi Hilário”	Cidades	21/9/17
Família espera desfecho rápido	Cidades	21/9/17
Rapaz, não te conto...	Cidades	21/9/17
Milena Gottardi / Milena Gottardi 2 / Milena Gottardi 3	Fala, leitor	22/9/17
Caso Milena Gottardi e o jornalismo profissional	Da redação	22/9/17
Polícia conclui: ex-marido mandou matar médica	Capa	22/9/17
Pai e filho mandaram matar médica, diz polícia	Cidades	22/9/17
“Família contratou amigos para crime”	Cidades	22/9/17
Uma execução planejada	Cidades	22/9/17
“Hilário entrou na vida dela e acabou com tudo”	Cidades	22/9/17
Ex-marido chorou morte de Milena	Cidades	22/9/17

Manchete	Editoria	Data
Sogro responde a mais processos por homicídios	Cidades	22/9/17
“Ele sempre partia para o lado das ameaças”	Cidades	22/9/17
A carta de Milena	Cidades	22/9/17
Padre que celebrou missa casou Milena e Hilário	Cidades	22/9/17
“Esperamos que justiça seja feita”, pede tia	Cidades	22/9/17
“Prisão é equívoco”, diz Homero Mafra	Cidades	22/9/17
Carpinteiro agora nega ter atirado, diz defesa	Cidades	22/9/17
Penas mais brandas para maiores de 70	Cidades	22/9/17
Violência contra a mulher não é só física	Cidades	22/9/17
“Eles fizeram isso na certeza da impunidade”	Cidades	22/9/17
A polícia fez seu trabalho	Da redação	23/9/17
Impunidade / Feminicídio / Competência / Justiça / Igualdade / Mesquinharia / Insensíveis / Rigor / Transtorno / Idade penal / Recrutamento / Maldade	Fala, leitor	23/9/17
Intermediário acusa: “Marido queria eliminar ela”	Capa	23/9/17
Marido tramou morte com executor, diz preso	Cidades	23/9/17
O que disse Valcir, o intermediário	Cidades	23/9/17
“Ele fez escalas para entender apurações”	Cidades	23/9/17
“Revolta” na primeira noite na cadeia	Cidades	23/9/17
Vídeo preocupou amigos	Cidades	23/9/17
“Psicopatas como Hilário não têm cura”	Cidades	23/9/17
Campanha para ajudar família	Cidades	23/9/17
A carta de Milena	Opinião	23/9/17
A escalda inaceitável das mortes de mulheres	Da redação	24/9/17
Pelo fim da violência contra a mulher	Cidades	24/9/17
Vidas interrompidas	Cidades	24/9/17
Defesa aposta em pena para executor	Cidades	24/9/17
Evangélicos na política, saúde e caso Milena	Da redação	25/9/17
Ex-marido de Milena Gottardi só recebeu visita de advogado	Capa	25/9/17
Policial preso só recebe visita do seu advogado	Cidades	25/9/17
Direito à vida	Política	25/9/17
Polícia prende último suspeito de participar da morte de médica	Capa	26/9/17
Último suspeito é preso e diz não saber de nada	Cidades	26/9/17
Sogro não queria que filho tivesse prejuízo	Cidades	26/9/17

Manchete	Editoria	Data
Após pressões, OAB libera comissões	Cidades	26/9/17
Médicos ameaçam parar se não tiver segurança	Cidades	26/9/17
Família devastadas pela violência / A dor de uma mãe	Capa	27/9/17
“A gente pensa que não vai aguentar”, diz mãe	Cidades	27/9/17
Novas provas foram entregues ao delegado	Cidades	27/9/17
“Às vezes a gente fica sem chão”	Cidades	27/9/17
“Hilário era meu amigo até o último dia 14”	Cidades	27/9/17
Ex revela que Dionathas não se abalou após crime	Cidades	28/9/17
Violência contra o médico: todos perdem	Opinião	28/9/17
Caso Milena sacode OAB	Política	28/9/17
Comissão não consegue acesso ao inquérito	Cidades	29/9/17
Mais tempo	Cidades	29/9/17
Hilário pode ter ligado para médica horas antes de ela ser assassinada	Cidade	30/9/17
Um grito! Passeata “Todos por Milena” reuniu multidão em Camburi	Capa	2/10/17
Todos por Milena: um grito por justiça	Cidades	2/10/17
Vídeo com disparos foi enviado para médica	Cidades	3/10/17
Depoimentos relatam tristeza de Milena no dia do assassinato	Cidades	3/10/17
A vida dos outros	Opinião	3/10/17
Conta prova que Hilário ligou para Milena momentos antes do crime	Cidades	4/10/17
Ela merece!	Cidades	4/10/17
Dra. Milena	Fala, leitor	6/10/17
Na moita	Cidades	6/10/17
Sensibilidade	Cidades	9/10/17
Em áudio, Milena contou aos sogros que temia o ex-marido	Capa	10/10/17
Milena revelou ameaças do ex aos sogros	Cidades	10/10/17
Caso Milena: defesa pede a delegado para ouvir Hilário	Cidades	10/10/17
Executor investigado por morte de mais 2 mulheres	Cidades	11/10/17
Polícia pede que prisão de suspeitos seja prorrogada	Cidades	11/10/17
Justiça prorroga prisão dos seis suspeitos	Cidades	12/10/17
Sogra foi expulsa da casa de Hilário várias vezes	Cidades	14/10/17
“É preciso regulamentar os tipos de violência contra a mulher”	Cidades	17/10/17
“Restou por Milena apenas o ódio”	Capa	19/10/17
Execução foi motivada por “ódio”, diz delegado	Cidades	19/10/17

Manchete	Editoria	Data
Câmera até em cima da cama da médica	Cidades	19/10/17
“Filhas não querem mais saber de Hilário”	Cidades	19/10/17
Ódio e irresponsabilidade em dois casos recentes	Da redação	19/10/17
Caso Milena	Fala, leitor	20/10/17
Hilário foi ao apartamento da ex no dia do enterro	Cidades	20/10/17
Promotores denunciam acusados por morte de médica até sexta	Cidades	21/10/17
Promotores denunciam seis pelo assassinato de médica	Cidades	28/10/17
Advogado deixa caso após denúncia	Cidades	29/10/17
Como assim? Hilário dá saidinha do presídio sem justiça ficar sabendo	Capa	31/10/17
Juiz e secretário podem explicação sobre “saidinha”	Cidades	31/10/17
Caso Milena	Fala, leitor	2/11/17
Morte de médica: seis viram réus na Justiça	Cidades	2/11/17
Caso Milena: Justiça manda Hilário para o presídio	Cidades	9/11/17
Preso, Hilário continua recebendo salário	Cidades	10/11/17
Funcionário que é preso pode continuar recebendo salário?	Cidades	11/11/17
Hilário contratou prostituta 4 dias após morte de Milena	Cidades	18/11/17
Gratz e Hilário estão no mesmo presídio	Política	25/11/17
Ela merece!	Cidades	1/12/17
Justiça nega pedido, e Hilário fica em presídio	Cidades	8/12/17
Ligações perigosas	Cidades	14/12/17
Valcir telefonou para todos os envolvidos	Cidades	14/12/17
Ao contrário do que disse à polícia, Hilário não aceitou a separação	Cidades	15/12/17
“Te amo”, disse Hilário a Milena no dia do crime	Cidades	16/12/17

APÊNDICE B - CORPUS DO CASO CLAUDIANA BOM MACOTA

Manchete	Editoria	Data
Marido diz que assassinou gari por ciúmes	Cidades	11/10/17
Mulheres em perigo na Grande Vitória	Cidades	14/10/17
“Elas morrem mais com o tráfico”	Cidades	14/10/17
Marido de gari é preso por morte em Itapemirim	Cidades	17/10/17
Ciclo de violência precisa ser rompido	Cidades	9/3/18
Rede Gazeta cria campanha e site especial	Cidades	9/3/18

APÊNDICE C - CORPUS DO CASO THAYNÁ ANDRESSA DE JESUS DO PRADO

Manchete	Editoria	Data
Menina desaparece após entrar em carro	Cidades	1/11/17
A dor na busca pelos filhos desaparecidos	Cidades	2/11/17
“Cada minuto que passo em casa sinto que estou perdendo tempo”	Cidades	2/11/17
Protesto por sumiço de menina em Viana	Capa	3/11/17
Em protesto, moradores perguntam: “Cadê Thayná?”	Cidades	3/11/17
Secretário pede paciência à mãe da menina	Capa	4/11/17
Caso Thayná	Fala, leitor	4/11/17
Após 18 dias, secretário pede paciência a mãe	Cidades	4/11/17
Mãe de Thayná faz caminhada por justiça	Cidades	5/11/17
Caso Thayná	Fala, leitor	6/11/17
Angústia e desespero sem fim	Capa	7/11/17
Dor de mãe em forma de protesto	Cidades	7/11/17
“Não dá para ter calma. Agora é só desespero”	Cidades	7/11/17
Polícia encontra carro usado no sequestro de Thayná	Capa	8/11/17
Caso Thayná	Fala, leitor	8/11/17
Perícia em carro usado no sequestro de Thayná	Cidades	8/11/17
Delegado sai em defesa da mãe após boatos	Cidades	8/11/17
Mãe de Thayná faz novo protesto	Cidades	9/11/17
“Eu só quero uma resposta. O que mais tenho que fazer?”	Cidades	10/11/17
Roupa de Thayná é encontrada ao lado de corpo	Cidades	11/11/17
Caso Thayná	Fala, leitor	11/11/17
Operação de guerra	Cidades	11/11/17
Família reconhece vestido de Thayná	Cidades	11/11/17
Mãe se desespera na porta do DML	Cidades	11/11/17
Clima de tristeza toma conta de bairro	Cidades	12/11/17
Grito de uma mãe	Cidades	12/11/17
Mãe de Thayná vai fazer exame de DNA hoje	Cidades	13/11/17
Monstro na cadeia	Capa	14/11/17
Caso Thayná / Caso Thayná 2 / Caso Thayná 3 / Caso Thayná 4	Fala, leitor	14/11/17
Fim da caçada	Cidades	14/11/17
Ficha longa na polícia gaúcha	Cidades	14/11/17
“Mentiroso profissional”	Cidades	14/11/17

Manchete	Editoria	Data
“Minha filha não conhecia esse verme”	Cidades	14/11/17
Inteligência da PM recebe 23 carros e treinamento	Cidades	14/11/17
22 passagens pela polícia. Por que ele não estava preso?	Capa	15/11/17
Caso Thayná / Caso Thayná 2	Fala, leitor	15/11/17
Por quê?	Cidades	15/11/17
Mentiras para cometer crimes	Cidades	15/11/17
“Ele destruiu a vida dela”	Cidades	15/11/17
Mãe de Thayná foi ameaçada na internet	Cidades	15/11/17
Alô, Sesp!	Cidades	15/11/17
O fracasso da lei	Opinião	15/11/17
Caso Thayná	Fala, leitor	16/11/17
Caso Thayná	Fala, leitor	17/11/17
O recado	Cidades	17/11/17
Muito além da tragédia	Opinião	17/11/17
Sequestrador de Thayná quer receber R$ 52 mil do Estado	Capa	18/11/17
Sequestrador de Thayná quer receber R$ 52 mil do Estado	Cidades	18/11/17
Prisão foi por morte de vendedora em 1989	Cidades	18/11/17
Pesadelo	Cidades	18/11/17
O país da impunidade	Opinião	18/11/17
“A única coisa que ele merece é cadeia”	Cidades	19/11/17
O caso Thayná	Opinião	22/11/17
Sequestrador de Thayná é suspeito de estuprar mais uma menina	Capa	24/11/17
Ademir pode ter estuprado mais uma menina	Cidades	24/11/17
Vergonhas e orgulho	Política	24/11/17
Crianças fazem livro contra abuso infantil	Cidades	25/11/17
Preso, sim, e daí?	Opinião	28/11/17
Mãe de Thayná lamenta: “Tinha uma pontinha de esperança”	Capa	5/12/17
Caso Thayná / Caso Thayná 2	Fala, leitor	5/12/17
“Tinha esperança que não fosse ela”	Cidades	5/12/17
Revolta: “Quero pena máxima, não aceito menos”	Cidades	6/12/17
“Uma estrela a mais no céu”, dizia homenagem	Cidades	7/12/17
A mãe que mobilizou um Estado	Retrospectiva 2017	30/12/17

Manchete	Editoria	Data
Assassino de Thayná é agredido	Cidades	4/1/18
Sangue e sêmen no carro de Ademir	Cidades	11/1/18
Ademir é denunciado por matar, estuprar e esconder corpo de Thayná	Cidades	13/1/18

APÊNDICE D - CORPUS DO CASO ANDRIELLY MENDONÇA PEREIRA DOS SANTOS

Manchete	Editoria	Data
Mulher é assassinada em casa com fio de carregador de celular	Cidades	6/3/18
Impunidade que mata	Opinião	6/3/18
“Não vou deixar que seja só um caso de estatística”, desabafa pai	Cidades	6/3/18
Suspeito de matar jovem vai se entregar, diz advogado	Cidades	8/3/18
Ciclo de violência precisa ser rompido	Cidades	9/3/18
Rede Gazeta cria campanha e site especial	Cidades	9/3/18
Acusado de matar namorada é preso	Cidades	10/3/18
“Dei um pedaço da minha vida, e ele a matou”	Cidades	10/3/18
Abaixo a violência!	Cidades	13/3/18
“Minha neta ainda chama pela mãe”	Cidades	20/7/18